

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS MARÍTIMOS

Herbert Medeiros de Almeida

**OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NA MARINHA DO BRASIL:
UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E POSSIBILIDADES DE EMPREGO**

Rio de Janeiro

2021

Herbert Medeiros de Almeida

Capitão de Corveta (FN)

OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NA MARINHA DO BRASIL:
UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E POSSIBILIDADES DE EMPREGO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre(a) em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia.

Orientador: Capitão de Mar e Guerra Professor
Doutor Francisco Eduardo Alves de Almeida

Rio de Janeiro

2021

A 447 Almeida, Herbert Medeiros de

Operações de informação na Marinha do Brasil: uma contribuição teórica e possibilidades de emprego. / Herbert Medeiros de Almeida.- Rio de Janeiro: 2021.
160 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2021.

Orientador: Francisco Eduardo Alves de Almeida

Bibliografia: f. 150-160

1. Guerra de informação - influência. 2. Guerra irrestrita. 3. Guerra da narrativa.
I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

CDD 623.734

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Cremilda Santos – CRB7/3200
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

Herbert Medeiros de Almeida

Capitão de Corveta (FN)

OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NA MARINHA DO BRASIL:
UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E POSSIBILIDADES DE EMPREGO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre(a) em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia.

Rio de Janeiro, em 28 de abril de 2021.

Banca Examinadora

Capitão de Mar e Guerra (FN - RM1) Professor Dr. Luiz Octávio Gavião
Professor — ESG

Professor Dr. Marcelo Mello Valença
Professor — PPGEM-EGN

Capitão de Mar e Guerra (RM1), Professor Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida
Professor — PPGEM-EGN

Claudio Eduardo Silva Dias
Contra-Almirante (FN), Comandante do Comando Naval de Operações Especiais

Dedico este trabalho ao único Criador, pelo dom da vida e pela infinita Graça que me concede diariamente. À minha amada esposa, que, com o seu exemplo de coragem em suas metas e a sua força extraordinária, amparou-me em todos os momentos desta atarefada caminhada. À minha querida família, sem vocês eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

Ao todo-poderoso Deus, que, em sua magnitude, teve a misericórdia de velar por mim, concedendo-me saúde, força e intelecto para ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus pais, Joceir Viera de Almeida e Sonia Maria dos Santos Medeiros de Almeida, que, por diversas vezes, abdicaram de suas vontades para pavimentar o meu caminho. Em particular, à minha mãe, pelo exemplo inquebrantável, mesmo quando a vida lhe apresentou desafios que pareciam insuperáveis; e ao meu pai, por ter servido de exemplo a ser seguido, mesmo sendo humano e, portanto, imperfeito. Foi com você que aprendi sobre hombridade, honra e determinação. Vivo para representar vossos nomes.

À minha doce Thamyres, esposa dedicada e leal, pedra angular da minha vida, pelo amor, paciência, incentivo nos momentos difíceis e compreensão pela minha ausência enquanto me dedicava a esta empreitada. Sua força, por diversas vezes, inspirou-me, independentemente da situação, a avançar.

Ao meu filho Arthur, que desde sua tenra idade se viu obrigado a me dividir com diversos afazeres, mas que, pela sua própria existência, recorda-me constantemente da minha obrigação de deixar um legado de não se contentar com respostas fáceis e de seguir irredutível diante do dever. Com você, descobri um amor até então desconhecido e sempre lhe serei grato por isso.

À minha família, pela cumplicidade e por sempre estar disponível para ajudar a mim ou aos meus. Contarei sempre com vosso apoio e estarei lá quando precisarem.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra, Professor Doutor, Francisco Eduardo Alves de Almeida, oficial de Marinha divulgador de inúmeros contos navais que inspiram e ensinam acerca da Marinha invicta de Tamandaré, e detentor de profundo conhecimento, pela amizade, confiança e orientação segura e precisa. Foi uma honra ter sido seu orientando.

Ao Almirante de Esquadra (Ref-FN) Professor Doutor Alvaro Augusto Dias Monteiro, antigo comandante do Corpo de Fuzileiros Navais e hoje Presidente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB), pelo rumo apontado na gênese deste trabalho, propiciando a mudança do tema e a inclinação a um assunto de interesse premente à Marinha do Brasil.

Aos meus comandantes, Vice-Almirante (FN) Carlos Chagas Vianna Braga, pelo encorajamento no início desta empreitada; Capitão de Mar e Guerra (FN) Ailton da Silva Rocha, por corroborar e apoiar este esforço; e Contra-Almirante (FN) Claudio Eduardo Silva Dias, pela liderança capaz de motivar a todos ao redor, pelos aconselhamentos, orientações profissionais e acadêmicas, e, principalmente, por ser um dos meus maiores mestres e uma referência na busca incessante pela excelência.

À Marinha do Brasil e ao Corpo de Fuzileiros Navais, por mais esta oportunidade e pela ampla participação em minha formação acadêmica, profissional e humana. Instituições, que não se apequenam diante de seus desafios colossais, capazes de proporcionar uma carreira formada por lutas e glórias, experiências únicas e possibilidades desafiadoras. VIVA A MARINHA! ADSUMUS!

*Não é o que é verdade que conta, mas o que é
percebido como verdadeiro.*

(Henry Kissinger)

RESUMO

A presente dissertação se propõe a estudar as Operações de Informação. Para tanto, confere gênese ao trabalho investigando a relação entre estas e o conflito, para, assim, alcançar seu primeiro objetivo, que é identificar a importância da referida atividade nas guerras atuais, expondo, desta forma, a sua relevância. A pesquisa avaliará alguns dos aspectos pertinentes aos conflitos, tais como suas origens, condicionantes e pré-requisitos, de maneira a melhor compreender sua relação e sua inevitabilidade junto à sociedade dos homens. Neste contexto, serão constatadas as interações históricas entre o conflito e a sociedade, o que permitirá apontar de que modo se dá esta simbiose, que por sua vez ocasionou a forma de confronto que se mostra nos dias de hoje. Por consequência, o estudo se aprofundará nas gerações da guerra, culminando no atual *modus operandi* do conflito, reconhecendo o impacto da informação no atual cenário e, portanto, evidenciando o valor das Operações de Informação. O trabalho avança se debruçando sobre o conceito de guerra irrestrita, metodologia que se mostra efetiva aos confrontos da atual geração da guerra. Nesta conjuntura de miscigenação das fronteiras civis e militares para se alcançar a vitória, capaz de contextualizar o ambiente contemporâneo, inicia-se a busca pelo segundo e último objetivo, que é apurar o escopo e a sistemática das Operações de Informação no âmbito do Brasil e do exterior, a fim de identificar oportunidades doutrinárias de procedimentos e emprego. Para este segundo objetivo, foram abordados os processos de aplicação e as definições de Operações de Informação utilizadas nas Forças Armadas brasileiras, analisando sua teoria, organização e componentes estruturantes. Por fim, examinou-se como é pensada e realizada a efetiva aplicabilidade desta atividade nos EUA, na OTAN e na Rússia, como ferramenta capaz na resolução de conflitos. Depuraram-se, assim, fundamentos, dignos de aproveitamento ou de aprofundamento de estudo. Isto quer dizer que, por meio de uma pesquisa coerente, dentro do processo científico de caráter qualitativo e de cunho bibliográfico, verificou-se a relevância das Operações de Informação e como as mesmas se apresentam em termos de execução e de possibilidades orientadas para o atual *Zeitgeist*. Ignorar estas conclusões seria incorrer em erro semelhante a confiar cegamente na hipótese de que uma cavalaria, somente munida de seus cavalos e armaduras reluzentes, seria suficiente para obter sucesso em um campo de batalha contra armas de fogo automáticas.

Palavras-chave: Operações de Informação. Guerra Irrestrita. Guerra de Informação. Influência. Guerra da Narrativa.

ABSTRACT

This dissertation proposes to study the Information Operations. For this, it begins investigating the relationship between Information Operations and the conflict, in order to achieve its first objective, which is identify the importance of the referred activity in the current wars, thus exposing its relevance. In this way, some conflict's relevant aspects will be evaluated, such as their origins, conditions and prerequisites. This will allow understand better the relationship and the inevitability between conflict and society. In this context, it will be noted the historical interactions between them, which will allow us to point out how this symbiosis occurs, and how it caused the form of confrontation that is shown today. Consequently, this project will deepen in the generations of the war, culminating in the current *modus operandi* of the conflict, recognizing the impact of information in the current scenario and, therefore, highlighting the value of Information Operations. The work moves forward looking at the concept of unrestricted warfare, a methodology that proves itself as capable form of confronting in the current generation of war. In this conjuncture of miscegenation of the civil and military borders to achieve victory, the search for the second and last objective begins, which is to ascertain the scope and systematics of Information Operations at the Brazilian and international levels, in order to identify doctrinal opportunities of procedures and employment. For this, the methodology and definitions of Information Operations used in the Brazilian Armed Forces were approached, analyzing, in the process, their theory, organization and structuring components. And the research examined how the effective applicability of this activity in the USA, NATO and Russia is thought and realized, as a capable tool in conflict resolution. Thus, some opportunities were debugged, worthy of use or further study. That is to say, by means of a coherent research, within the scientific process of qualitative and bibliographic nature, the relevance of Information Operations was verified. Besides the research showed how Information Operations are presented in terms of execution and possibilities oriented to the current *Zeitgeist*. Ignore these conclusions would be to make an error similar to blindly trusting that a cavalry, armed only with its shining horses and armor, would be sufficient to succeed on a battlefield against automatic firearms.

Keywords: Information Operations. Unrestricted Warfare. Information War. Influence. Narrative War.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As Operações de Informação no espectro dos conflitos	76
Figura 2: Célula de Operações de Informação na Marinha do Brasil	87
Figura 3: Célula de Operações de Informação no Exército Brasileiro	88
Figura 4: Ciclo OODA na Dimensão Informacional.....	92
Figura 5: Doutrina Gerasimov	102
Figura 6: Camadas do Ambiente Informacional	105
Figura 7: Planejamento e Produtos das Operações de Informação	119
Figura 8: Matriz PMESII x ASCOPE.....	122
Figura 9: Análise Nodal.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gastos em Defesa x PIB	58
Tabela 2: Variedade de operações militares no ambiente do teatro estratégico.....	67
Tabela 3: Estrutura de avaliação de Operações de Informação.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª Seção	Seção de Pessoal
2ª Seção	Seção de Inteligência
3ª Seção	Seção de Operações
4ª Seção	Seção de Logística
5ª Seção	Seção de Planejamento
6ª Seção	Seção de Comunicações
7ª Seção	Seção de Comunicação Social
8ª Seção	Seção de Operações de Informação (EB) / Seção de Operações Psicológicas (MB)
9ª Seção	Seção de Assuntos Cíveis
ACISO	Ação Cívica Social
AJP	Publicação Conjunta dos Aliados
AO	Ambiente Operacional
ASCOPE	Área, Estrutura, Capacidade, Organizações, Pessoal e Eventos
AssCiv	Assuntos Cíveis
CEM	Chefe do Estado-Maior
CG	Centro de Gravidade
CGCFN	Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CIA	Agência Central de Inteligência
ComSoc	Comunicação Social
CRI	Capacidade Relacionada a Informação
CV	Comando Vermelho
Dsml Mil	Dissimulação Militar
EB	Exército Brasileiro
EEI	Elementos Essenciais de Inteligência
Elm Coord Ap F	Elementos de coordenação de Apoio de Fogo
EMA	Estado-Maior da Armada
ENC	Evacuação de Não Combatentes
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

GCiber	Guerra Cibernética
GE	Guerra Eletrônica
Geoinfo	Geoinformação
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IDe	Indicador de Desempenho
IEf	Indicador de Eficácia
Intlg	Inteligência
IPI	Informação Pública Internacional
JP	Publicação Conjunta
LA	Linha de Ação
MAE	Medidas de Guerra Eletrônica
MAGE	Medidas de Apoio de Guerra Eletrônica
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MISO	Operações de Apoio as Informações Militares
MPE	Medidas de Proteção Eletrônica
NCD	Nota de Coordenação Doutrinária
OAI	Operações de Apoio a Informação
OFrag	Ordem Fragmentária
OI	Organismos Internacionais
ONG	Organização Não Governamental
OODA	Observação, Orientação, Decisão e Ação
OpEsp	Operações Especiais
OpInfo	Operações de Informação
OpPaz	Operações de Paz
OpPsc	Operações Psicológicas
OpSec	Segurança das Operações
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCBI	Preparação do Campo de Batalha pela Inteligência
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCExt	Programa de Cursos e Estágios no exterior

PI	Pedido de Inteligência
PIB	Produto Interno Bruto
PMESII	Político, Militar, Econômico, Social, Informação e Infraestrutura
PND	Política Nacional de Defesa
POI	Plano de Operações de Informação
PPI	Pedido Prioritário de Inteligência
PPM	Processo de Planejamento Militar
Pub A	Público-Alvo
RP	Relações Públicas
SegOp	Segurança das Operações
TI	Tecnologia da Informação
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USMC	Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NA EVOLUÇÃO DA GUERRA	22
2.1 A inevitabilidade do conflito	22
2.1.1 O que é o conflito	22
2.1.2 Onde é o conflito	24
2.1.3 Porquê do conflito	30
2.1.3.1 Causas do conflito	30
2.1.3.2 Origens do conflito	35
2.1.4 Como é o conflito	37
2.1.5 Quando é o conflito	38
2.2 Evolução do conflito e sociedade	39
2.2.1 Interação histórica entre conflito e sociedade.....	41
2.2.2 O <i>Zeitgeist</i> atual.....	46
2.2.3 A evolução da guerra.....	48
2.2.4 As demandas do atual <i>modus operandi</i> do conflito.....	52
2.3 Desafios da informação	54
3 AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL.....	57
3.1 A guerra irrestrita.....	58
3.1.1 Um novo tipo de guerra	60
3.1.2 Armas para um novo tipo de guerra	61
3.1.3 Novo campo de batalha	64
3.1.4 Novos métodos	66
3.1.5 Inferências da guerra irrestrita.....	70
3.2 As Operações de Informação nas Forças Armadas brasileiras.....	72
3.2.1 As dimensões do Ambiente Operacional	73

3.2.2 Finalidade das Operações de Informação nas Forças Armadas brasileiras	74
3.2.3 As Capacidades Relacionadas à Informação	79
3.2.4 Planejamento das Operações de Informação nas Forças Armadas brasileiras	85
3.2.4.1 Organização do Estado-Maior e responsabilidades	86
3.2.4.2 Planejamento, execução e avaliação	90
4 AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO EM ÂMBITO INTERNACIONAL.....	94
4.1 Conceituação	95
4.2 Propósitos	98
4.3 Definições	100
4.3.1 Operações de Informação	100
4.3.2 Ambiente Informacional	103
4.3.3 Capacidades Relacionadas à Informação	105
4.4 Implementação das Operações de Informação em âmbito internacional	112
4.4.1 Organização e responsabilidades	114
4.4.2 Planejamento, execução e avaliação	117
4.4.2.1 Confeção dos planos	118
4.4.2.2 Desmembramento na execução	124
4.4.2.3 Execução no âmbito russo	128
4.4.2.4 Avaliação	132
5 CONCLUSÃO.....	135
REFERÊNCIAS	150

1 INTRODUÇÃO

O mundo atravessa uma fase de grandes transformações de costumes, de comportamento do homem na sociedade, de valores, de tecnologias e de estruturas sociais, políticas e econômicas. Com o término da Guerra Fria, surgiu um ambiente multipolar, indefinido, difuso e instável, caracterizado por uma reacomodação de forças e pelo aparecimento de conflitos gerados por problemas étnicos, religiosos, políticos e territoriais, colocando, por diversas vezes, frente a frente forças, estatais ou não estatais, dispostas a aplicar violentamente o poder, a fim de forçar o inimigo a se submeter à sua vontade.

Clausewitz (1979), além de mostrar que a guerra é a continuação da política por outros meios, afirma que ela deve ser observada de forma abstrata, como um confronto entre forças que não obedecem a lei alguma que não seja a sua própria. Observa-se, assim, que o processo de transformação e evolução da guerra é algo intrínseco à mesma, com seu desenvolvimento progredindo na história através de várias fases, nomeadas como gerações da guerra. Pinheiro (2007, p. 16) conceitua a geração atual de embates como sendo o resultado de um aperfeiçoamento, que tem como objetivo tirar vantagem das mudanças política, social, econômica e tecnológica.

Baseado neste raciocínio, o mundo estaria vivendo a guerra de quarta geração. A primeira formulação deste conceito surgiu em outubro de 1989, em um artigo na *Marine Corps Gazette*, indicando, sob esta concepção, a conjugação de três características principais: a natureza distinta dos adversários (exércitos regulares contra rebeldes, terroristas e revolucionários); o desenvolvimento da guerra no meio da população; e a ocorrência de confrontos tanto no terreno físico quanto nas mídias tradicionais e digitais. Nesta geração, o que muda, fundamentalmente, é a finalidade do conflito, já que o que se busca não é mais destruir o adversário a qualquer custo, mas, sim, fazê-lo se dobrar e mudar de opinião (ROYAL, 2019, p. 72).

Neste contexto, o exemplo histórico do Vietnã ilustra a realidade comentada acima.

No início de 1968, as forças norte-vietnamitas, apoiadas pela China, desencadearam uma guerrilha urbana de grande escala no Vietnã do Sul e cercaram a base americana de Khe Sanh. O objetivo delas era assaltar várias cidades controladas pelos americanos. Essa reação ofensiva do adversário dos americanos foi percebida como uma tentativa desesperada de retomar a iniciativa. Até aquele momento, os bombardeios maciços contra o Vietnã do Norte haviam extenuado o inimigo vietcong, mesmo que os sinais evidentes da vitória ainda faltassem diante de combates invisíveis, enfiados na floresta. O Estado-Maior americano estava, no entanto, convencido de sua superioridade tática, pois dispunha de inigualável potência de fogo. Ele acreditou enfim ter em mãos o confronto tão esperado e que

lhe permitiria vencer a guerra. Se não se enganaram quanto aos fatos, os americanos se iludiram quanto às consequências.

Os combatentes comunistas foram efetivamente destruídos pelas forças americanas em verdadeira carnificina: contaram-se 80 mil soldados vietcongs mortos ou feridos! Contudo, ao saírem da floresta para lutar nas cidades, os soldados norte-vietnamitas transportaram o combate direto para as lentes das câmeras americanas, livres para ir e vir. E o horror dessa guerra caiu como uma bomba no seio dos lares americanos. Imagens sem precedentes de mortos e de sangue afluíam diante dos olhos de uma América estupefata. Desse modo, a despeito das vitórias do exército americano no terreno, as imagens geradas pelos combates produziram efeito contrário. Os movimentos pacifistas se multiplicaram e acentuaram a pressão sobre o governo. A opinião pública rejeitou em massa essa guerra longínqua, terrivelmente mortífera, da qual não se compreendia a finalidade. O conflito vietnamita é o exemplo paradoxal de uma guerra em que a vitória produziu imagens de derrota e levou à derrocada política. (ROYAL, 2019, p. 21).

Desta forma, percebe-se que a batalha da informação é tão crucial quanto o combate físico, visto que a percepção acerca de algo tem a capacidade de anular, em todo ou em parte, a realidade militar objetiva. Restringindo, assim, por vezes, a liberdade de ação da tropa ou transfigurando ações táticas corretas em derrotas político-estratégicas.

Assim, no atual contexto, em que a informação se encontra disponível quase que instantaneamente ao fato a que ela se refere, não sendo, necessariamente, verificada antes de ser divulgada, há de se ter muita dedicação ao assunto, visto que essa informação, seja verdadeira ou deturpada, exagerada ou inventada, pode ser empregada como uma arma de grande eficácia, tanto para afetar a credibilidade da força junto à sua população quanto para minar a confiança da tropa em seus líderes ou em sua missão.

Nesta conjectura, as Forças Armadas não podem ficar inativas diante de tal cenário, sendo necessária, assim, uma adaptação aos novos modos de agir de seus adversários e à nova realidade, para que, desta forma, tenham o predicado de controlar a narrativa de forma favorável a si, mantendo o apoio da opinião pública aos seus propósitos e abalando o moral do oponente, já que, de acordo com Mao Tsé-Tung (1893-1976), “se o inimigo tiver sua vontade de lutar afetada, então sua capacidade militar, sem importar quão poderosa seja, passa a ser irrelevante”.

Destarte, cresce em importância o uso de atividades que sejam capazes de influenciar no comportamento do inimigo, ou no do conjunto de pessoas que, de forma direta ou indireta, sejam responsáveis pela manutenção do nosso poder de combate e do poder de combate oponente. Nesta conjuntura, as Operações de Informação (OpInfo) ganham relevância, uma vez que estas foram desenvolvidas com a orientação de: gerenciar as informações e o

conhecimento; moldar o ambiente informacional¹; influenciar públicos-alvo²; conformar e alinhar o espaço de batalha aos objetivos estratégicos da campanha; degradar, desabilitar ou destruir os sistemas de informações do adversário, atacando diretamente sua capacidade de coordenação e decisão; e confundir e iludir o inimigo. Assim, multiplicam o poder de combate no campo de batalha e diminuem o desgaste e a necessidade logística, tanto em recursos materiais quanto em recursos humanos.

Desta forma, faz-se imprescindível um estudo coerente, calcado em metodologia científica, capaz de trazer contribuições úteis às forças militares inseridas e atentas ao cenário dos conflitos modernos, facilitando o entendimento de ferramentas que se apresentem como possíveis soluções de adequação às novas realidades.

Tal necessidade se justifica, ainda, pelo nível de incerteza presente, atualmente, no espectro do conflito, uma vez que o indivíduo não observa claramente a conjuntura em que ele próprio está situado. Ou seja, se a paz fosse representada pela cor branca e a guerra pela cor preta, sobressairia, assim, uma zona cinza e difusa permeando a crise, dificultando o diagnóstico do nível do conflito em que se está inserido. Cabe ressaltar que, de acordo com Freund (1995), a paz nada mais é do que um estado excepcional que elimina os meios violentos, mas não as possibilidades de conflito, utilizando outros meios. Assim, apesar de, muitas vezes, não haver armas de fogo disparando, a guerra já está sendo travada, sem que o combatente convencional se apresente ao campo de batalha. Isto agrava ainda mais a complexidade da análise supracitada, demandando uma atenção constante, já que, voltando-se à analogia das cores utilizada anteriormente, o branco não é tão claro.

Tal fato demanda um domínio de competências que permitam um gerenciamento meticuloso da crise — crise esta que se caracteriza por uma ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas —, a fim de propiciar uma evolução favorável aos interesses nacionais em jogo.

Este desequilíbrio resultante não se traduz, necessariamente, em hostilidades físicas, e, mesmo quando avança em direção à belicosidade, não o faz deixando claro quais são as definições do campo de batalha, dos uniformes ou das divisões territoriais, assim como a diferença entre civis e soldados.

¹ Ambiente onde é estabelecida a dimensão informacional, que é o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas no qual tomadores de decisão são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação (BRASIL, 2019).

² Segmento social que compartilha determinadas características e para o qual serão direcionados os esforços motivadores das Operações de Informação (BRASIL, 2019).

Desta forma, ações que permitam confrontar o adversário sem o uso efetivo da violência ganham destaque. Com isto, salta aos olhos o valor do conceito de guerra irrestrita, o qual é capaz de enquadrar estes movimentos. Esta formulação propõe que, para se alcançar o êxito, empreguem-se meios que transcendam as atividades militares, devendo combinar, assim, todos os recursos disponíveis e utilizá-los como artifícios para a condução do combate, manobrando-os de acordo com as exigências das regras da vitória. Esta conjugação, de táticas letais e não-letais, torna-se cada vez mais difícil para as forças convencionais combater, mesmo com a tecnologia mais avançada.

De posse das informações supracitadas, sublinha-se a baixa letalidade das OpInfo, possibilitando que estas sejam empregadas com maior aceitabilidade e descrição desde os tempos de paz. Para isto, faz-se mister o estudo e o aprimoramento desta doutrina por tropas regulares, uma vez que a indissociabilidade do conflito à sociedade gera uma constante tensão, confirmando a necessidade de manutenção de uma expressão militar relevante neste sentido, capaz de permitir ao país, a todo momento, a soberania em suas decisões.

A indispensabilidade de compreender a utilização das OpInfo — que têm em seu cerne a sinergia entre as ações cinéticas e não cinéticas relacionadas à dimensão humana³ e informacional⁴ —, aliada à grande dificuldade de se encontrar informações, exemplos e regulamentos que componham uma base de dados que venham a fundamentar a referida atividade formam o conjunto de motivações que embasa a relevância deste trabalho.

Neste contexto, o objetivo central desta pesquisa é explicitar a importância das OpInfo e a forma de aplicação das mesmas. Assim, espera-se compreender: a) de que forma se dão as interações entre as operações de informação e as operações militares tradicionais⁵, observando os desdobramentos do ambiente informacional no terreno físico e vice-versa; e b) a relevância da atividade de OpInfo no mundo conectado em que vivemos.

Para tanto, o estudo se orientará por alguns objetivos específicos, tais como: a) identificar a relação entre conflito e sociedade; b) compreender a importância das OpInfo atualmente; c) verificar a configuração do conflito na sociedade contemporânea; d) examinar a conceituação de OpInfo na Marinha do Brasil (MB); e) comparar a doutrina de OpInfo da MB com a do Exército Brasileiro (EB); f) apurar de que forma se empregam as OpInfo no

³ A dimensão humana compreende os elementos relacionados às estruturas sociais, seus comportamentos e interesses, normalmente geradores do conflito (BRASIL, 2018).

⁴ A dimensão informacional é o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas no qual tomadores de decisão são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação (BRASIL, 2018).

⁵ Operações em que o foco operacional se concentra na dimensão física do conflito, ou seja, considera a preponderância dos ambientes, dos aspectos topográficos e das condições meteorológicas nas áreas de operações (BRASIL, 2018).

âmbito do Brasil; g) compreender de que forma se empregam as OpInfo no âmbito internacional; e h) identificar oportunidades de procedimentos e emprego nas doutrinas de OpInfo no âmbito internacional, para aplicação na realidade brasileira, com ênfase nas peculiaridades da MB.

A fim de viabilizar respostas que garantissem resultado para os objetivos propostos e de propiciar condições para uma base sólida de estudo, em que se pudesse estabelecer pilares de conhecimento que comportassem o escopo deste trabalho, a pesquisa foi fundamentada em literatura capaz de agregar profundidade ao assunto. Forneceu-se, desta maneira, atenção tanto a questões teóricas que permitissem a melhor compreensão das OpInfo quanto a questões de emprego, capazes de fornecer subsídios para o desenvolvimento desta atividade no seio brasileiro.

Neste contexto, para abordar a importância das OpInfo no conflito moderno, faz-se indispensável uma compreensão maior acerca do conflito e, assim, consequentemente, poder entender a sua inevitabilidade e as suas consequências junto à sociedade e como o mesmo se comporta atualmente. Nesta conjuntura, *Sociología del Conflito* de Julien Freund, *The Sociology of War and Violence* de Sinisa Malesevic, *O Homem, O Estado e A Guerra* de Kenneth Waltz, *O Conflito Social Moderno* de Ralf Dahrendorf, *Morality and War* de David Fisher, *A History of Warfare* de John Keegan e *Compreendendo a Guerra de Quarta Geração* de William Lind se mostram extremamente importantes.

Ao se tratar efetivamente da temática do ambiente do conflito moderno, em que se faz valer todos os recursos disponíveis para se alcançar a vitória, institui-se, necessariamente, a apreciação de Liang e Xiangsui, autores do livro *A Guerra Irrestrita*, que trata da evolução dos conflitos e da condução dos mesmos atualmente. Pois, de acordo com os autores, a guerra deixou de se basear na pólvora para se basear na informação, demonstrando como as OpInfo podem ser utilizadas para fazer valer a vontade de um ator sobre o outro.

Na questão da condução das OpInfo, tanto no Brasil quanto em países e organizações que tiveram a oportunidade de testar suas doutrinas em operações reais, possuindo, desta forma, mais subsídios para sua evolução, buscou-se, primordialmente, o estudo das seguintes publicações: EMA-335, Operações de Informação na Marinha do Brasil; EB20-MC-10.213, Manual de Campanha de Operações de Informação do Exército Brasileiro; JP 3-13, Joint Publication for Information Operations; AJP-3.10, Allied Joint Doctrine for Information Operations da OTAN; Information Operations: Warfare and the Hard Reality of Soft Power de Leigh Armistead; e Handbook of Russian Information Warfare de Keir Giles.

Todo este conteúdo, aliado a outras fontes de literatura e legislação nacional e internacional, sites oficiais, relatórios de instituições devidamente referenciadas e trabalhos científicos (artigos publicados em revistas e em simpósios, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses), viabilizou uma pesquisa bibliográfica de abordagem metodológica qualitativa e analítico-indutiva.

O propósito do levantamento dessas literaturas é a coleta dos aspectos que originaram as OpInfo, bem como a análise de sua definição e aplicabilidade atualmente. Esta última ponderação, de estruturação e emprego, foi discutida considerando as diferentes doutrinas existentes — e que estão sendo utilizadas ao redor do mundo — e os valores que permeiam a sociedade atual.

Tudo isto com a intenção de aproximar as OpInfo, de forma mais palatável, aos indivíduos que, ao se conscientizarem da nova era em que nos encontramos, tenham a possibilidade de, mais rapidamente, entender, implementar e fomentar os benefícios da atividade.

Assim, o trabalho está dividido da seguinte maneira:

No capítulo 2, confirma-se a importância das OpInfo, através de um estudo que as fundamenta como fruto da evolução da guerra. Para tal, buscou-se um maior entendimento acerca do conflito e do meio em que o mesmo se desenvolve, a sociedade. Ambos inseridos no contexto do tempo, campo em que é possível se observar a referida interação. Atestou-se, assim, que o desenvolvimento das OpInfo é absolutamente necessário a qualquer força militar.

No capítulo 3, com o pensamento clareado pela evidenciação da evolução do conflito e da sociedade, verificou-se a questão da guerra irrestrita, uma sistematização orientada para a guerra de quarta geração. De posse deste conhecimento, seguiu-se para a exploração de qual é a situação do Brasil dentro deste contexto, o qual apregoa que tudo pode ser transformado em arma. Para tanto, foram abordadas as definições e metodologias de emprego de OpInfo utilizadas nas Forças Armadas brasileiras, analisando sua teoria, organização e componentes estruturantes.

No capítulo 4, examinou-se como é pensada e realizada a efetiva aplicabilidade das OpInfo como ferramenta capaz na resolução de conflitos em âmbito internacional. Assim, foram abordadas as ferramentas e possibilidades da dimensão informacional utilizadas em alguns lugares do mundo, além de terem sido buscadas elucidações necessárias para o entendimento dos referidos instrumentos. Deste modo, levando-se em conta o ambiente difuso que o espectro do conflito moderno impõe, foi possível apurar oportunidades, dignas de

aproveitamento ou de aprofundamento de estudo, capazes de alçar as OpInfo brasileiras a um patamar mais aprimorado.

Assim, a conclusão decorrente de toda a investigação explanada acima tratará das ilações e da proposição de métodos e procedimentos a serem encaixados na doutrina de OpInfo da MB, permitindo, desta forma, a otimização desta capacidade, que concorrerá em prol da defesa da visão político-estratégica do Brasil e da multiplicação do poder de combate da tropa quando empregada em solução de conflitos que sejam de interesse da Nação.

2 AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NA EVOLUÇÃO DA GUERRA

O presente capítulo se propõe a melhor compreender o papel e a importância das OpInfo nas guerras atuais, estudando a relação entre a referida atividade e a evolução dos conflitos. Para tanto, procurar-se-á verificar a inevitabilidade do conflito, uma vez que a guerra se apresenta constantemente junto à sociedade. Em seguida, observar-se-á a interação histórica entre conflito e sociedade, de modo a constatar como ocorreu a evolução do conflito e dos consequentes impactos na sociedade. Desta forma, aprofundar-se-á nas gerações da guerra, culminando com o atual *modus operandi* do conflito. Assim, identificar-se-ão as consequências da informação neste contexto, compreendendo-se melhor a origem e a importância das OpInfo.

Para trilhar todo este percurso, o texto se desenvolve em três seções. A primeira aborda a inevitabilidade do conflito, uma vez que, para se entender a evolução dos conflitos, há de se compreender antes o porquê de sua frequente ocorrência na humanidade. Na segunda seção, abordar-se-á a evolução do conflito em relação à sociedade, para facilitar a compreensão das gerações da guerra e o conflito no atual *Zeitgeist*. A terceira seção apresentará os desafios impostos pela informação no mundo atual.

2.1 A inevitabilidade do conflito

O conflito é um fenômeno que possui a capacidade de ser a força motriz de diversas transformações de costumes, de comportamento do homem na sociedade, de valores, de tecnologias e de estruturas sociais, políticas e econômicas. O mesmo, em sua forma mais violenta, se apresenta como guerra, e é algo inerente às relações sociais, visto que, se o indivíduo estiver sozinho, só dependerão dele suas decisões. Uma vez que outra pessoa tenha participação no processo decisório, surge a possibilidade da discordância acerca do assunto, o que pode gerar uma abordagem conflitiva. Com a intenção de se aprofundar no assunto, esta seção se desenvolverá se valendo da interface e da estrutura de proposições que, quando feitas e respondidas, no intuito de se investigar e relatar algo, têm a capacidade de facilitar o entendimento. Tais proposições são: o que; onde; por que; quando; e como.

2.1.1 O que é o conflito

O conflito pertence à ordem das relações sociais, nas quais há a discórdia, fruto do desacordo. De acordo com Freund (1995), em sua obra *A Sociologia do Conflito*, a visão do

conflito como uma desavença é verdadeira, no entanto, não é suficiente para caracterizar de maneira precisa que tipo de relação social este fenômeno representa. Para isto, faz-se necessário comentar sobre algumas das particularidades do conflito.

Como exemplo, o autor cita que, do ponto de vista sociológico, a escolha acerca da discórdia não é inteiramente livre, uma vez que o contexto social, mesmo que indiretamente, influenciará os atores envolvidos, ou seja, é possível se evitar o conflito, mas não os elementos polêmicos (FREUND, 1995, p. 23). Isto pode ser observado no caso da influência da Revolução Francesa no movimento de independência haitiano, pois uma ideologia externa se colocava em oposição à postura imperialista presente naquela colônia, em relação à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicada em 1789 na legislação francesa, que declarava que todos os homens eram livres e iguais (DUBOIS, 2004, p. 3). Neste exemplo específico, o conflito não foi evitado, tampouco a violência, e acabou culminando na independência daquele país.

Em outro exemplo, o referido autor argumenta que tudo pode ser objeto de conflito, já que, para ele, não há relação social que seja polêmica e outra que não seja jamais. Desta forma, faz contraste com o sociólogo alemão Tönnies (2002, p. 12-23), que, de acordo com sua obra *Comunidade e Sociedade*, acreditava que a comunidade, por sua natureza, seria um lugar de concordância, de confiança, de fraternidade e de amizade, enquanto a sociedade seria a sede das rivalidades, das dissensões e dos conflitos. Freund alega que a simples existência do fenômeno clássico de irmãos inimigos já constitui uma objeção a esta teoria. Assim, se tudo pode ser objeto de conflito e este pode ser gerado em qualquer relação social, conclui-se que o conflito não constitui uma anormalidade ou algo considerado patológico, que possa ser eliminado definitivamente das relações sociais (FREUND, 1995, p. 23-24).

Outra particularidade a ser considerada é que, dada a diversidade da natureza dos objetos que têm o potencial de gerar o conflito, não parece razoável que se possa reduzir este fenômeno a um tipo único. Isto quer dizer que não se pode crer que uma guerra interestatal tenha o mesmo denominador que uma briga entre famílias (FREUND, 1995, p. 24). Como exemplo, não seria sensato dizer que o movimento de independência haitiano, rodeado de uma ideologia igualitária entre todos os homens, tenha um denominador comum com as brigas de gangues, de caráter criminoso, que assolavam o referido país nos idos de 2007, como apontado por Rubin (2009), em seu artigo publicado na revista *Âncoras e Fuzis*.

De posse das características supracitadas, é possível se iniciar o entendimento acerca do que é o conflito como relação social. Assim, Freund chega à seguinte definição acerca do conflito:

[...] um enfrentamento por choque intencional, entre dois seres ou grupos da mesma espécie, que manifestam, um a respeito do outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito em que para mantê-lo, afirma-lo ou restabelecê-lo, tratam de romper a resistência um do outro, eventualmente com o recurso da violência, a qual pode, dependendo do caso, chegar ao aniquilamento físico do outro. (FREUND, 1995, p. 58).⁶

Cabem alguns comentários acerca da definição apresentada, pois esta nos permite observar com maior abrangência a essência do conflito. O enfrentamento ou o choque são voluntários, pois, quando duas pessoas se esbarram involuntariamente, constatar-se-á que houve uma colisão e não um conflito, apesar de esta poder evoluir para um conflito, caso pelo menos uma das partes manifeste uma intenção agressiva. Os antagonistas devem ser da mesma espécie, visto que o embate entre elementos de espécies diferentes, como, por exemplo, entre um homem e um animal, não é considerado conflito. A intenção conflitiva implica em uma vontade hostil, ou seja, ter uma intenção de prejudicar o outro porque o considera um inimigo, ou por outra razão qualquer, sendo que só é necessário que um ator tenha esse desejo para criar a situação conflitiva. O objeto de conflito é, geralmente, um direito, já que, via de regra, a oposição surge do protesto em nome de uma suposta prerrogativa que se julga lesada, esquecida ou ignorada, ou seja, o sentimento de justiça normalmente se encontra no centro da discórdia. O conflito trata de romper a resistência do outro, sendo utilizado como uma maneira de se ter razão independentemente dos argumentos racionais. O risco de o conflito se tornar um enfrentamento violento existe, e depende da relação de forças entre os atores (FREUND, 1995, p. 58-62).

A percepção de que o conflito pode eclodir em qualquer relação social, oriundo dos mais diversos motivos, leva à assimilação de que o mesmo é inerente à sociedade, e, conseqüentemente, inevitável.

2.1.2 Onde é o conflito

A fim de seguir aprofundando no assunto, faz-se necessário entender “onde” o conflito ocorre. Apesar da ideia geográfica que a palavra “onde” carrega consigo, neste caso, ela se

⁶ El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres o grupos de la misma especie que manifiestan, los unos respecto a los otros, una intención hostil, en general a propósito de un derecho, y que para mantener, afirmar o reestablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del otro eventualmente por el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender al aniquilamiento físico del otro. (Freund, 1995, p. 58)80

referirá ao ambiente em que o conflito se desenvolve: a sociedade. Isto se dá uma vez que, durante a exposição do “o que” é o conflito, tal fato se mostrou claro.

Desta forma, neste momento, será considerado o conjunto de teorias que existe acerca do estudo da sociedade e sua natureza. Neste aspecto, somente duas teorias, realmente, destacam-se, sendo as outras, de uma forma ou de outra, derivações destas. Apresenta-se, assim, a corrente dos naturalistas, que acredita que o homem é um ser social por natureza, e que tem Aristóteles como seu maior expoente; e a dos artificialistas, que acreditam que a sociedade é uma obra artificial do homem, valendo-se de Hobbes como seu principal representante.

Primeiramente, abordar-se-á o homem como ser social por natureza. Tal orientação entende que o homem não consegue se perpetuar biologicamente sozinho, o que faz com que este, automaticamente, busque outros seres da mesma espécie para alcançar a sua humanidade, como explicado por Aristóteles, em seu livro *Política*. De tal fato, concebem-se as comunidades políticas. Nesta linha, o conflito não é uma calamidade, que necessariamente deve desaparecer, uma vez que é inerente às sociedades. Assim, deve-se focar em prevenção e na concepção de solução do mesmo, já que é vão o esforço de extingui-lo (ARISTÓTELES, 2006, p. 10-12). Para os naturalistas, assim como o pluralismo é intrínseco à vida social, também é intrínseco aos conflitos, já que estes podem ocorrer em forma de guerra entre cidades, de discórdia entre os cidadãos, de oposição entre ricos e pobres, entre outras.

Em segundo, abordar-se-á a sociedade como obra artificial do homem. Este pensamento define a sociedade como o Leviatã, ou seja, um ser artificial que servirá de defesa e proteção àqueles que o conceberam. Nesta linha de raciocínio, há os que acreditam que o homem é violento por natureza, já que, em seu estado natural, quer se sobrepor ao outro; e aqueles que acreditam que o homem vive em paz com o seu meio, mas que, por questões de defesa a riscos externos, junta-se a outros, e nesta congregação acabam surgindo os problemas. Para ambas as linhas de raciocínio, a solução reside no contrato social, que é a forma de expressão da vontade geral, sempre soberana. Tal contrato caracteriza a artificialidade da sociedade, que tem como fim evitar o estado de guerra ou de conflito permanente (HOBBS, 1983).

Uma questão interessante a se observar é que, se o contrato social é feito pelos homens para alcançar uma situação desejável, estes podem revogá-lo e colocar outro em seu lugar. Assim, o contrato é, indiretamente, um dos fundamentos do pensamento revolucionário moderno, o qual se propõe a destruir as sociedades existentes para construir outras conforme

seus desejos e necessidades. Observa-se, então, que, na intenção de se suprimir os conflitos, acaba-se por criar outros.

Os teóricos do contrato chegaram a três tipos de conflitos — o que constitui uma aquisição sociológica importante —, a saber: conflitos internos da sociedade civil, que a dita teoria crê poder excluir através de um jogo de unanimidade; conflitos entre as sociedades existentes, que é a exemplificação da guerra como a conhecemos; e conflitos entre as possíveis sociedades futuras, que opõem os revolucionários e os governos estabelecidos, ou revolucionários entre si, em nome de outras possibilidades de futuro (FREUND, 1995). Ressalta-se, neste ponto, que a teoria do contrato só consegue cobrir o primeiro tipo de conflito, interno a uma sociedade.

Com o século XX, acompanhando-se os acontecimentos históricos, abandona-se o sonho da paz, que seria alcançada pelo comércio e desenvolvimento mundial, chegando-se à conclusão de que esta não passa de um estado excepcional na sociedade. O conflito é inerente a esta última, sendo um fator regulador e de desenvolvimento. Desta forma, o conflito se torna o motivo central de investigação por meio da sociologia dos conflitos (FREUND, 1995).

Com este conhecimento acerca da sociedade demonstrado até o momento, é possível seguir adiante na questão de “onde” ocorre o conflito, verificando um conjunto de teorias que facilita o entendimento do relacionamento entre o conflito e a sociedade.

A sociedade é um aspecto da existência humana e está em constante mutação, assim como os conflitos. Esta transformação toma diversas formas, em função das opiniões, das esperanças, dos interesses e das ambições, resultando em desacordos, discórdias, controvérsias, turbulências, choques e enfrentamentos mútuos. O conflito impede a ossificação do sistema social, o que é bom e desejável (DAHRENDORF, 1992).

O conflito favorece a inovação e a criatividade, de forma que diversos avanços tecnológicos e de procedimentos alcançados em guerras se tornam, com outros propósitos, de vital importância em períodos de paz. É interessante notar que um fato social como o conflito não depende somente de fenômenos causadores, mas também de fenômenos concomitantes. Tal característica é chamada de pluralismo casual, já que, para o conflito, não existe uma causa única (FREUND, 1995). Assim, cresce de importância analisar os desejos subjetivos dos atores envolvidos, o que reforça a necessidade do entendimento da ideologia por trás da sociedade e a história que se desenrola entre os atores, pois estes, como dito anteriormente, em geral, têm um ensaio de justificativa moral em relação ao direito pleiteado, o que explica um antagonismo decorrente do valor de um grupo irredutível perante outros valores.

Assim, tratar-se-á sobre o pensamento social clássico, que tem Marx, Durkheim e Weber estabelecidos como os “pais fundadores” da Sociologia. O surgimento da “Santíssima Trindade” como cânon do pensamento clássico está em grande parte relacionado à relevância de seus conceitos e teorias no entendimento do rumo que a sociedade estava tomando na segunda metade do século (MALESEVIC, 2010, p. 18).

Durkheim foi o mais pacífico dos “pais fundadores”. Seu foco eram os mecanismos coletivos que produziam e reproduziam a solidariedade. Para ele, o avanço social era fruto de uma complexa rede de solidariedade e de interdependência mútua, baseada em concordância normativa. Em sua visão, os seres humanos são criaturas predominantemente dirigidas pelas normas. Assim, a vida em sociedade é, em sua maior parte, consensual, e os conflitos são a exceção, ao invés da regra (DURKHEIM, 1999). Neste contexto, para o referido autor, não há lugar para a violência coletiva. Durkheim interpreta a guerra como uma aberração, uma relíquia histórica destinada a desaparecer.

Com base nestes fatos, imagina-se que Durkheim não tenha nada a dizer sobre violência e conflitos, o que não é verdade, já que ele fez duas importantes contribuições sociológicas baseadas em sua teoria: suicídio e guerra são inversamente proporcionais, uma vez que a guerra faz florescer sentimentos coletivos, fortalecendo a integração social e moral da sociedade, diminuindo o pensamento do indivíduo acerca de si mesmo e o aumento acerca da causa em comum; e que a Primeira Guerra Mundial foi uma situação anômala de larga escala, fruto de uma patologia estatal, atribuída à “mentalidade de guerra germânica”, a qual Durkheim via como uma anomalia que destruiu o desenvolvimento evolucionário da civilização humana. Para ele, a paz está diretamente ligada a uma específica forma organizacional, o Estado-nação, e qualquer tentativa de se evitar a guerra por meio de simples internacionalismo está destinada ao fracasso, uma vez que não se pode viver fora de uma sociedade organizada, e a maior condição de sociedade organizada que existe é a pátria. Ou seja, para prevenir guerras, precisa-se entender o mecanismo de solidariedade institucionalizada e construir uma pátria em nível nacional, que envolva uma a nível continental ou mundial (MALESEVIC, 2010, p. 20).

Marx tem sua teoria firmada na mudança social por meio das fundações socioeconômicas da modernidade; ele estava bem consciente da importância histórica da violência na transformação da ordem social. “Marx era versado em história militar e tinha grande apreciação pela teoria da guerra de Clausewitz” (SEMMEI, 1981, p. 66 apud MALESEVIC, 2010, p. 22) e claramente adotou um discurso baseado na luta coletiva e na revolução violenta como essencial ao conflito de classes. Entretanto, o conflito de classes

estava ligado à transformação dos meios de produção e da propriedade, assim, o foco central não estava em exterminar ou incapacitar a burguesia, mas, sim, na apropriação e redistribuição da propriedade. Ou seja, sua motivação não era a extinção, mas a expropriação dos expropriadores (MARX; ENGELS, 1998, p. 41). Para Marx, a violência da revolução se contextualizava e legitimava-se na premissa de que esta serviria à facilitação da eliminação de toda violência futura, particularmente na forma de violência predominante exibida no capitalismo, a exploração de classes.

Marx, junto a Engels, fez dois pontos relevantes sociologicamente, do ponto de vista da relação entre guerra, violência e estado moderno. Primeiro, o referido autor entendeu as mudanças da guerra durante a experiência da Comuna de Paris (1871), com o fracasso do estado dos trabalhadores. Marx argumenta que a violência é uma parte inerente à modernidade, mais especificamente a modernidade capitalista. Ele destaca o papel do aparato coercitivo do estado moderno como elemento decisivo na transformação da ordem social; assim, a transferência do poder da burguesia para o proletariado necessita da destruição das estruturas existentes do estado e de sua recriação sob os princípios revolucionários. Ou seja, Marx, detectando a ligação inerente entre economia, política e as fundações ideológicas da ordem social na modernidade, interpretou o estado como um aparato coercitivo do capitalismo. Assim, não se pode abolir o capitalismo sem eliminar sua estrutura coercitiva e basilar, o aparato estatal em si (MALESEVIC, 2010, p. 23-24).

Segundo, Marx e Engels viam a violência como um mecanismo de rápida mudança social. De acordo com Marx (2013, p. 998), em seu livro *O capital*: “A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova”. Uma nova ordem social não pode ser criada antes de a antiga ser deposta. Em sua visão, a expansão histórica da guerra e do militarismo se assenta na inovação científica e no desenvolvimento tecnológico, o que requer enorme investimento financeiro. Consequentemente, o capitalismo é a espinha dorsal da produção de armas e a força é condicionada pela ordem econômica. Neste contexto, observa-se o reconhecimento, por parte de Marx, da guerra e da violência como um significativo agente de transformação social na história, potentes veículos do poder do estado na era moderna e importantes instrumentos da estrutura da economia capitalista (MALESEVIC, 2010, p. 24-25).

Weber enfatizava a característica coercitiva da vida política. Ele não somente ligava o poder à violência e o estado moderno à força física, mas também via as relações sociais através de um prisma de valores irreconciliáveis. No pensamento de Weber, a violência tem origens materiais e ideológicas e sua visão da modernidade privilegia o valor da

racionalização sobre a destruição e o derramamento de sangue irracional. Weber produziu, ao menos, quatro contribuições para o entendimento da relação entre guerra, violência e evolução. Na primeira, expôs que o nascimento e a expansão da modernidade via racionalização estão diretamente ligados à violência estrutural, introduzida, mais especificamente, por meio da disciplina militar. Em sua análise, tanto o desenvolvimento tecnológico quanto o crescimento econômico, ambos exigem uma ação social disciplinada. A transformação no campo de batalha eventualmente influencia toda a ordem social, e, para Weber, foi a disciplina que se mostrou capaz de conduzir novas técnicas de combate à vitória, gerando grande impacto na ordem política e social. Mais particularmente, a disciplina militar aumentou a racionalização, que, para Weber, é a base da organização burocrática do estado europeu moderno (MALESEVIC, 2010, p. 25-26).

Na segunda, apresentou que o mais importante meio da política é a violência, já que não existe política que não esteja baseada no uso da ameaça; e, conseqüentemente, a força e a violência são a razão de existir do estado, uma vez que o mesmo possui o monopólio do uso da força dentro de determinado território. O que distingue a vida política das outras esferas da atividade humana é o uso da ameaça e da violência, e, à medida que o processo de racionalização avança, a esfera política tende a se separar radicalmente da esfera econômica ou religiosa, onde, segundo Weber, a primeira esfera é capaz de desenvolver a sua própria ética e competir com os universos morais de outras esferas. É neste contexto de guerra que a esfera política prova sua autonomia ética e sua capacidade de mobilização; assim, apesar de sua destrutividade cataclísmica, a guerra cria condições para o sacrifício individual e coletivo, aumentando o significado da vida social e proporcionando dignidade ao corpo político que exerce a violência (MALESEVIC, 2010, p. 26).

Na terceira contribuição, revela que a razão ocidental tem origens, em parte, nas tradições militares do estado feudal europeu e em sua estrutura social de senhores, vassalos e feudos, o que criou um ambiente anárquico, com uma base de poder multipolar na relação entre os estados. Isto se explica, uma vez que, ao contrário de Marx, que entendia o feudalismo em termos econômicos, Weber via uma ordem baseada em uma distinta organização militar, composta por uma classe dominante que se dedicava à guerra ou aos serviços reais, classe esta que era sustentada pela posse de terras. Ou seja, o feudalismo ocidental se baseava em acertos contratuais em que os vassalos não eram subjugados aos seus senhores, a lealdade do cavaleiro era assegurada aprimorando o seu status, o qual, por sua vez, derivava de sua honra (MALESEVIC, 2010, p. 27). Para Weber (1968), este senso de lealdade e honra, combinado com o domínio da cavalaria sobre a infantaria, criou uma situação

excepcional na Europa, de multiplicação de poderes autônomos, o que eventualmente ajudou a criar as condições para a racionalização da ordem social e da expansão do capitalismo.

Por último, para Weber, a guerra é uma importante fonte de mudança social e está intimamente ligada ao conceito de prestígio (MALESEVIC, 2010, p. 27). Para ele, toda guerra vitoriosa melhora o prestígio cultural do estado (WEBER, 1968, p. 926). A racionalização geral dos princípios e da prática militar substituíram o heroísmo individual dos guerreiros primitivos. O que caracteriza os exércitos modernos não são os atos pessoais e emocionais que demonstrem bravura, mas uma eficiente máquina de guerra burocrática. Assim, são os exércitos, em seu coletivo, que ganham as guerras e alcançam o prestígio, transferindo-o para o estado que representam (MALESEVIC, 2010, p. 28).

2.1.3 Porquê do conflito

Até o presente momento, pela leitura deste trabalho, já se sabe que o conflito surge da oposição de ideias que podem ocorrer acerca do teor de algum assunto, ou mesmo da divergência das formas de implantação de algo que seja fruto de um consenso. Desta forma, o conflito tem sua origem na natureza humana, não sendo este o seu único fator (WALTZ, 2004). Deste modo, de forma a melhor entender o porquê do conflito, o estudo se debruçará na questão das teorias sobre as causas e origens do mesmo, valendo-se do seu caso mais extremo, a guerra.

2.1.3.1 Causas do conflito

Neste contexto, o estudo buscará, a seguir, uma compreensão das causas da guerra, estabelecendo a pergunta: onde se encontrariam as principais causas da guerra? As respostas são espantosas em sua variedade e em suas qualidades contraditórias. A fim de tornar manejável esta variedade, de acordo com Waltz (2004), em seu livro *O Homem, O Estado e A Guerra*, pode-se organizar as respostas sob as seguintes rubricas: no homem, na estrutura dos Estados separados, no sistema dos Estados. Estas três avaliações de causa são chamadas, pelo autor, de imagens das relações internacionais, e é se valendo destas denominações que este estudo avançará.

O argumento de que a guerra é inevitável porque os homens são irrevogavelmente maus, e aquele segundo o qual as guerras podem chegar ao fim porque os homens podem ser mudados, são antagônicos; mas como, em ambos, os indivíduos são considerados o cerne do

problema, estes dois argumentos estão incluídos na primeira imagem, que tem como tema central o homem como causa da guerra. Do mesmo modo, a aceitação de uma análise da relação entre Estados, terceira imagem, pode levar ao falso otimismo dos defensores do federalismo mundial ou ao pessimismo muitas vezes falsamente definido de uma posição fundamentada em políticas mais pragmáticas, como as pregadas por Maquiavel (1996). Como pode haver em quase todos os aspectos várias opiniões no âmbito das imagens, não há para cada imagem uma só conclusão, que, por sua vez, caracterizar-se-ia como uma prescrição para a paz (WALTZ, 2004, p. 18).

De acordo com a primeira imagem das relações internacionais, o local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem. As guerras resultam do egoísmo, de impulsos agressivos mal canalizados e da estupidez. Assim, as prescrições variam, mas todas têm em comum a ideia de que, para se conquistar um mundo mais pacífico, os homens têm de ser transformados em sua perspectiva moral e intelectual, ou em seu comportamento psicossocial. Pode-se, no entanto, concordar com a análise das causas da primeira imagem sem admitir as possibilidades de prescrições praticáveis para sua eliminação. Entre os que aceitam uma explicação da guerra pela primeira imagem, há tanto os otimistas, que pensam que as possibilidades de progresso são tão grandes que as guerras vão acabar antes do desaparecimento da próxima geração; quanto os pessimistas, que pensam que as guerras vão continuar ainda que levem todos à morte. Ou seja, otimistas e pessimistas concordam com as definições das causas divergindo sobre o que fazer com relação a elas, se é que se pode fazer algo (WALTZ, 2004, p. 23-27).

A natureza humana pode não explicar por que, num Estado, o homem é escravizado e, em outro, é relativamente livre, porque num dado ano há guerra e em outro paz relativa. Pode, porém, explicar as necessárias imperfeições de todas as formas sociais e políticas. Assim, Niebuhr, um dos expoentes analistas da primeira imagem, admira Marx por ele ter exposto as contradições da democracia burguesa e, ao mesmo tempo, critica a ilusão marxista de que uma mudança das formas venha a dar origem a uma utopia terrena. Em outras palavras, os pressupostos básicos dos estudiosos da primeira imagem são úteis para vislumbrar os limites da realização política possível (WALTZ, 2004, p. 40-41).

A maldade do homem, ou seu comportamento impróprio, leva à guerra; a bondade individual, se pudesse ser universalizada, significaria paz: eis o enunciado conciso da primeira imagem. Um erro importante, em que alguns incorreram, consiste em exagerar a importância casual da natureza humana, uma vez que a natureza humana é tão complexa que pode justificar qualquer hipótese que se possa considerar (WALTZ, 2004, p. 50-52). Desta forma,

os analistas da primeira imagem sustentam em comum a convicção de que o que é importante para a política deve ser buscado sob a superfície política.

Não obstante, podem-se distinguir várias abordagens distintas no âmbito das ciências do comportamento. Sustenta-se amplamente que aumentar a compreensão entre os povos significa incrementar a paz. E sustenta-se, quase que com a mesma amplitude, que um melhor ajuste social dos indivíduos iria, pela redução do sentimento de frustração e de insegurança, diminuir a incidência da guerra. Outros recorrem mais exclusivamente à influência dos líderes políticos, entre outras teorias (WALTZ, 2004, p. 61).

Cabe ressaltar, no entanto, que os cientistas do comportamento se deparam com três problemas. Primeiro, o problema da velocidade: quanto tempo levará para remodelar as pessoas e as sociedades para a paz, mesmo supondo que determinemos de forma científica quais são exatamente as mudanças necessárias. Segundo e terceiro, aqueles que podemos chamar de problema político de dois níveis: como se institui a mudança dentro de uma sociedade e como se lida com as complicações adicionais que surgem quando se tem de tratar de duas ou mais sociedades (WALTZ, 2004, p. 72).

Para estes problemas, os cientistas do comportamento levantam soluções, mas a análise da causa é inadequada, e as prescrições, nelas baseadas, coisa de sonhadores ociosos. Quando despertam, os sonhadores ociosos se tornam pessimistas. O que não é percebido por alguns deles é que suas soluções se tornam, então, mais políticas do que sociopsicológicas. A incapacidade de distinguir entre causas manipuláveis, ao menos em parte, deve-se ao fato de se ignorar o contexto político da ação social. Assim, as concepções dos cientistas do comportamento são como algumas pérolas espalhadas ao acaso. Seu valor pode ser grande, mas seu uso é insignificante, exceto se puderem ser situadas em um determinado ambiente ou presas por um fio. A ganância do homem coletivo tem de ser admitida na ordem política, e quanto mais se leva política em consideração, mais modestos são os esforços da primeira imagem na contribuição para a paz (WALTZ 2004, p. 96-100).

Para compreender a guerra e a paz, tem-se que usar a análise política para complementar e organizar as descobertas da psicologia e da sociologia. Como comparação: a água que sai da torneira é quimicamente a mesma que está em um recipiente; mas, quando se acha em um recipiente, a água pode ser levada a se “comportar” de maneiras distintas (WALTZ [2004] (WALTZ, 2004, p. 101). Desta forma, de acordo com a segunda imagem, a organização dos Estados é a chave para a compreensão da guerra e da paz.

No intuito de se avaliar algumas implicações desta imagem, observa-se que, ao longo da história da especulação humana sobre problemas políticos, passam dois pensamentos

parcialmente contraditórios entre si sobre a relação entre a estrutura dos Estados e os tipos de conflito armado que eles travam com os outros. Ou seja, o Estado pode sofrer forte influência de sua organização militar, enquanto sua estrutura política interna determina a organização e o uso da força militar (WALTZ, 2004, p. 155-156).

Na discussão da política para se estudar guerra e paz, Marx e os marxistas representam o mais pleno desenvolvimento da segunda imagem. Seus componentes giram em torno da luta de classes, classificando o regime capitalista como um regime de guerra e o regime socialista como um regime de paz. No entanto, a pergunta: “um mundo de Estados socialistas seria um mundo de paz?” nunca pôde ser respondida a partir das obras de Marx e Engels. Os partidos socialistas no período da Primeira Guerra Mundial, apesar de, inicialmente, oporem-se à guerra, apoiaram seus governos burgueses, o que causou o colapso do programa de paz da Segunda Internacional (1889). Tais partidos o fizeram justificando que seus Estados estavam orientados pela paz e que somente entrariam em guerra por questões defensivas. Ora, o comportamento dos trabalhadores na Primeira Guerra Mundial demonstrou que não havia um proletariado internacional, mas apenas partidos socialistas nacionais cujas ações seriam determinadas por suas próprias definições de seus interesses particulares, onde uma harmonia de objetivos se mostrava utópica (WALTZ, 2004, p. 160-170).

Um crescente número de “revisionistas”, a partir do final do século XIX, rejeitou algumas bases marxistas. Onde o marxista enfatizava a solidariedade internacional às custas da independência nacional, o revisionista aceitava o Estado como personificação da unidade nacional e como instrumento para o progresso do proletariado nacional. Ou seja: antes, a paz simultânea estava atrelada ao desaparecimento de todos os Estados, mas, já na revisão, buscava-se a alvorada gradual de uma era de paz baseada na melhoria progressiva de Estados independentes. Ainda neste ponto de vista, é somente o socialismo que pode eliminar a guerra, mas este deixa de significar revolução e desaparecimento do Estado. John Hobson, um revisionista de destaque, por meio do seu estudo da guerra dos bôeres, chega à conclusão que pode ser resumida em uma frase: a produção capitalista não controlada produz excedentes industriais, e, a partir da tentativa de comercializar esses excedentes, surge uma luta internacional por mercados; a guerra resulta, direta ou indiretamente, desta luta por mercados. Hobson defende que o imperialismo não compensa, tanto para um Estado socialista quanto para um Estado do *laissez-faire*; no entanto, o socialista traz em si uma predisposição para a racionalidade, uma vez que representa a voz do povo, enquanto o *laissez-faire* não tem a mesma predisposição, já que está sob domínio de interesses capitalistas, disseminados por pequenos grupos (WALTZ, 2004, p. 176-181).

No entanto, ao fazer do imperialismo a única loucura relevante, inteiramente aos objetivos de uma minoria obstinada e egoísta, Hobson substituiu o materialismo de Marx por outro mais ingênuo e menos útil, crendo somente que a causa da guerra reside na existência de Estados capitalistas. Seu pressuposto fundamental era o mesmo do liberalismo: cada Estado, depois de sua evolução, seria internamente tão perfeito e, em sua política externa, tão esclarecido, que os conflitos não conseguiriam existir e nunca levariam à violência (WALTZ, 2004, p. 182).

Com tantos Estados soberanos, sem um sistema jurídico que possa ser imposto a eles, julgando suas próprias queixas e ambições segundo suas próprias razões, o conflito que por vezes leva à guerra está fadado a ocorrer. A fim de alcançar um desfecho favorável neste conflito, os Estados têm que confiar em seus próprios dispositivos, cuja relativa eficiência precisa ser sua constante preocupação, e esta é a ideia da terceira imagem (WALTZ, 2004, p. 197).

Rousseau defende que o homem, ao deixar seu estado natural para adentrar no Estado civil, abandona a liberdade natural para alcançar a liberdade civil, onde a posse se torna propriedade, adquirindo, assim, a liberdade moral, a única que o torna senhor de si mesmo, já que o mero impulso do apetite é escravidão. E que, em nome do Estado, formula-se uma política que é apresentada a outros países como se fosse a vontade geral do Estado (WALTZ, 2004, p. 204-213). Cabe ressaltar que, ainda de acordo com Rousseau, o Estado é melhor ou pior de acordo com o seu nacionalismo, e que, na anarquia, não há harmonia automática, fazendo com que a guerra seja inevitável, já que cada Estado irá manter a sua segurança por meio do equilíbrio de poder, sendo capaz de atacar quando lhe for conveniente, uma vez que as guerras ocorrem porque não há nada que as impeça de ocorrer (WALTZ, 2004, p. 213-230).

Desta forma, uma questão relevante é o equilíbrio de poder. Uma implicação da terceira imagem é que a liberdade de escolha de qualquer Estado específico é limitada pela ação de todos os outros Estados. Assim, a busca de uma política de equilíbrio de poder é uma questão de escolha, mas as alternativas são, de um lado, um provável suicídio, e, de outro, a participação ativa no jogo da política do poder, cuja regra cardeal é: faça o que tiver que fazer para ganhar. Neste ínterim, cabe ressaltar que, onde não existe nada que impeça o uso da força como meio de alterar as formas e os resultados da competição, a força tende a se tornar o índice com base no qual se mede o equilíbrio de poder. Ou seja, para cada Estado, seu poder em relação aos outros Estados é, em última análise, a chave para a sua sobrevivência (WALTZ, 2004, p. 245-259).

A popularidade das imagens varia de acordo com a época e o lugar, mas nenhuma imagem em específico chega a ser adequada. As prescrições diretamente derivadas de uma

única imagem são incompletas porque se baseiam em análises parciais. A qualidade parcial de cada imagem estabelece uma tensão, que nos leva a incluir as outras imagens. A razão, se existir, só poderia agir considerando a primeira e segunda imagens sob a perspectiva da terceira, já que presumir uma ausência de motivos hostis entre Estados é esquecer que os homens são ambiciosos e vingativos. A terceira imagem descreve a estrutura da política mundial, mas, sem a primeira e a segunda imagens, não pode haver conhecimento das forças que determinam a política; a primeira e a segunda imagens descrevem as forças presentes na política mundial, mas, sem a terceira, é impossível avaliar a importância ou prever o resultado dessas forças. Assim, somente por meio do exame dos pressupostos em que se baseiam as três imagens será possível compreender as causas da guerra e, conseqüentemente, deduzir as políticas de promoção de paz (WALTZ, 2004, p. 277-295).

2.1.3.2 Origens do conflito

Uma vez abordadas as causas da guerra, que têm como princípio explicar o que faz com que a guerra exista ou aconteça, cabe se aprofundar nas origens da guerra, onde o foco será entender como uma sociedade que abomina o sacrifício da vida humana, tolera e, por vezes, até apoia o assassinato em escala massiva.

Para buscar tal explicação, inicia-se pela sociobiologia, que deriva do pensamento darwinista. Esta argumenta que o comportamento social é, em sua maior parte, resultante da seleção natural, ou seja, aplicam-se os princípios da seleção natural no nível coletivo. Sociobiologistas contemporâneos veem os genes como principal agente do conflito violento (DAWKINS 1989, p. 2). No entanto, ignoram produtos da ação humana, como instituições e organizações sociais, que adquiriram grande autonomia e são capazes gerar novas dinâmicas sociais. Não é coincidência que tenham melhores resultados quando estudando homens da antiguidade. A guerra é uma complexa sequência de eventos e processos, que requer mobilização de poder, de seres humanos, de recursos e de tecnologias de produção e de comunicação. A guerra é um fato social, não biológico (MALESEVIC, 2010, p. 56-57).

Segue-se pelo prisma econômico ou instrumentalista. Apesar da diversidade de posicionamentos, todas teorias econômicas de violência coletiva presumem que a ordem social é profundamente impactada pela lógica econômica, em particular por interesses coletivos e individuais. Assim, duas abordagens dominam a discussão acadêmica: a teoria da globalização, que centra sua atenção nas transformações macro estruturais, que, de acordo com os mesmos, mudaram as características da violência organizada desde o final do último século e reduziram a

complexidade da ação violenta ao simples negócio de maximização de lucros; e o modelo de escolha racional de ação social, que foca em um nível micro, verificando como a lógica individual molda ações coletivas em tempos de guerra, demonstrando como esta lógica frequentemente resulta em uma irracionalidade no âmbito grupal (MALESEVIC, 2010, p. 58-64).

No prisma cultural, acredita-se que tanto a guerra quanto a violência são produtos da cultura. Fruto de lutas de irreconciliáveis visões de mundo ou de doutrinas teológicas como fonte da violência, por exemplo. Para tal avaliação, foi somente considerado o “modo de guerra ocidental”. Para este, toda guerra requer uma narrativa coerente e confiável e toda narrativa é construída em binários opostos: sagrado e profano; bem e mal; racional e irracional. Esses binários são conduzidos por meio de algum dos quatro gêneros culturais: mundano, trágico, romântico ou apocalíptico. Dentre estes, a narrativa apocalíptica é a mais eficiente em gerar uma legitimidade do sacrifício de toda uma sociedade e a única capaz de sustentar a guerra como culturalmente aceitável. Porém, apesar da importância da narrativa na condução do conflito violento, esta visão não explica a origem e a persistência da violência. Outra questão a ser avaliada é que os culturalistas deduzem a violência do conflito e não se propuseram a fazer o estudo inverso, com a cultura como fruto da violência (MALESEVIC, 2010, p. 64-70).

Apesar da contribuição advinda dos sociobiologistas e das perspectivas instrumentalistas e culturalistas, há somente uma tradição de pesquisa na sociologia contemporânea que engajou com a guerra e a violência organizada de forma sistematizada e compreensível: o materialismo organizacional, que, em sua perspectiva, trata a coerção como a explicação central no estudo da guerra e violência, alinhando-se com o pensamento clássico social de “belicosidade”. Neste contexto, quase todos os materialistas organizacionais contemporâneos defendem a definição de Weber de poder e estado, ambas, de acordo com o referido autor, de natureza coercitiva. A visão do poder do estado como autônomo e onipotente, o decisivo papel da guerra nas transformações históricas e o conflito como parte integrante da natureza da sociedade compõem o coração do pensamento contemporâneo do materialismo organizacional. Neste ínterim, destacam-se: Charles Till, Michael Mann, Gianfranco Poggi e Randall Collins (MALESEVIC, 2010, p. 78).

Assim, retoma-se a questão inicial: como uma sociedade que abomina o sacrifício da vida humana, tolera, e por vezes até apoia, o assassinato em escala massiva? Os autores do materialismo organizacional, apesar de reconhecerem a importância dos valores e crenças coletivas, sempre trataram a ideologia em segundo plano, deixando como fator principal a

coerção burocratizada. Coerção esta que é fruto de um processo histórico que envolveu o constante aumento da capacidade de punição, que implica uma racionalização cada vez maior no sentido weberiano e que envolve o monopólio do controle e do emprego da violência, seja travando guerras ou mantendo a paz interna com a ameaça do uso da força. No entanto, o poder ideológico tem sua significância na sua capacidade de produção de legitimidade. Matar centenas de milhares de pessoas se torna aceitável, desde que se esteja defendendo a democracia, por exemplo (MALESEVIC, 2010, p. 79-84).

2.1.4 Como é o conflito

A ocorrência de conflitos, sua natureza e magnitude no ambiente externo ou interno de uma nação e o grau de violência empregado caracterizam os estados de paz, de crise ou de guerra. Assim, há faixas no conflito em que se prepondera o uso de outros meios que não a violência e outras em que a violência é largamente empregada para se impor uma vontade sobre outra. Com as definições aqui já apresentadas, pode-se traçar um espectro dos conflitos que tem em seus extremos a paz, com total ausência de agressão física; e a guerra, caracterizada por confrontos armados deliberados. Sendo todo este hiato preenchido por crises.

Diante desta consideração, há de se ponderar sobre o nível de incerteza no espectro do conflito, já que nem sempre se observa tão claramente a situação de paz ou de guerra, mas, sim, uma zona cinza e difusa, que permeia a crise, exigindo um gerenciamento que permita uma evolução favorável aos interesses nacionais em jogo. Desta maneira, apesar de, muitas vezes, não haver armas de fogo disparando, o conflito já está sendo travado, sem que o combatente convencional se apresente ao campo de batalha.

A guerra é o conflito no seu grau máximo de violência. Em função da sua magnitude, pode implicar na mobilização de todo o Poder Nacional⁷, com predominância da expressão militar⁸. Esta consideração também pode ser ampliada de forma a melhor compreender a incerteza que permeia os conflitos atualmente. Para isto, este trabalho se valerá de Clausewitz, que, além de mostrar que a guerra é a continuação da política por outros meios, apresenta a guerra de forma abstrata, como um conflito entre forças que não obedecem a lei alguma que

⁷ É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL 2017, p. 1.1).

⁸ É a manifestação, de natureza preponderante militar, do conjunto das pessoas dos meios de que a Nação dispõe e que, atuando em conformidade com a vontade nacional e sob direção do Estado, contribui para alcançar e manter os objetivos nacionais (BRASIL 2017, p. 1.1).

não seja a sua própria; assim, a natureza recíproca da violência conduz, inevitavelmente, a extremos, à medida que dois oponentes tentam obter a vantagem. Segundo ele:

A guerra, então, não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura. (CLAUSEWITZ, 1979, p. 33).

Por fim, a crise traduz um conflito desencadeado ou agravado imediatamente após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas, caracteriza-se por um estado de grandes tensões, com probabilidade de agravamento (escalada) e risco de embates físicos (BRASIL 2013, p. 1.3). O que se observa desta definição é que ela abrange todo o espectro de conflitos, que vão desde crises diplomáticas, inseridas na paz freundiana, a guerras assimétricas, inseridas na definição clausewitziana. É dentro deste espectro da crise, que varia na razão diretamente proporcional ao uso da violência, que se desenvolve a evolução da guerra, uma das formas mais estudadas do conflito.

2.1.5 Quando é o conflito

Com base em tudo o que foi apresentado até o momento, já está claro que o conflito é inevitável, fazendo com que a pergunta de “quando é o conflito” se torne redundante, uma vez que, mediante os fatos apresentados, a resposta imediata seria “sempre”, ficando variável o emprego da violência. No entanto, cabe ressaltar que, avaliando-se a evolução histórica da violência coletiva, percebe-se que, apesar de aproximadamente universal, historicamente falando, a guerra, como a conhecemos hoje, é um desenvolvimento relativamente atual. Ou seja, o conflito em si nasce em datas imemoriais, já que a disputa por recursos ocorria mesmo antes de qualquer registro histórico, sem que, no entanto, houvesse condições estruturais para que surgissem guerras antes do fim da era paleolítica⁹.

⁹ Conhecido como o mais extenso período da história humana, o Período Paleolítico abrange uma datação bastante variada, que vai de 2,7 milhões de anos até 10.000 a.C. Desprovido de técnicas muito sofisticadas, os grupos humanos dessa época desenvolviam hábitos e técnicas que facilitavam sua sobrevivência em meio às hostilidades impostas pela natureza. Nesse período, as baixas temperaturas da Terra obrigavam o homem do Paleolítico a viver sob a proteção das cavernas. Uma das mais importantes descobertas dessa época foi o fogo (SOUSA, 2019).

Sociologicamente, o conflito pode ser dividido entre luta e combate. Luta é a forma indeterminada de conflito, confusa e desorganizada. O combate é o conflito submetido a regras e convenções, subordinando a violência a fins definidos, sejam eles ofensivos ou defensivos. Ressalta-se que nem sempre o combate é regular. A diferença entre luta e combate facilita o entendimento da política, uma vez que esta tenta transformar a luta indistinta em combate regulamentado, e, na medida do possível, substituir o combate por competições regradas sem o uso da violência. Neste contexto, surge o estado agonal, que substitui o conflito por rivalidade, mudando o paradigma de inimigo para adversário. Buscando-se, desta maneira, triunfar sobre a resistência rival por meios definidos anteriormente, como em eleições democráticas, por exemplo (FREUND 1995, p. 62-72).

Tal concepção, apresentada por Freund, acompanhada de todo o cabedal de conhecimento exposto anteriormente, reforça a inevitabilidade do conflito. No entanto, há uma busca acadêmica incessante por uma solução que retire a violência desta equação, de forma a diminuir os custos deste fenômeno inerente e tão importante à sociedade, dado que ele se apresenta como força motriz antagônica à estagnação. Assim, buscam-se métodos não violentos para permitir a competição entre atores, o que, historicamente, como dito anteriormente, se mostrou importante para a inovação tecnológica e social, evitando, assim, o alto custo em relação à vida humana. Cabe ressaltar que, de acordo com a teoria do estado agonal, apresentada por Freund, nunca haverá normas que regulem tudo, pois, neste ponto, corre-se o risco de aprisionar a liberdade, sendo isto uma possível fonte de conflito violento. Ou seja, sempre existirá a polêmica e nem sempre haverá regras que versem sobre tal, o que fará, invariavelmente, com que a sombra da violência sempre paire sobre a sociedade.

2.2 Evolução do conflito e sociedade

Desde os primórdios da humanidade, é possível se observar que conflito e sociedade interagem entre si. No período pré-histórico, quando o homem era caçador e nômade, os conflitos violentos ocorriam por disputas de recursos naturais. No entanto, a maioria dos cientistas sociais e arqueólogos concorda que não havia condições estruturais para a guerra, como conhecemos hoje, antes do fim do período paleolítico. Naquele período, os humanos, em sua maioria, viviam em contingentes reduzidos, de forma isolada e itinerante, e raramente excediam ao número de quinhentas pessoas (MANN, 1986, p. 43). Armas rudimentares, como paus e lanças, serviam, quase que exclusivamente, ao propósito da caça de animais, não

havendo evidências conclusivas de que tais armas eram usadas contra outros homens (FERRILL, 1985, p. 16).

É somente com o desenvolvimento tecnológico, por meio da criação de armamentos, como o arco e a maça, de avanços estratégicos e táticos, empregando-se colunas de homens enfileirados, e da construção de edificações com caráter defensivo, que se inicia a discussão sobre conflitos violentos entre grupos de humanos (FERRILL, 1985). Interessante, do ponto de vista sociológico, é que estes avanços acontecem no mesmo momento histórico que os seres humanos começam a substituir o estilo de vida baseado em coleta e caça por um sedentário e agrícola. Ou seja, não há coincidência entre o uso da violência e a forma como os humanos se organizam. A partir do momento em que o homem estabelece seu desenvolvimento atrelado ao seu trabalho e à terra, acontece uma revolução econômica e sociológica. Ocorre o aumento da população humana em nível exponencial, surgem as trocas e o comércio baseado nos excedentes da produção e desenvolve-se o conceito de propriedade da terra, que, por sua vez, gerará a estratificação social. Todas estas mudanças convergem para uma alteração estrutural maior: o aparecimento da guerra como instituição social (MALESEVIC, 2010).

O recorte histórico supracitado demonstra a relação intrínseca entre conflito e sociedade. Neste íterim, é relevante ter em mente os conceitos de sociedade e guerra que este trabalho já abordou, a fim de contextualizar esta interação. Deste modo, o estudo se volta para Durkheim (1999), que defende que a sociedade é composta por mecanismos coletivos que produzem e reproduzem a solidariedade. Para ele, o avanço social era fruto de uma complexa rede de solidariedade e de interdependência mútua, baseada em concordância normativa, em que o homem é coagido a seguir determinadas regras em cada sociedade. Seres humanos são criaturas predominantemente dirigidas pelas normas. Desta forma, não é difícil compreender que, quando homens se juntam para viver coletivamente, estabelecem-se ordens que se subdividem em direitos e deveres, a fim de permitir que os mesmos possam viver harmonicamente. Tal fato se apresenta latente quando o homem migra para o estilo de vida sedentário, no qual a divisão de trabalho e de funções promove uma maior capacidade de produção e, conseqüentemente, de desenvolvimento à comunidade.

No entanto, cada indivíduo tem a sua autonomia, podendo julgar, de acordo com os seus próprios princípios, que, de alguma maneira, está sendo injustiçado ou preterido em relação ao próximo, o que nos leva novamente à definição de conflito de Freund.

De posse dessas definições, salienta-se que a sociedade é um aspecto da existência humana e que está em constante mutação, assim como os conflitos. Esta transformação toma

diversas formas, em função das opiniões, das esperanças, dos interesses e das ambições, resultando em desacordos, discórdias, controversas, turbulências, choques e enfrentamentos mútuos. O conflito tem a capacidade de favorecer a inovação e a criatividade, de forma que diversos avanços tecnológicos e de procedimentos alcançados em guerras se tornem, com outros propósitos, de vital importância em períodos de paz (FREUND, 1995). Assim, há constante influência do conflito sobre a sociedade, sendo tal questão percebida em diversos momentos da humanidade. Para facilitar o entendimento das consequências e da amplitude desta interação, analisa-se tanto a sociedade quanto o conflito tendo em conta o *Zeitgeist* em que estes estão inseridos.

Zeitgeist é um conjunto de opiniões que domina um momento específico da história e que, de forma inconsciente, define o pensamento de todos que vivem em um determinado contexto (BAPTISTA; BERTOLLI FILHO, 2012, p. 5). Trata-se de conhecimentos, crenças, atitudes, economia, religião, ideologia e tecnologia próprias da sociedade humana em um tempo e em um lugar específicos. Tudo interfere na atmosfera de uma época. Tais fatores relacionam-se com o arcabouço simbólico das tradições, cultura e saberes carregados até aquele momento. A união do passado de um povo com o novo contexto de um tempo gera um clima social único daquela época e grupo, o *Zeitgeist* (HEGEL, 1999). Na língua alemã, *Zeitgeist* é uma palavra que advém da junção das palavras *Zeit* (tempo, época, curso de eventos) com *Geist* (o espírito, a essência, a alma). Esta junção de palavras indica que uma época histórica possui uma alma, uma essência própria e única, que é fruto da conjuntura daquele tempo. A tradução para o português seria como “espírito da época” ou “espírito do tempo”. Foi Georg Wilhelm Friedrich Hegel, filósofo alemão, quem popularizou o termo, através da obra *Filosofia da História*, escrita em meados de 1780 (ARAÚJO, 2015, p. 17).

2.2.1 Interação histórica entre conflito e sociedade

Na seção anterior, pôde-se observar que o conflito é inerente à relação social e que, como consequência, o conflito e a sociedade andam de mãos dadas. De posse desta informação, faz-se necessário se aprofundar no processo histórico desta relação, de modo a perceber qual é o resultado desta simbiose na evolução de ambos.

A guerra é uma instituição social que envolve organização, ritualismo, mobilização de grupos, hierarquia social e muitos outros pré-requisitos sociológicos que claramente os homens da antiguidade não possuíam. De acordo com Eckhardt (1990), com a Era do Bronze se inicia a civilização e a guerra. A organização política da civilização se mostrou

militarmente e economicamente superior à típica organização tribal. Neste contexto, observa-se que o desenvolvimento institucional, a complexa capacidade administrativa, o avanço cultural e o aperfeiçoamento tecnológico foram alcançados por meio da referida organização, que por sua vez se mostrou capaz de monopolizar a violência e, a partir disso, gerar uma ordem social que impulsionasse cada vez mais o progresso.

Muitos teóricos da sociologia clássica apoiaram a tese da conquista para explicar o surgimento do Estado primitivo. Gumplowicz, Ratzenhofer e Oppenheimer, entre outros, tinham a visão de que a formação do Estado estava diretamente ligada à subordinação violenta e à expansão territorial de um grupo sobre o outro; assim, a instituição do Estado devia sua existência à guerra. Sociólogos contemporâneos são mais cuidadosos ao fazerem a ligação entre guerra e criação do estado, uma vez que, para eles, existe o paradigma de que, para se fazer guerra, faz-se necessária uma organização social e um poder centralizado, uma vez que entidades mais organizadas se mostram mais eficientes em guerras do que aquelas que não são organizadas (MALESEVIC, 2010, p. 95-96).

O que fica claro entre ambas as correntes é que há a relação entre guerra e sociedade. De forma a iluminar tal interação, é possível mostrar alguns exemplos históricos que evidenciam esta relação, destrinchando a forma como este encadeamento se desenvolve.

Na antiguidade, as mudanças tecnológicas, geradas pela sociedade, foram fatores decisivos na transformação do caráter da guerra. Destacam-se a introdução do armamento de bronze, a invenção de carros de guerra e do arco e, mais tarde, a proliferação das armas de ferro. Estas mudanças tecnológicas tiveram um impacto direto sobre o *modus operandi* da guerra, assim como também tiveram implicações profundas nos padrões de estratificação social nas sociedades afetadas por estas mudanças. Como o bronze era escasso e o trabalho envolvido em sua extração e produção era caro, estes itens estavam disponíveis apenas para uma parcela muito pequena da população. Em consequência disso, as sociedades que dependiam muito do seu uso se tornaram rigidamente estratificadas e hierarquizadas, com uma casta de guerreiros claramente diferenciada, que se impunha ao resto da sociedade. Por outro lado, a descoberta do ferro, que é facilmente obtido e barato de se fabricar em grande escala, leva à quebra de hierarquias e a uma mudança geral de ordem social (MALESEVIC, 2010, p. 97).

Entre algumas das nações que se destacaram, há os gregos, que tinham suas forças, basicamente compostas de fazendeiros, estruturadas na falange, e cuja superioridade militar era baseada em sua estrutura organizacional, já que mantinha os soldados em linha, impedindo-os de fugir do campo de batalha. Não havia postos hierárquicos determinados; tais patentes eram eleitas, assim como os cargos civis (KEEGAN, 1994). Naquela época, o foco

era mais em empurrar a linha inimiga à frente do que em propriamente matar. Para isto, fazia-se extremamente importante que os soldados não abandonassem seus escudos, mantendo a linha. Desta forma, a sociedade foi mudando, tendo como ideal a organização social que valorizava a responsabilidade, a solidariedade e a moralidade. Tal fato se torna claro quando se analisa uma mãe espartana falando ao seu filho que este deveria retornar do campo de batalha com o seu escudo ou sobre ele. Ela não se referia a um ato de coragem, mas à responsabilidade que se deveria ter junto ao coletivo (MALESEVIC, 2010, p. 99).

A importância da organização social na expansão da violência se tornou mais clara com o império romano. As inéditas força, longevidade e influência política e cultural de Roma estavam profundamente enraizadas em seu poderio militar. Roma era mais um exército do que um Estado, com epicentro em suas legiões. O fato de as legiões serem disciplinadas e altamente organizadas para lutar — além de também construírem estradas, canais, pontes, aquedutos, represas e muralhas; assim como por ocuparem territórios distantes — fez com que Roma gerasse um alto crescimento na economia e explorasse as riquezas dos territórios ocupados, a fim de financiar futuras expansões. Embora a origem da legião possa ser rastreada até a falange grega, sua estrutura e sofisticação organizacional a diferenciam completamente do modelo anterior. Os comandantes de unidade, os centuriões, eram oficiais profissionais de longa data, os primeiros de seu tipo na história, tornando o exército romano bem organizado, disciplinado e estruturado (MALESEVIC, 2010, p. 100). Neste sentido, ao contrário dos gregos, os legionários romanos eram soldados pagos, o que ajudava a separar estes homens da terra e a torná-los um exército profissional e regular, capaz de lutar distante de casa (SANTOSUOSSO, 2018). A força do Estado romano foi centrada em sua força militar, e sua capacidade militar foi centrada em sua organização social, historicamente sem precedentes (MALESEVIC, 2010, p. 101).

Cabe ressaltar que Roma, ao invés de escravizar grupos inteiros, tendia a acomodar e, gradualmente, assimilar as elites dos inimigos derrotados. De fato, o sucesso da expansão de um império tão grande se baseava, em parte, nas decisões das elites locais, que, após a rendição, tornavam-se parte da estrutura administrativa romana. Com a intenção de manter privilégios, ou mesmo de alcançar alguma promoção, tais elites assimilavam fortemente a cultura romana (MALESEVIC, 2010, p. 101). O Império Romano, por sua vez, dedicava uma grande quantidade de energia e recursos à romanização de seus cidadãos: “essa política consciente envolvia o ensino de linguagem e alfabetização, construção de teatros e anfiteatros

e a integração de cultos locais aos cultos romanos”¹⁰ (MANN, 1986, p. 269). Em outras palavras, o império romano, com sua sociedade extremamente influenciada pelos conflitos enfrentados pelas legiões, gerava, em sua expansão territorial, necessidades que eram absorvidas e resolvidas por meio da organização social, influenciando ainda mais a sociedade de seu tempo.

Os pequenos reinos que emergiram das ruínas do Império Romano do ocidente, após séculos de disputas entre casas reais e conversões em massa ao cristianismo, tiveram, como política dominante e força militar, na Europa ocidental, a dinastia Carolíngia. O sistema carolíngio era fortemente baseado na combinação da tradição germânica de guerra, de ligação pessoal e de lealdade mútua entre o chefe guerreiro e seus aliados próximos, além da prática romana do *precarium* — ato que visava fornecer recursos aos guerreiros em tempos de paz, ou seja, em períodos de poucas oportunidades de saque. Assim, o rei recompensava os melhores guerreiros por meio do arrendamento de terras. Desta forma, o serviço militar dos vassalos estava ligado à terra, e a posse concedida pelo senhor e a relativa permanência desta relação foram santificadas pela doutrina de lealdade da Igreja (MALESEVIC, 2010, p. 104; POGGI, 1978, p. 18-30; KEEGAN, 1994, p. 284-5). Observa-se, então, como o arranjo, estabelecido a fim de se estruturar para fazer frente aos conflitos militares, influenciou a sociedade, já que a espinha dorsal do feudalismo estava fundamentada na forma de operação do modelo carolíngio.

A sociedade feudal era baseada no contrato entre o senhor e seu vassalo, gerando uma estrutura de potência multipolar, fundamentada em reinos menores. Com o tempo, tal sistema se mostrou benéfico para a racionalização da vida social e expansão dos arranjos contratuais comerciais, bancários, políticos e de relações civis. Os vassalos não eram sujeitos aos caprichos dos reis, mas, sim, agentes sociais altamente independentes. Os governantes tinham que garantir a sua lealdade por meio de recompensas materiais e hierarquia de status. Desta forma, os reis não poderiam travar guerras bem-sucedidas, nem proteger o seu reino, sem a assistência militar de seus vassalos, que, por sua vez, exigiam a proteção dos governantes, concessões de terras e reconhecimento social (BEELER, 1971). Consequentemente, a necessidade da organização para o conflito na era medieval gerava uma clara estratificação social, já que um pequeno número de cavaleiros dominava completamente o resto da população. Naquele período, mais soldados morriam na retirada do que na batalha em si, já que a guerra era conduzida, quase que exclusivamente, pelos cavaleiros. A estrutura feudal

¹⁰ [...] this conscious policy involved teaching language and literacy, building theatres and amphitheatres, and loosely integrating local cults into Roman ones. (MANN, 1986, p. 269) (tradução do autor).

não tinha a capacidade de manter os soldados no campo de batalha, o que era reflexo da estrutura social anárquica do feudalismo (MALESEVIC, 2010, p. 102-108).

As inovações tecnológicas transformaram drasticamente a natureza da guerra, gerando uma revolução militar. O baixo custo e a fácil operação das armas de fogo tiveram um profundo efeito na estrutura social militar e na ordem social como um todo, já que qualquer um poderia aprender a carregar e atirar com este tipo de arma. Ou seja, uma numerosa infantaria, armada com simples armas de fogo, substituiu uma cara e exclusiva cavalaria. Embora alavancado nos avanços tecnológicos de armamentos, fortificações e em outras esferas materiais, o conceito de revolução militar também abrangeu a criação de novas doutrinas militares, tais como o desenvolvimento de táticas lineares, melhorias no controle e na logística das tropas e um aumento substancial no tamanho dos exércitos europeus (MALESEVIC, 2010, p. 109-111). Desta maneira, a disciplina romana foi reintroduzida, a fim de que fossem realizados constantes e exaustivos adestramentos, que tinham como foco a própria disciplina militar, a flexibilidade em campo de batalha, a centralização da autoridade, a liderança e a obediência inquestionável ao comandante (MANN, 1986, p. 454). Como consequência das mudanças tecnológicas, da expansão da organização burocrática e do comprometimento ideológico, as guerras se tornaram mais prolongadas e destrutivas, com aumento substancial de mortes de humanos.

Consequentemente, a guerra passou a exigir grandes exércitos permanentes. Para facilitar uma coordenação eficaz de transporte, acomodação, treinamento, suprimento e sustento, a administração militar teve que se tornar mais integrada, centralizada e geograficamente unificada, refletindo tendências semelhantes às que ocorrem no nível do próprio Estado (MALESEVIC, 2010, p. 115). De acordo com Tilly (1975) e Giddens (1985), a preparação para a guerra foi a razão mais importante para o desenvolvimento do Estado. Em seus constantes esforços para financiar as caras guerras (e a conquista de novas terras estrangeiras), os governantes foram forçados a centralizar a autoridade, e tal atitude acabou com a estrutura que caracterizava o feudalismo. O modelo absolutista foi crucial no processo de formação do Estado, já que ele foi capaz de monopolizar e legitimar o uso da violência dentro de seu território. Foi o contexto da guerra que criou o absolutismo e foi o absolutismo que abriu as portas para a modernidade (MALESEVIC, 2010, p. 116). Em outras palavras, as consequências das mudanças no conflito geraram uma mudança na organização social e na ideologia, que, por sua vez, deram origem à modernidade.

Observando-se diversos exemplos na história da interação entre o conflito armado e a sociedade, é possível notar alguns processos que se repetem de tempos em tempos, de forma cíclica. A sociedade, motivada por alguma necessidade, gera tecnologias, o que,

consequentemente, têm impactos na forma com que o conflito passa a ser lutado. Tais mudanças no *modus operandi* do conflito compelem ao estabelecimento de uma nova organização ou orientação das forças militares, o que, por conseguinte, acabam por influenciar a sociedade dos homens. Com base nesta constatação, percebe-se que a evolução do conflito e da sociedade ocorre com um sendo a força motriz do outro. Assim, a fim de seguir com o trabalho, cabe saber quais foram as mudanças e evoluções que a sociedade propôs no *Zeitgeist* atual e quais foram as mudanças no conflito decorrentes destes avanços, tendo especial atenção ao papel da informação, tanto no campo de batalha quanto na conformação da sociedade atual.

2.2.2 O *Zeitgeist* atual

Todas as sociedades vivem influenciadas por uma atmosfera social, que é fruto do tempo em que elas estão inseridas. Os indivíduos e a sociedade se alteram simbioticamente. Mudanças em sistemas sociais, tais como religião, economia, política, conflito e outros, afetam o comportamento humano, assim como as mudanças no comportamento humano exigem a adaptação de tais instituições (HEGEL, 1999).

Com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o término da Guerra Fria (1991), surgiu um ambiente multipolar, difuso e instável, caracterizado por uma reacomodação de forças e pelo aparecimento de disputas geradas por problemas étnicos, religiosos, políticos e tribais. Ao mesmo tempo, surgiram novos vetores com importância crescente neste novo cenário, tais como as diversas Organizações Não Governamentais (ONG) e os Organismos Internacionais (OI). Outro fato pertinente foi o processo de integração planetária social e econômica que passou a relacionar pessoas e empresas de todo o mundo. Tal modelo se consolidou nos anos oitenta, com a definição do capitalismo, baseado na lógica de obtenção de lucros, como uma ordem mundial, e ficou conhecido como globalização. Criou-se, assim, uma rede de conexões que diminui as distâncias e facilita as transações comerciais, financeiras e culturais. O mundo ficou mais próximo, influenciando-se em vários sentidos (ARAÚJO, 2015).

Neste tempo de grandes mudanças, entre os diversos aspectos que afetam o social, a tecnologia digital tem exercido um papel de destaque como propulsora global de cada vez mais alterações de realidade. As inovações digitais surgiram como fruto de um ambiente e hoje são elas que criam uma atmosfera social que, por sua vez, atinge o cenário como um todo, cumprindo um papel fundamental na vida das pessoas, pois disponibilizam um espaço novo e dinâmico para interações sociais (BAPTISTA; BERTOLLI FILHO, 2012).

Assim, a Internet interfere diretamente no modo de as pessoas se comunicarem, agirem e desempenharem seus papéis sociais. Esta evolução possibilitou, a todos os usuários,

serem produtores de conteúdo, tornando a informação livre e de fácil acesso. Neste contexto, aumentou-se muito o fluxo de informações, em termos quantitativos, gerando um excesso de dados para serem processados. Cabe ressaltar que este aumento quantitativo não é, necessariamente, acompanhado de um ganho qualitativo, e isto interfere, sobremaneira, na opinião pública acerca de um tema ou fato que esteja em questão.

Nenhuma nação poderá conduzir satisfatoriamente qualquer crise se não contar com o apoio de sua própria opinião pública. A Guerra do Vietnã deixou claro que, se não houver a “conquista de corações e mentes”, as manobras políticas ou militares que vierem a ser empreendidas, ainda que com êxito, jamais conduzirão à vitória final. Nesta guerra, os americanos tiveram que lutar vendo a mídia fazer o jogo do inimigo, em que, por exemplo, houve uma artista popular norte-americana que levou solidariedade aos *vietcongs*. Aprendida a lição, somente iniciaram as hostilidades na Guerra do Golfo após garantirem total apoio da opinião pública interna e de grande parte do mundo ocidental (WIEST; MCNAB, 2016).

O século XXI pode ser considerado como a era digital. As ferramentas da Internet, como blogs e redes sociais, e as novas tecnologias da telefonia celular estão influenciando os rumos da própria cultura. A possibilidade de o usuário criar ou interagir com todos os tipos de conteúdo disponíveis na rede, sejam eles notícias, informações, formas de consumo, formas de trabalho e outros, transformou a maneira de as pessoas se relacionarem e observarem o ambiente ao seu redor. O grande diferencial é que não se trata mais de algumas emissoras comunicando o mesmo conteúdo para o grande público, mas, sim, de vários usuários produzindo e selecionando o conteúdo conforme seus interesses (BAPTISTA; BERTOLLI FILHO, 2012).

Ou seja: se anteriormente o imaginário coletivo era constituído primordialmente por tradições, escola, família e religião, que tinham um certo tempo de assimilação, hoje a tecnologia leva ao imediatismo e à instantaneidade, o que favorece atitudes igualmente imediatas e instantâneas (ARAÚJO, 2015). Neste caso, um efeito produzido é a espetacularização da guerra, que leva as forças militares a se depararem com um novo fator de decisão: a implicação midiática de suas atitudes e o possível julgamento de seus atos de forma descontextualizada. Neste processo evolutivo, o conflito terá o foco na influência sobre as pessoas; a população passará a ser cada vez mais importante. Assim, cabe se aprofundar em como se apresenta a guerra neste contexto.

2.2.3 A evolução da guerra

É chegado o momento de se entender como está o *modus operandi* do conflito no momento presente. Para facilitar este processo, serão apresentadas as gerações da guerra, uma vez que seu caráter está sempre evoluindo e mudando, fazendo jus à máxima clausewitziana, já citada neste estudo, de que a guerra é um verdadeiro camaleão (LIDDELL HART, 1982). Ao fim, analisar-se-á a geração atual da guerra e suas características.

A guerra de 1ª geração teve como principal característica o emprego do “Princípio da Massa”, onde o intuito é a concentração do potencial de combate em local e hora decisivos. Além disso, esta foi uma guerra de linha e de coluna táticas, com batalhas formais e campos de batalha lineares, razoavelmente ordenados e estruturados. A distinção entre “militar” e “civil” era bem clara, como, por exemplo, no uso de uniformes e no reforço da cultura da ordem. O ápice da guerra de 1ª geração foram as campanhas napoleônicas (1803-1815).

A evolução das armas ruiu com as táticas de linha, gerando uma crescente desordem no campo de batalha. Nesta condição, surgiu a guerra de 2ª geração, no período de 1860 à Primeira Guerra Mundial (1918), em que se buscou uma solução no poder de fogo em massa, a maioria dos quais eram fogos de artilharia indireta. O objetivo principal era o atrito, e a doutrina foi resumida pelos franceses como “a artilharia conquista, a infantaria ocupa”. Nesse período, armas e equipamentos foram criados e aperfeiçoados, em especial o canhão, o fuzil e a metralhadora, resultando na supremacia do fogo sobre o movimento. O poder de fogo foi centralmente controlado e cuidadosamente sincronizado, utilizando detalhes, planos e ordens específicas, para a infantaria, a artilharia e os tanques, como em uma “batalha conduzida”, onde o comandante poderia, de acordo com Lind, ser comparado ao maestro de uma orquestra.

Para Paiva, nestas guerras, que são classificadas como de 2ª geração, “os procedimentos eram rígidos e a disciplina prevalecia sobre a iniciativa” (2010, p. 82). Ou seja, havia uma preocupação com o método de planejamento e as normas de condução das operações, limitando a criatividade pela busca de soluções diferentes e comprometendo a obtenção dos resultados desejados. Assim, continua o autor, a “guerra era estática e de atrito. O atacante ‘empurrava a linha’ e o defensor ‘segurava a linha’, pois não havia mobilidade para envolver e cercar” (2010, p. 83). Foi nesse período que começaram a surgir os blindados e a aviação, o que levou a uma nova geração da guerra.

Assim tem início a guerra de 3ª geração, que ocorre no momento em que o mundo enfrenta a Segunda Guerra Mundial (1939). Esta geração foi desenvolvida pelo exército

alemão, sendo comumente conhecida como *Blitzkrieg*¹¹, ou Guerra de Manobra. Esta geração se caracterizou, principalmente, pelo uso de manobras, tanques, aviões e pelo poder de fogo pesado. Conscientes de que não tinham uma indústria bélica forte devido à Guerra Mundial anterior, os alemães desenvolveram táticas radicalmente novas. Este tipo de guerra tem como base a velocidade e a surpresa. Segundo Lind, taticamente, o exército de 3ª geração busca entrar na retaguarda do inimigo e, assim, recolhê-lo de trás para a frente. Em vez de “fechar e destruir”, o lema passou a ser “desviar e forçar o oponente a entrar em colapso”.

A guerra deixa de ser um concurso de empurrar, onde as forças tentam segurar ou avançar em uma linha, visto que esta guerra de 3ª geração não era linear. Buscava-se a aproximação indireta, conforme descrito pelo estrategista Liddell Hart, já que não se procurava o atrito direto para causar destruição. Assim, a Guerra de Manobra, ao contrário da Guerra de Atrito, visa incapacitar o sistema de combate inimigo, com a obtenção de uma posição vantajosa, e não mais buscando ir ao encontro do conflito direto. Compreender a intenção do comandante passou a ser fundamental, o que significava conceder liberdade de ação e iniciativa para o subordinado poder adaptar planejamentos e aproveitar eventuais oportunidades (LIDDELL HART, 1982). Ou seja, quando se falava em planejamento de batalha, a maior preocupação recaía sobre o objetivo, e não mais sobre o processo.

Após as guerras mundiais, e com o advento da ameaça do holocausto nuclear, em consequência do confronto entre os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS, iniciou-se uma corrida armamentista como nunca visto antes. Desta maneira, diversos atores mundiais, que julgavam seus anseios legítimos, viram-se sem condições de impor seus pleitos, dada a esmagadora desenvoltura militar das duas superpotências supracitadas. De forma a alcançar um método viável de se opor a inimigos muito mais fortes em poderio militar, surgiram novos protagonistas, tais como organizações não estatais armadas e forças irregulares, fossem elas de quaisquer matizes, baseando sua forma de atuação em táticas, técnicas e procedimentos de guerra irregular, iniciando-se, assim, a quarta geração da guerra (FALL, 2015, p. 40-42). Nesta geração, o objetivo final não se dá pela destruição do exército inimigo, mas, sim, pela destruição de sua vontade de lutar. Em outras palavras, em vez de buscar sua destruição física, a busca se dá pela destruição da capacidade interna de coesão do inimigo, meta já preconizada e disseminada pelo milenar general Sun Tzu (2009).

Neste contexto, cabe ressaltar que os conflitos violentos do fim do século XX são de caráter civil, em vez de interestatal, possuindo métodos não ortodoxos e valendo-se de alta

¹¹ Doutrina militar alemã que consistia em utilizar forças móveis em ataques rápidos e de surpresa, com o intuito de evitar que as forças inimigas tivessem tempo de organizar a defesa.

tecnologia, de financiamento externo, ao invés de interno, e sendo caracterizados como de baixa intensidade, mas acompanhados de alta brutalidade, atacando deliberadamente os civis. Este novo tipo de conflito é baseado em táticas de terror e guerrilha, em estratégias militares como controle da população, em vez de captura territorial, na utilização de diversos tipos de combatentes (exércitos privados, gangues e senhores da guerra, ao invés do soldado profissional ou conscrito) e é altamente descentralizado (MALESEVIC, 2010, p. 311-312).

A sociologia que envolve este novo *modus operandi* é abordada por alguns estudiosos, como, por exemplo, Bauman (2001). Para eles, os conflitos vêm se desenvolvendo historicamente em métodos, estratégias, táticas e nível de sacrifício humano. E a transformação na guerra é vista como um sintoma das mudanças sociais geradas pelo poder da economia globalizada. Eles distinguem o novo tipo de guerra em duas formas: Guerras predatórias e Guerras de estilo ocidental de tecnologia avançada. Guerras predatórias são conflitos que surgem no contexto desenfreado de liberalismo na economia, que enfraquece os Estados, que já são fracos, resultando em consequente colapso. Já as Guerras de estilo ocidental de tecnologia avançada surgem com a maturação de avançadas tecnologias militares, que permitem que se lute contra um adversário à distância sem que se sofra um grande número de baixas (MALESEVIC, 2010, p. 315).

Para Mary Kaldor, a globalização — que é um efeito derivado da revolução nas tecnologias de informação e na evolução da comunicação e do processamento de dados — é a chave das novas guerras. Este processo revolucionou a tecnologia militar, mas, mais importante que isto, revolucionou as relações sociais na guerra. O foco de estudo da autora se concentra nas Guerras predatórias. Assim, ela afirma que o novo tipo de conflito se diferencia em todos os aspectos da guerra convencional, desde suas estratégias, táticas, métodos de combate, aumento de derramamento de sangue e a escalada desenfreada da assimetria de casualidades entre civis e militares. Ainda enfatiza que as novas guerras são descentralizadas e prosperam com a disponibilidade de armamento barato. Defende que estas guerras são lutadas por razões diferentes das anteriores. Para ela, os objetivos das novas guerras são sobre identidade política, em contraste com os objetivos ideológicos ou geopolíticos das anteriores (KALDOR, 2001).

Com relação às Guerras de estilo ocidental de tecnologia avançada, Bauman defende que a modernidade se baseia na dissolução de fronteiras e na migração do poder do Estado-nação para as corporações globais. Defende, ainda, que as guerras de globalização têm como objetivo principal a abolição da soberania e a neutralização de potenciais resistências a esta

mudança. Neste contexto, estas guerras são do tipo “hit-and-run”¹², uma vez que não se busca mais o domínio de território, mas, sim, o dos recursos deste território. Uma das questões fundamentais deste tipo de guerra é minimizar os riscos do pessoal militar ocidental, e isto se dá por meio de tecnologia. Desta forma, reduzem-se, conseqüentemente, os riscos políticos e eleitorais da liderança deste Estado. O objetivo destas guerras raramente é ideológico ou nacionalista, mas, sim, instrumental e dirigido pela política. Uma das conseqüências destas guerras *high tech*, que gera este afastamento entre o combatente e o alvo, é a ausência do testemunho do devastamento que o piloto, por exemplo, pode causar. Tal fato faz com que os causadores do dano não tenham impacto moral sobre suas consciências, exigindo pequeno esforço para convencê-los de que a causa pela qual estão “lutando” é nobre, além de suprimir a avaliação do indivíduo sobre as conseqüências de seus atos (BAUMAN, 2001).

Ao contrário dos autores anteriores, Malesevic discorda de que os objetivos e a natureza da guerra tenham mudado. No entanto, para ele, dizer que as causas e objetivos dos conflitos contemporâneos não diferem muito de seus predecessores da era pré-global não significa dizer que nada mudou. Os objetivos geopolíticos dos Estados-nações mudaram substancialmente. Como exemplo, expansão territorial e imperialismo perderam sua legitimidade e os atuais objetivos são moldados e restringidos por forças estruturais da sociedade, ou seja, independentemente de sua força econômica e militar, nenhum estado consegue legitimar a invasão de um território ou tratar outros cidadãos de outras culturas como inferiores. É inegável que o *modus operandi* se alterou. Assim, o autor cita que, em superpotências como os EUA, há a possibilidade de se utilizar uma tecnologia avançada que permita realizar uma pressão coercitiva sobre governos não cooperativos, e de lutar de médio alcance guerras de atirar e correr, minimizando as baixas militares. Os Estados-nação têm suas ações limitadas, visto que não há mais operações que permaneçam em segredo e há a obrigatoriedade de se alcançar o apoio popular para as intervenções, forçando estes Estados a, por diversas vezes, adotar políticas de barganha, sedução e pressão ocasional, também conhecidas como *Soft Power* (MALESEVIC, 2010).

Neste sentido, o presente trabalho se aprofundará na relação deste *Soft Power* com a informação, a fim de se compreender qual é o papel da mesma nesta revolução tecnológica que invade o campo de batalha, e, assim, obter os subsídios necessários para entender as OpInfo como fruto da evolução da guerra.

¹² Atirar e correr (tradução do autor).

2.2.4 As demandas do atual *modus operandi* do conflito

As mudanças tecnológicas transformaram a informação não de forma evolutiva, mas, sim, revolucionária, o que impacta, inevitavelmente, de forma direta nas operações militares. Isto faz com que se necessite de: um aumento de informações acerca do adversário; um aumento de consciência situacional como importante fator de sucesso das operações; um sistema mais eficiente entre decisores e executores; e de uma adaptação ao que isto representa na forma como as batalhas, hoje, são conduzidas, visto que a centralização proporcionada pela tecnologia reduz, automaticamente, a iniciativa dos subordinados. A explosão da informação associada aos avanços cibernéticos tem grandes implicações na forma como se dispõe uma força para responder ao conflito atual (TILL, 2004).

Para fazer frente às transformações tecnológicas atuais e vindouras, faz-se necessário que as implementações tecnológicas sejam acompanhadas pelos estrategistas por meio de atualizações doutrinárias e organizacionais, sendo defendido, por alguns, que mudanças mais profundas devem ser feitas, como de caráter político, econômico, social e cultural. Assim, os militares necessitam desenvolver estratégias para lidar com esta revolução. Para que isto ocorra com celeridade e eficiência, há de se ter atenção a alguns pontos, a saber: disponibilidade de pessoal esclarecido; manutenção de contato com a tecnologia; instituições flexíveis; capacidade de absorver experiências externas; estabelecimento de ambiente criativo; revisão cíclica de ideias; entre outros (TILL, 2004).

Soldados e pilotos necessitam, cada vez mais, de conhecimentos técnicos complexos. No entanto, paradoxalmente, eles têm cada vez menos senso de controle sobre suas atitudes. Tal fato decorre da distância, já abordada anteriormente, em que os mesmos se encontram do campo de batalha, o que não permite que os sentimentos humanos interfiram na execução de uma operação, nem que se questione acerca da legitimidade do que se está realizando. Neste ínterim, a espetacularização da guerra é um dos aspectos que concorrem para a indiferença em relação ao que ocorre efetivamente no conflito. A mídia tradicional e digital transformou o conflito em algo como um jogo virtual, que pode ser gravado pelos telespectadores e depois repetido diversas vezes. Assim, destrói-se qualquer tipo de empatia com o destino do inimigo, pois o público se distancia emocional e psicologicamente do que está ocorrendo no campo de batalha (COKER, 2002).

Apesar do referido afastamento e da indiferença em relação ao conflito, a velocidade e a acessibilidade da informação não permitem que uma força militar se abstenha da moralidade, sob pena de, mesmo sem sofrer uma derrota em campo de batalha, perder

efetivamente a guerra, devido a derrotas no âmbito da narrativa. Para atender a esta nova necessidade, rejeita-se a visão de moralidade como um sistema de princípios morais inquestionáveis e inescrutáveis. Em vez disso, procura-se fornecer uma estrutura racional para discutir questões morais, argumentando que o que conta como ação correta deveria ser baseado nas consequências destas ações. Assim, fomenta-se o florescimento humano, uma vez que a moralidade nos permite viver harmoniosamente juntos em comunidade, cumprindo, assim, com as nossas necessidades sociais (FISHER, 2013).

Para se ter em conta como uma bússola moral, que ajude a traçar o rumo correto em um mundo que, ao se deparar com as guerras, vê surgirem diversos dilemas morais de difícil resolução, há a tradição da guerra justa. Esta, apesar de compreender que a guerra é, por vezes, necessária ao bem-estar humano, entende que a guerra causa imenso sofrimento, e por isso, tenta limitá-la. Assim, restringe, por meio de princípios, quando a guerra pode ser iniciada (*jus ad bellum*), de que forma tem que ser conduzida (*jus in bello*) e a necessidade de se garantir a justiça após a guerra (*jus post bellum*). Tal tradição diz que a guerra tem que ter um motivo justo, ela tem que ser o último recurso, e o dano derivado da guerra não deverá ser desproporcional ao ganho a ser conquistado com a mesma. A tradição da guerra justa oferece orientação inestimável e legitimidade para os políticos e líderes militares que tomam decisões importantes para ir à guerra, assim como para as pessoas que a conduzem e que podem ser confrontadas com decisões muito maiores do que jamais encontrariam em vidas civis (FISHER, 2013).

Diante de todo o exposto, percebe-se, hoje, uma mudança de postura diante da tecnologia e da forma como o conflito se apresenta. De acordo com Coker, este processo está em variação, pois há uma tendência de se observar a tecnologia não como uma extensão do guerreiro, mas, sim, como seu substituto. Em breve, o ser humano não será mais a referência de medida da guerra, já que se observam as máquinas ameaçando transformar o soldado em algo redundante e obsoleto. Com os computadores aumentando sua capacidade de processamento de dados, fornecendo informações de forma cada vez mais rápida, as ações humanas deverão ficar gradativamente subordinadas às máquinas. Isto ocorre porque paulatinamente as informações serão filtradas por sistemas computacionais, aumentando a dependência de um operador ou de uma equipe para realizar a compreensão de uma situação. A guerra é cada vez mais veloz e exige que decisões sejam tomadas mais rapidamente. Eventualmente, no futuro, talvez tenhamos que apenas carimbar as decisões tomadas pelos sistemas computacionais (COKER, 2002).

2.3 Desafios da informação

Os esclarecimentos e dados fornecidos até agora mostraram o *modus operandi* do conflito no atual *Zeitgeist*, ficando clara a importância da tecnologia no contexto atual. E, dentro deste progresso tecnológico, há o avanço da tecnologia da informação, que ocasiona impactos tanto no campo de batalha quanto na sociedade em si, conforme foi descrito na subseção da relação histórica entre conflito e sociedade.

Till, em seu livro *Seapower: A Guide For The Twenty-First Century*¹³, relata os seguintes impactos nas operações militares advindas da revolução da informação:

- Aumento extraordinário nas informações operacionais sobre as forças e movimentos do adversário. Tal conhecimento estará disponível muito mais rápido (sendo possível até um acompanhamento em tempo “real”) e mais preciso. A névoa da guerra pode não desaparecer, mas certamente diminuirá. É provável que o relacionamento entre oponentes na guerra do futuro seja mais relacionado ao xadrez (onde a posição e o valor de todas as peças são conhecidos) do que ao poker (onde não estão).
- Como conhecimento é poder, quanto mais se souber, mais se ganhará. Uma “consciência situacional” superior ao do adversário tornar-se-á ainda mais importante como fonte de sucesso operacional. Defender as próprias informações e atacar as do adversário se tornará uma nova dimensão de guerra. A superioridade da informação pode ser definida como “A capacidade de coletar, processar e disseminar um fluxo ininterrupto de informações enquanto explora ou nega a mesma capacidade a um adversário”. Isso aumenta a perspectiva de informação como guerra de informação em vez de informação em guerra. Talvez, algum dia, precisemos de uma teoria acerca da supremacia da informação, assim como fazemos com a supremacia aérea ou marítima, que são condições básicas para a execução de diversas operações militares.
- A tecnologia da informação oferece um meio de conectar forças amigas de maneira muito mais sistemática. De fato, essas ligações unem os componentes do sistema tão intimamente que não faz sentido pensar em plataformas (aeronaves, navios, tanques) isoladas. Em vez disso, estas precisam ser pensados como parte de um todo maior, ou como um “sistema de sistemas”.
- A tecnologia da informação torna o sistema de comando, sensores e atiradores, muito mais responsivos operacionalmente. Os comandos serão mais rápidos e precisos. Tempos de reação entre a identificação de um alvo e a entrega de um ataque reduzirá de dias (no caso de ataques com mísseis de cruzeiro em 1991) a horas e até minutos. Essa redução de tempo ocorrerá, em parte, devido ao maior poder de processamento de dados do computador e, em parte, ao advento de meios de ataque mais rápidos (como mísseis supersônicos). O comandante também terá uma maior variedade de meios de ataque à sua disposição.
- Com a situação do sistema de sistemas criada pela tecnologia da informação, ficam desafiados os sistemas tradicionais de controle e a iniciativa independente do comandante da cena de ação, uma vez que, para dar sentido a esse novo tipo de sistema, se faz necessário que toda a autoridade sobre as unidades subordinadas esteja orientada a algum poder central, provavelmente em terra. Cada vez mais,

¹³ Poder Marítimo: Um Guia para o século Vinte e Um (Tradução do autor).

será responsabilidade de uma autoridade de maior precedência que o comandante da cena de ação, localizar e responder ao inimigo. (TILL, 2004, p. 130-131).¹⁴

Desta forma, analisando todo o escopo de informações apresentadas no estudo até o momento, consegue-se tirar algumas conclusões que permitem identificar qual é a relação das OpInfo com a evolução da guerra.

A guerra é a forma mais violenta do conflito, que, por sua vez, é inerente às relações sociais. Assim, pode-se identificar a simbiose entre conflito e sociedade ocorrendo desde os primórdios, quando o homem se organizou em comunidade e adotou o estilo de vida sedentário. Tal interação, como demonstrada na subseção da interação histórica entre conflito e sociedade, mostra-se capaz de realizar mutação em ambos, um como força motriz de mudança do outro.

Esta influência recíproca caminhou através do processo de evolução, com o desenvolvimento de tecnologias que, por sua vez, acabam alterando a forma de lutar no campo de batalha, forçando a uma reorganização das forças militares, que acabam por influenciar a sociedade. Esta nova sociedade perfaz novas tecnologias, reiniciando um novo ciclo de desenvolvimento. No atual momento, pode-se dizer que estamos na era digital, em que as distâncias se encurtam e se obtêm dados sobre quase tudo em tempo real.

Este aprofundamento virtual da sociedade, possibilitado graças ao grande progresso de processadores e de novas tecnologias de comunicação, tem como consequência a eliminação

¹⁴ • There has been an extraordinary increase in operational information about the adversary's forces and movements. Such knowledge will be available much faster (even in 'real' time) and more accurate. The fog of war may not have disappeared but it has certainly thinned. Future engagements seem likely to be more related to chess (where the position and value of all the pieces are known) than to poker (where they are not).

• Since knowledge is power, the more you know, the more you will win. Information superiority (or better 'situational awareness' than the adversary) has become even more important as a source of operational success. Defending your information and attacking the adversary's becomes a new dimension of war. Information superiority has been defined as 'The capability to collect, process and disseminate an uninterrupted flow of information while exploiting or denying an adversary's ability to do the same.'³⁸ This raises the prospect of information as warfare rather than information in warfare. Maybe we need a theory of information supremacy, just as we do one for air or sea supremacy.

• IT offers a means of linking friendly forces up much more systemically. Indeed these linkages tie the individual components of the system together so closely that it hardly makes sense to think of platforms (aircraft, ships, tanks) on their own. Instead they need to be thought of as part of a greater whole, or as a 'system of systems' in fact.

• IT makes this system of command, 'sensors' and 'shooters', much more responsive operationally. Commands will be faster and more precise. Reaction times between the identification of a target and the delivery of an attack will reduce from days (in the case of cruise missile attacks in 1991) to hours, and even minutes. This time reduction will come about partly in consequence of the faster data processing resulting from enhanced computer power, and partly through the advent of more rapid means of attack (such as supersonic missiles). The commander will also have a greater variety of means of attack at his disposal.

• All of these systems of systems involved challenges to the traditional and independent initiative of the local commander since, to make sense of it all, final authority for the disposition and use of the individual units had to be vested in some central authority, probably ashore. Increasingly it will be higher authority rather than the commander on the spot who has responsibility for locating the adversary, and responding to him. (TILL, 2004, p. 130-131) (tradução do autor).

do elemento mediador. Isso é dizer que, na Internet, onde todos têm a possibilidade de se conectar com todos, há a capacidade de se realizar trocas, vendas, compras e serviços, seja de materiais ou de informação, sem que haja um intermediador, tal como um jornal ou uma instituição física, para atestar, verificar e controlar esta interação. Isto muda profundamente as relações sociais como eram conhecidas até hoje, gerando, por exemplo, um grande aumento do fluxo de dados, visto que todos indivíduos podem produzir e reproduzir informação ao seu bel-prazer, sem nenhuma supervisão qualitativa, incorrendo, assim, na possibilidade de alterações de percepção acerca de uma realidade baseada em inverdades.

Neste ínterim, voltando-se a atenção para o que foi abordado na subseção da evolução da guerra, relembra-se que, no atual estágio dos confrontos, faz-se condição *sine qua non* o apoio da opinião pública: seja interna, a fim de manter o apoio financeiro à campanha; seja internacional, para não sofrer influências que impossibilitem a execução de operações bem-sucedidas. Assim, a informação tem um grande poder, pois é por meio dela que se travará o combate em busca de uma narrativa que conceda legitimidade.

Ou seja, a tecnologia gerada, a Internet, os meios de comunicação e toda esta nova interação social, vêm mudando a forma como se combate, já que a busca da legitimidade, antes relegada a segundo plano, torna-se cada vez mais relevante, convertendo-se, por muitas vezes, no objeto do conflito em si. Este embate de ideias, que visa à conquista dos corações e mentes das pessoas, vale-se dos meios midiáticos como campo de batalha. Desta forma, como próximo passo do ciclo descrito na evolução simbiótica entre conflito e sociedade, surge uma nova acomodação das forças militares, que exige, como uma de suas vertentes, novas doutrinas. É neste contexto que a evolução da guerra demanda as OpInfo.

Cabe às OpInfo, que estarão dispostas a atuar tanto nos níveis tático, estratégico ou operacional da guerra, gerenciar a informação presente, tanto na guerra da narrativa quanto nos dados que possibilitam o ciclo decisório de forças amigas e inimigas, tornando, desta maneira, a informação um elemento de combate, com a capacidade de interferir diretamente na percepção das pessoas acerca de algo, sejam elas militares ou civis envolvidas direta ou indiretamente no conflito.

Portanto, as OpInfo são fruto do processo evolutivo do conflito e da sociedade, exigindo que as forças militares se debrucem sobre o tema, a fim de que não fiquem relegadas ao passado e, conseqüentemente, derrotadas na guerra. Ignorar tal fato seria incorrer em erro semelhante a uma cavalaria, munida de seus cavalos e armaduras reluzentes, apresentar-se ao campo de batalha contra armas de fogo automáticas.

3 AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL

O presente capítulo buscará entender o que são e como funcionam as OpInfo no seio das Forças Armadas brasileiras. Isto ocorre como consequência do capítulo anterior, em que ficou claro que o mundo, cada vez mais globalizado, onde a informação flui sem nenhum controle e com velocidade cada vez maior, o que influenciou a evolução da guerra na direção dessa atividade. Para tanto, analisar-se-ão as doutrinas da MB e do EB acerca do assunto. A Força Aérea Brasileira não será contemplada, visto não possuir, até o momento em que este estudo está sendo feito, nenhum documento oficial que verse sobre esta matéria.

No entanto, antes de se debruçar sobre o assunto supracitado propriamente dito, há um tema que merece ser explorado, a fim de aumentar o escopo de conhecimento acerca deste novo cenário de combates apresentado no capítulo anterior, que é a guerra irrestrita.

Ficou claro que a tecnologia foi uma das grandes propulsoras de mudanças na sociedade e, assim, consequentemente, da guerra. Assim, as Forças Armadas precisam se ajustar, com o propósito de conquistar seus objetivos. Till defende que são necessárias atualizações doutrinárias e organizacionais e alerta que, eventualmente, algumas mudanças mais profundas devam ocorrer, tais como de caráter político, econômico, social e cultural (2004). Neste contexto, o trabalho *A Guerra Irrestrita*, dos coronéis chineses Qiao Liang e Wang Xiangsui, destaca-se. Pois, atentos às mudanças do cenário do conflito e cientes das limitações de recursos para se competir em um ambiente de alta tecnologia, formulam uma doutrina que defende mudanças mais profundas, mas que exigem menor fluxo financeiro para o desenvolvimento tecnológico militar.

Neste íterim, é interessante contextualizar o percentual do PIB investido em defesa no Brasil, visto que, de acordo com a Política Nacional de Defesa (PND), mesmo tendo claro em sua política externa a definição da América do Sul como uma de suas áreas estratégicas prioritárias (BRASIL, 2012, p. 21), o país não possui o maior investimento dentre os da região delineada. Além disso, constata-se que o investimento mencionado se encontra, historicamente, em um processo de encolhimento, conforme pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 1: Gastos em Defesa x PIB

PAÍS	2019	2018	2017	2016	2015	2014
<i>BRASIL</i>	1,5%	1,5%	1,4%	1,4%	1,4%	1,3%
<i>COLÔMBIA</i>	3,2%	3,1%	3,2%	3,1%	3,1%	3,1%
<i>CHILE</i>	1,8%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	2,0%
<i>EQUADOR</i>	2,3%	2,4%	2,4%	2,5%	2,6%	2,7%
<i>EUA</i>	3,4%	3,3%	3,3%	3,4%	3,5%	3,7%

Fonte: SIPRI.¹⁵

De acordo com o General Rocha Paiva, no livro *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*, o Brasil emerge como ator de maior peso no cenário global, e, assim, será cada vez mais chamado a participar da solução de crises internacionais. No entanto, há nas Forças Armadas vulnerabilidades na questão de projetar poder internacionalmente. Parte do processo de mudança neste cenário envolveria a revisão dos governos em relação às prioridades de distribuição de recursos, redirecionando para a Defesa parte dos vultosos investimentos destinados a diversas áreas muito bem aquinhoadas (PAIVA, 2010, p. 93-94), conforme é observado nos EUA (Tabela 1), ator que se instala de forma a ser mundialmente relevante. Enquanto estas condições políticas não se consubstanciam, o conteúdo de *A Guerra Irrestrita* se torna atrativo para avaliações de adaptações doutrinárias que porventura venham a ser estudadas ou implementadas.

3.1 A guerra irrestrita

O livro *A Guerra Irrestrita* tem como referência de estudo a 2ª Guerra do Golfo (1990-1991), uma vez que, para seus autores, esta foi uma guerra que mudou o mundo. Neste acontecimento, eles entenderam que a guerra, descrita em termos gloriosos e dominantes, deixou de ser um dos mais importantes eventos no cenário mundial e passou a ter uma importância secundária. Para justificar sua visão, enunciam os ataques terroristas conduzidos por Osama Bin Laden às embaixadas norte-americanas (1998) e o ataque com gás sarin no metrô de Tóquio (1995), realizado pelos discípulos de Aum Shinrikyo, como exemplos de episódios cujos graus de destruição são comparáveis aos de uma guerra (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 5-7).

¹⁵ SIPRI. SIPRI military expenditure databases, 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milexhttps://>. Acesso em: 13 set. 2020.

Esta percepção é consoante com diversos estudiosos influentes, como Kaldor (2001), Bauman (2001) e Shaw (2005), que argumentam que os conflitos violentos do fim do século são totalmente diferentes de seus predecessores. Para eles, este novo tipo de conflito difere em: escopo (conflito de caráter civil, ao invés de interestatal), métodos, modelos de financiamento (externo, ao invés de interno), e por serem caracterizados pela baixa intensidade, mas acompanhados de alta brutalidade, atacando deliberadamente os civis. Este novo tipo de conflito é baseado em táticas de terror e guerrilha, diferentes estratégias militares (controle da população, ao invés de captura territorial), utilização de diversos tipos de combatentes (exércitos privados, gangues e senhores da guerra, ao invés do soldado profissional ou conscrito) e são altamente descentralizados.

Em sentido oposto, Malesevic (2010) acredita que as causas e objetivos dos conflitos contemporâneos não diferem muito dos predecessores da era pré-global, já que — apesar de admitir que, atualmente, os conflitos internos ocorrem com mais frequência que os conflitos externos — não vê relação causal entre os dois. Como exemplo, apresenta as guerras de independência, que se iniciam, geralmente, como conflitos internos, e, em caso de sucesso do lado independencista, migra para um conflito externo. Não concorda, também, que o nível de brutalidade junto aos civis tenha aumentado, e, para ilustrar, menciona o holocausto, que implicou em milhares de mortes de civis. Com relação à questão terrorista e de guerrilha, ele considera que estas já haviam se apresentado na Revolução Mexicana (1910-20), por exemplo. Mas alerta que isto não significa dizer que nada mudou. Os objetivos geopolíticos dos Estados-nações mudaram substancialmente. Como exemplo, expansão territorial e imperialismo perderam sua legitimidade, e os atuais objetivos são moldados e restritos por forças estruturais da sociedade; ou seja, independentemente de sua força econômica e militar, nenhum Estado consegue legitimar a invasão de um território ou tratar outros cidadãos de outras culturas como inferiores (MALESEVIC, 2010, p. 312-314).

Em outras palavras, pode-se dizer que os autores citados chegam a um consenso de que, enquanto se observa uma redução na escala de violência militar, evidencia-se um aumento na violência política, econômica e tecnológica. Porém, a despeito das formas que a violência possa assumir, a guerra continua sendo guerra. A diferença é que não há mais, necessariamente, o emprego da força armada para compelir um inimigo a se submeter à sua vontade, mas, sim, a utilização de todos os meios, militares e não militares, letais e não letais, para forçar um adversário a se submeter aos seus interesses (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 7). Desta forma, cabe um aprofundamento no assunto.

3.1.1 Um novo tipo de guerra

Em agosto de 1990, Saddam Hussein determinou que as forças iraquianas invadissem o Kuwait, atentando contra a Doutrina Carter. Desta forma, os Estados Unidos da América, obtendo o respaldo das Nações Unidas, lideraram uma coalizão internacional que expulsou os iraquianos do pequeno Kuwait. O que se viu nesta guerra foi um enorme poderio norte-americano, impondo ao seu inimigo uma derrota esmagadora. Observando este conflito, Bevin Alexander (1995) concluiu que os EUA dispunham de forças armadas tão poderosas e eficientes que se tornaram, virtualmente, imbatíveis em um campo de batalha convencional e que somente poderiam ser vencidos por meio da guerra irregular.

A guerra irregular, bem como a guerra assimétrica ou a guerra irrestrita, traduz-se restritivamente pela natureza do conflito. Quando a intenção é observar a modalidade geracional do conflito, deve-se observar o conceito, já comentado neste trabalho, de guerra de quarta geração (FRIEDE; COMBAT, 2019, p. 262). Neste sentido, a guerra de quarta geração é algo mais abrangente, pois estuda o fenômeno do conflito observado no *Zeitgeist* em que se situa. Neste ponto, entender-se-á que Bevin Alexander, quando se referiu à guerra irregular em sua previsão, estava confirmando que a geração da guerra havia mudado, e esta possuía características como: busca pelo reconhecimento internacional do conflito (legitimidade); imposição de uma ordem baseada na força, para efetivar o projeto de poder político (guerra irregular); conquista de uma vitória político-diplomática (em substituição ao antigo ideário de vitória militar e política), visando forçar o adversário a negociar, em termos compulsórios, a paz (FRIEDE; COMBAT, 2019, p. 180).

Considerando-se os dois parágrafos supracitados, a fim de se obter um parâmetro entre as diferenças entre as gerações da guerra, apresentar-se-á uma comparação entre os atentados de 11 de setembro e o ataque japonês à base aeronaval de Pearl Harbor durante a Segunda Guerra Mundial, permitindo-se desta forma, confrontar um ataque convencional com um ataque irregular.

A agressão perpetrada no domingo, 7 de dezembro de 1941, foi considerada um ato infame, pois não havia ainda uma declaração formal de guerra e provocou forte comoção popular e o ingresso dos EUA na Segunda Guerra Mundial. O ataque japonês foi dirigido a um alvo militar legítimo, a esquadra norte-americana do pacífico. As baixas do pessoal militar dos EUA somaram 3.303 mortos. Para execução deste ataque, as forças nipônicas foram obrigadas a navegar com uma esquadra de 31 navios, carregando mais de 300 aeronaves, por 5,6 mil quilômetros, sem serem detectados. Já os atentados de 11 de setembro foram

executados contra alvos psicológicos; o World Trade Center simbolizava tanto o vigor do capital globalizado quanto o poderio econômico estadunidense, implicando em grande comoção na opinião pública e na Guerra ao Terror. Os atentados mataram 3.071 pessoas, a maior parte delas constituída por civis inocentes, deliberadamente transformados em alvos. Os meios utilizados pelos terroristas foram quatro aeronaves comerciais sequestradas por 19 militantes fundamentalistas (VISACRO, 2009, p. 29-30). Constata-se, assim, a possibilidade de grande diferença de economia de meios por parte dos agressores dos EUA. E, como apresentado por Bevin Alexander anteriormente, a problemática dos meios seria a questão intransponível para se enfrentar essa superpotência em campos de batalha tradicionais, e agente transformador na forma como a guerra seria travada. Cabe ressaltar, ainda, que o Japão alcançou objetivos em um arquipélago no Pacífico, enquanto a Al-Qaeda chegou nas principais cidades americanas.

Neste contexto, os coronéis chineses, estudiosos desse novo ambiente do conflito, tiveram a percepção de que a integração e a globalização tecnológica permitiram novas concepções de armas. Desta forma, a utilização de instrumentos financeiros para a destruição de uma economia e ataques cibernéticos ou midiáticos, a fim de determinar decisões políticas¹⁶, tornaram-se viáveis. Tais movimentos obscureceram a face da guerra. Baseados nestas ações, concluíram que deveriam criar uma nova designação para este tipo de guerra, que é capaz de transcender todas as fronteiras e limites: a guerra irrestrita, já que, neste novo conceito, a guerra prescreve a prontidão de todos os meios disponíveis, a onipresença da informação e a presença do campo de batalha em todos os lugares (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 15-16).

3.1.2 Armas para um novo tipo de guerra

Para o General de Exército Carlos Alberto Pinto Silva (2007), a guerra de quarta geração marca a mudança mais radical desde a Paz de Vestfália, pois, nesta geração atual, o Estado perde o monopólio sobre a guerra propriamente dita. Em todo o mundo, militares se encontram combatendo oponentes não estatais, tais como: a Al-Qaeda, o Hamas e o Hezbollah. A quarta geração é marcada também por uma volta a um mundo de culturas, e não meramente de países, em conflito. Em guerras desta natureza, uma invasão de imigrantes

¹⁶ Efeito CNN é o impacto coletivo gerado pela cobertura de eventos em tempo real das mídias. O termo nasceu quando o presidente Bush decidiu enviar tropas para a Somália depois de ver refugiados famintos através da cobertura da CNN (Belknap, 2001).

pode ser tão perigosa quanto a invasão do exército inimigo. Neste contexto, trata-se de resolver situações sociais e culturais em um ambiente hostil, as quais requerem uma preparação e métodos de execução diferentes daqueles que têm sido empregados. Assim, a assimetria, característica desta geração, não é somente a guerra do fraco contra o forte, é a introdução de um elemento de ruptura, tecnológico, estratégico ou tático, que muda a ideia preconcebida. Isto quer dizer que não existe conflito armado assimétrico pela desigualdade entre os adversários, senão quando os adversários adotam formas de combate diferentes em sua concepção e desenvolvimento, ou seja, deriva-se de uma força empregando novas capacidades, que o oponente não percebe, nem compreende nem espera.

Coincidindo com a visão do General, antigo Comandante de Operações Terrestres do EB, os Coronéis Liang e Xiangsui se debruçam sobre a necessidade de evolução das armas. Para tanto, alegam que isto é possível por meio da inovação, repensando o uso dos armamentos de forma isolada ou em conjunto com outras armas, para que se possa alcançar um novo patamar de desempenho. Ou seja, a necessidade real é a do rompimento com a mentalidade de gerações de armas e seus respectivos empregos, adquirindo-se, assim, a capacidade de transformar sistemas tidos como ultrapassados em algo significativo. Outra opção apresentada é a concepção de armas específicas para guerrear. Nesta nova linha de pensamento, primeiro se determina o modo de combater e, em decorrência, desenvolve-se o armamento, abalando, assim, a condição deste como precursor das revoluções militares, pois a definição tática vem em primeiro lugar (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 23-27).

Em relação à primeira possibilidade, pode-se citar a Operação Rio 1 (2010), precursora da Operação Arcanjo (2011-2012), que teve como mote a invasão do complexo das comunidades da Vila Cruzeiro e do Alemão. Naquele episódio, a MB utilizou, em vielas estreitas e íngremes, viaturas blindadas sobre lagarta M-113, as quais foram desenvolvidas na década de 1960, visando ao emprego em campo aberto. Esta, até então, era a doutrina vigente para este meio no Brasil, pois tinha a missão de conferir mobilidade, proteção blindada e poder de fogo aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais¹⁷ por ocasião do desembarque em uma Operação Anfíbia¹⁸. No entanto, observou-se que suas dimensões e sua capacidade de transpor obstáculos seriam de grande valia no combate urbano das favelas

¹⁷ Organização por tarefas, nucleada por tropa de fuzileiros navais, constituída para o cumprimento da missão específica e estruturada, segundo conceito organizacional de componentes, que grupa os elementos componentes de acordo com a natureza de suas atividades (BRASIL, 2015, p. 131).

¹⁸ Operação de Guerra Naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre litoral hostil, ou potencialmente hostil ou permissivo, com o propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir missões designadas (BRASIL, 2015, p. 189).

cariocas, e, assim, modificou-se a tática até então preponderante ao meio, conferindo uma grande capacidade às tropas envolvidas na operação.

Em relação à segunda opção, os autores, na busca de uma resposta para o desenvolvimento de armas para situações específicas — que fujam dos altos custos inerentes à alta tecnologia, que é a solução adotada pelos norte-americanos para resolver esta questão —, apresentam o conceito de armas neoconcepcionais. Para tal, conferiram uma maior abrangência ao conceito de armas, uma vez que estas têm uma perspectiva mais genérica, englobando todos os meios, inclusive aqueles que transcendem a ambiência militar. Desta forma, qualquer coisa pode ser transformada em arma: a indução de um colapso de um mercado acionário; a contaminação de uma rede de computadores por um vírus; um rumor que resulte na flutuação do câmbio; entre outros. Coisas comuns do dia a dia podem ser transformadas em armas de guerra, obtendo características ofensivas e letais (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 28-33).

Cabe ressaltar que os esforços para o aprimoramento das armas sempre foram no sentido de incrementar o seu poder de destruição. No entanto, o advento da bomba nuclear modificou esta dinâmica. Tal fato se baseia na questão de que o uso de uma arma nuclear no campo de batalha seria suficiente para o uso indiscriminado de todas as armas nucleares. O que levaria diretamente ao armagedon. Isto decorre do fato de não haver distinção entre armas nucleares táticas e estratégicas. Desta forma, considerando a teoria clausewitziana, em que a guerra é a política por outros meios, é difícil arranjar algum objetivo político que, ao final, leve a nenhuma vantagem, somente à destruição (BRODIE, 1978). Tal situação gera uma nova abordagem, privilegiando o crescente aprimoramento do controle do poder letal das armas, associando sua eficácia a uma possibilidade aceitável de emprego.

Neste universo, o livro dos autores chineses tem uma visão semelhante e aponta para armas de menor letalidade, pensadas em uma tática vantajosa e viável. Assim, neste escopo, a informação surge como arma exequível para a doutrina de OpInfo, e esta, por sua vez, como oportunidade a ser trabalhada para o desenvolvimento de inovações no seio das capacidades do Brasil. Tal assertiva se reveste de importância quando a confrontamos com Visacro (2009, p. 40), que relata que a guerra de quarta geração será decidida nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, ao invés de nos níveis tático e físico.

3.1.3 Novo campo de batalha

Tendo em mente a questão dos armamentos, levantam-se dúvidas acerca do campo de batalha, uma vez que um interfere diretamente no outro. A fim de se ter uma melhor compreensão acerca dos impactos que o campo de batalha vem sofrendo no decorrer das gerações da guerra, e, desta forma, facilitar o esclarecimento de quais armas e métodos são mais propícios atualmente, examinar-se-ão os locais onde se desenvolvem as escaramuças modernas.

Inicialmente, os campos de batalha eram pequenos e compactos, podendo o enfrentamento de dois exércitos ocorrer em um local específico, limitado. O advento das armas de fogo determinou o desenvolvimento das formações dispersas, e as batalhas saíram de locais pontuais para regiões, onde sequências de combates passaram a se suceder. O constante processo de desenvolvimento tecnológico tem criado as condições para novas e contínuas expansões deste conceito.

Vaz, em suas reflexões sobre o campo de batalha no século XXI, declara:

Até aos finais do século XX, a evolução das características do campo de batalha fez-se de uma forma que pode considerar-se progressiva. Em Ulm, em 1805, era um quadrado com 150 milhas de lado; durante a Batalha da França, em 1940, era um quadrilátero com 550 x 650 milhas; na Guerra do Golfo, em 1991, alcançou as 1.000 x 1.000 milhas, registrando-se já referências a uma quarta dimensão — a aeroespacial — com a qual se criaram as condições para a concretização dum campo de batalha cúbico com 200 milhas de aresta (VAZ, 2004, p. 95).

Vaz acredita que o processo de evolução do campo de batalha até o fim do século XX, abarcando aí a guerra de terceira geração, não teve alterações significativas em sua natureza. No entanto, na transição do milênio, este cenário mudou com uma velocidade impressionante (VAZ, 2004, p. 95).

Coincidindo com o pensamento de Vaz, os autores de *A Guerra Irrestrita* alegam que a tecnologia segue se esforçando para expandir o campo de batalha, agora em uma dimensão que é virtualmente ilimitada: existem satélites no ar, submarinos nas profundezas dos mares, mísseis balísticos que podem atingir qualquer ponto do globo; a guerra eletrônica, que explora o invisível espectro eletromagnético; e até mesmo o último refúgio da raça humana, o mundo interior do ser humano, não está livre dos ataques da guerra psicológica (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 45- 47).

Para Vaz, o grande agente catalizador da mudança do campo de batalha foi o terrorismo de caráter transnacional e vocação planetária. Neste contexto, o campo de batalha

ganhou contornos inéditos, visto que o inimigo pode estar em todo lado, mudar com frequência de forma, reagrupar longe das vistas, reciclar alvos, entre outros. Desta forma, o autor confessa que ninguém arrisca uma definição para campo de batalha que seja capaz de acomodar este tipo de inimigo (VAZ, 2004, p. 96).

Liang e Xiangsui não concordam com a visão de Vaz acerca da causa para a mudança da natureza do campo de batalha. Muito por conta de estarem olhando para esta questão visando alcançar respostas para instrumentalizar a guerra irrestrita que defendem. No entanto, chegam à mesma conclusão: a impossibilidade de definição do campo de batalha atualmente. Para eles, a mudança revolucionária no campo de batalha decorre do que se poderia chamar de espaço não natural. Não há como se considerar, por exemplo, que o espectro eletromagnético ou um sistema de rede seja um campo de batalha em termos convencionais. Neste tipo de ambiente, criado pelo homem, os conceitos de dimensão física, como tamanho e peso, perderam seus significados, no entanto, permeiam e podem exercer controle no espaço, sem, contudo, ocupar qualquer parcela deste. Este é o espaço tecnológico. Nesta conjuntura, ambos os campos de batalha, o tecnológico e o convencional, irão se sobrepor e interagir de forma complementar. Como consequência, haverá o progressivo esmaecimento da distinção entre tecnologia militar e civil, ocorrendo uma superposição cada vez maior entre o campo de batalha e áreas de paz ou neutras. Assim, o campo de batalha passa a ser uma entidade onipresente, ou seja, é possível iniciar uma guerra a partir de uma central de processamento de dados ou do recinto de uma bolsa de valores (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 48-50).

Cabe ressaltar que ambos os trabalhos supracitados concordam que esses novos campos de batalha são povoados por novos tipos de guerreiros. A diferença é que Vaz os vê como origem da problemática, enquanto Liang e Xiangsui os enxergam como consequência. Mais uma vez, isto não impede que concluam de forma semelhante; para ambos, o novo combatente se manifesta: com elevada qualificação técnica; conhecimento de tecnologia avançada; e pensamento doutrinário atualizado e não exclusivamente militar.

Coker (2002), em seu livro, *Waging without Warriors? The changing culture of military conflict*, enxerga a questão abordada de forma semelhante. De acordo com ele, um pequeno grupo de fundamentalistas, como no caso daqueles dos ataques de 11 de setembro, armados somente com sua fé no Islã, foi capaz de transformar um avião comercial em uma arma de destruição em massa por meio do sacrifício de suas próprias vidas. Neste caso, valeram-se de um meio palpável, em um enquadramento tático-terrorista, para atacar outro meio concreto. No entanto, para alcançar o seu real objetivo, a percepção e a postura dos habitantes de grande parte do mundo ocidental, valeram-se do campo de batalha tecnológico,

no qual foram capazes de mostrar seus ataques ao vivo ao redor de todo o globo. Este combatente pode vir a ser um analista de sistemas, um engenheiro de software, um especialista em finanças, um especulador da Bolsa de Valores, uma personalidade com grande controle sobre a mídia, um colunista famoso ou um animador de programas de TV (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 56).

3.1.4 Novos métodos

Uma guerra que se apresenta com possibilidades de novas armas, novos campos de batalha e novos guerreiros, conseqüentemente, apresentará novos métodos de emprego.

Neste enquadramento, o exército americano, percebendo a mudança de ambiente na guerra, publica, em 1993, uma doutrina de operações, em que, mesmo deixando claro que seu objetivo primeiro é lutar e vencer guerras, no sentido tradicional da palavra, declara que não se furtará de se preparar para Operações de Emprego Limitado da Força¹⁹, dispondo, assim, de uma grande diversidade de novas medidas para lidar com novos problemas. O intuito foi desenvolver habilidades em organização, liderança e equipamentos para uma variedade de operações em que a presença militar fosse requerida, ainda que não necessariamente de guerra, no sentido tradicional da palavra.

Desta forma, as Forças Armadas norte-americanas se apresentavam para compor o *soft power* norte-americano, sem renunciar a sua já reconhecida supremacia no *hard power*. A diferença entre *hard* e *soft power* nada mais é que considerar uma maior variedade de caminhos possíveis para se alcançar o que se deseja. De acordo com Joseph Nye (2004), em seu livro *Soft Power*, as duas formas de poder estão relacionadas, visto que ambas são aspectos da habilidade de afetar o comportamento de outros de acordo com seus interesses. A distinção está na natureza do comportamento que será modificado e nos recursos que serão empregados para tal. O *hard power* é a capacidade de mudar o que os demais executarão e se baseia, geralmente, em coerção ou incentivo. O *soft power* é a capacidade de moldar o que os demais querem, e baseia-se, frequentemente, na atração cultural e de valores, ou, ainda, na competência de manipular a agenda política, de forma que outros falhem em pleitear seus anseios (2004, p. 7).

¹⁹ O nome original no manual do exército americano FM 100-5 é *Operations Other Than War*, em que a tradução literal seria Operações Outras Além da Guerra. No entanto, a tradução utilizada neste estudo foi Operações de Emprego Limitado da Força, uma vez que o EMA-305, que é a Doutrina Militar Naval do Brasil, utiliza este nome para as mesmas operações descritas no FM 100-5 como *Operations Other Than War*.

Neste contexto, os Estados Unidos da América entendem que o uso de militares em tempos de paz ajuda a abaixar as tensões entre as nações, fornecendo persuasão quando as vias diplomáticas sozinhas não são capazes de resolver algum tipo de impasse. Esta doutrina, por meio da presença física de tropas com o seu uso potencial, busca facilitar a realização de objetivos estratégicos sem que seja necessário o uso de violência ilimitada.

As atividades que se enquadram como Operações de Emprego Limitado da Força são: Evacuação de Não Combatentes; Controle de Armas; Operações de Garantia da Lei e da Ordem²⁰; Operações de Retomada e Resgate; Operações de Apoio ao Combate ao Narcotráfico; Operações Contraterroristas; Operações de Paz; Demonstração de Força; Apoio a Insurgências e Contra Insurgências, entre outras (EUA, 1993).

Tabela 2: Variedade de operações militares no ambiente do teatro estratégico

Ambiente Operacional	Objetivo	Operações Militares	Exemplos
GUERRA	LUTAR E GANHAR	GUERRA	- Combate em Larga escala - Ataque - Defesa
CRISE	EVITAR A GUERRA E RESOLVER O CONFLITO	EMPREGO LIMITADO DA FORÇA	- Retomada e Resgate - Imposição da Paz - Apoio a insurgência - Antiterrorismo - Manutenção da Paz - Evacuação de Não Combatentes
PAZ	PROMOVER A PAZ	EMPREGO LIMITADO DA FORÇA	- Apoio contra o Narcotráfico - Resposta a desastres - GLO - Construção da Paz
Os estados de paz, crise e guerra poderão todos existir simultaneamente no mesmo teatro de comando estratégico. Operações sem combate poderão ocorrer na guerra, assim como operações de emprego limitado da força poderão exigir combate.			

Fonte: EUA, 1993

A concepção de Operações de Emprego Limitado da Força é criativa, uma vez que é um método que coloca forças militares em operações de não guerra, permitindo, assim,

²⁰ O nome original no manual do exército americano FM 100-5 é *Support to Domestic Civil Authorities*, em que a tradução literal seria Apoio aos Órgãos Cíveis Nacionais. No entanto, a tradução utilizada neste estudo foi Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), uma vez que, de acordo com o EMA-305, que é a Doutrina Militar Naval do Brasil, este nome é utilizado para uma função semelhante às operações descritas no FM 100-5.

expandir o *soft power* e antecipar-se a possíveis conflitos assimétricos, que, como já apresentado antes neste estudo, são de difícil solução. Liang e Xiangsui reconhecem o valor das Operações Militares de Não Guerra, mas não as enxergam como revolucionárias. Para tanto, apresentam o conceito de Operações de Guerra Não Militares.

O conceito de Operações de Guerra Não Militares expande o entendimento de métodos de guerra a todos os campos da atividade humana, com uma abrangência maior que o significado de operações militares. Desta forma, alguns meios, que a princípio se encontrariam desvinculados da guerra, se evidenciam como novas armas em uma frequência cada vez maior (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 60). Esta formulação é o epílogo do estudo apresentado pelos coronéis chineses, sua contribuição ao entendimento e à instrumentação do conflito moderno, uma metodologia que não é limitada pelas fronteiras entre civis e militares e que, portanto, é denominada de guerra irrestrita.

Neste ínterim, a guerra comercial, antes apenas uma expressão descritiva, tornou-se um instrumento disponível como Operação de Guerra Não Militar. Compreendendo ações como: aplicação de legislação comercial interna no âmbito internacional; estabelecimento ou eliminação arbitrária de barreiras tarifárias; e adoção intempestiva de sanções comerciais, entre outras. Qualquer um destes instrumentos tem um efeito destrutivo semelhante ao de uma operação militar (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 60-61).

Semelhantemente, a guerra financeira, elaborada a partir de uma intensa transferência rápida de valores, deliberadamente planejada, é capaz de atingir a economia de determinados alvos de forma avassaladora. Neste conceito, a mesma pode ser deflagrada de forma sigilosa e não necessariamente por atores estatais. Já a guerra ecológica usa a tecnologia para influenciar o estado natural dos rios, dos oceanos, da crosta terrestre, das coberturas de gelo glaciais, da circulação do ar atmosférico e da camada de ozônio, e, assim, alcançar seus objetivos (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 61-66).

Concernente a esta questão, o derramamento de óleo no Brasil, em 2019, compeliu a MB a deflagrar a “Operação Amazônia Azul: Mar limpo é vida”. Neste evento, a MB declarou que o ocorrido foi um crime ambiental, que afetou a costa brasileira do Nordeste e do Sudeste, sendo inédito e sem precedentes na história brasileira, por ter ocorrido sem que o responsável tenha se apresentado voluntariamente e, também, sem ter prestado apoio para conter o derramamento do óleo²¹. Com este misterioso vazamento, diversas praias ficaram impróprias para banho e para pesca, gerando danos no ecossistema local que acabaram por se

²¹ Informação declarada no site oficial da Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/combate-ao-oleo/sobre>. Acesso em: 28 set. 2020.

estender para o turismo e culinária, afetando os pilares da economia local. Assim, o desastre ambiental poderia facilmente ter se tornado econômico e social, ou seja, um fenômeno com capacidade de gerar uma convulsão social e, assim, desestabilizar e, até mesmo, derrubar governos. Até o momento atual, apesar do incessante esforço do Governo junto a Organizações Internacionais, pouco se sabe das causas e dos atores envolvidos neste episódio. No entanto, caso alguma investigação constate que este foi um evento previamente planejado e executado a fim de se alcançar algum objetivo, de acordo com a guerra irrestrita, este acontecimento indubitavelmente se enquadrará como guerra ecológica.

Há, ainda, um grande número de meios e métodos para a execução de Operações de Guerra Não Militar, sendo aí incluídos: a guerra psicológica, que executa rumores ou propaganda, visando intimidar o inimigo e neutralizar sua vontade, manipulando sua percepção; a guerra de mídia, que influencia a opinião pública controlando o que as pessoas ouvem e veem; a guerra de drogas, que obtêm elevados lucros ilegais de forma rápida e gera desastres dentro dos países; a guerra em redes interativas, que compromete segredos e dados das pessoas, que estão armazenados na rede; a guerra de recursos, que se vale de estoques de recursos para se apoderar de riquezas; a guerra de ajuda econômica, que concede favores de forma ostensiva, encobrendo condicionantes secretas de controle; a guerra cultural, que coopta aqueles que têm pontos divergentes por meio da difusão de tendências culturais; além de diversos outros tipos de guerra não militar, em um número muito grande para serem citados, uma vez que a abundância de novas tecnologias e a possível colaboração entre procedimentos permitem a geração de novos meios e métodos (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 67-68).

Assim, de posse das características assimétricas e irregulares da geração da guerra em que nos encontramos, em que grande parte das ações são de cunho psicológico (HEYDTE, 1990) e na qual a informação flui em velocidade vertiginosa e sem controle, não é excessivo afirmar que, de forma geral, as guerras que sejam iniciadas no futuro sejam caracterizadas como em um sentido amplo, mesclando a guerra pela força das armas com a guerra executada por outros meios, que não de ímpeto bélico. Segundo Pissolito, na atual geração, as Forças Armadas são apenas um dos meios disponíveis, e quase nunca o mais importante (2003, p. 67).

Neste cenário, as OpInfo, que não possuem potencial bélico e têm o compromisso de influenciar os atores envolvidos direta ou indiretamente no conflito, avultam-se em importância. Principalmente ao se considerar que as guerras modernas, ao serem informadas em tempo real ou quase real, transformam-se em um programa, que todas as pessoas comuns podem assistir, através das mídias tradicionais e digitais, e ter a sua própria percepção e

entendimento do evento. Desta forma, a mídia, de maneira imediata, passou a ser integrante da guerra, influenciando o curso da mesma, e não mais um mero veículo que proporciona informações oriundas de um distante campo de batalha.

A batalha pela conquista da opinião pública ocorre paralelamente à militar, e tem impacto tanto no apoio da população local, conferindo maior liberdade de ação para as tropas em terra, quanto na própria população, que, em última instância, é a responsável pela manutenção da tropa no terreno. Como exemplo das OpInfo atuando neste espectro, gerando sintonia entre diversas capacidades, pode-se comentar sobre a intervenção da OTAN no Kosovo:

Enquanto a comunicação social ocidental passava imagens de refugiados fugindo da tirania sérvia, a televisão sérvia exibia cenas de civis mortos e feridos em consequência dos bombardeamentos aéreos pelos aviões da Aliança. Receando que, neste duelo de imagens, se desvanecesse o apoio popular à intervenção, a OTAN decidiu silenciar a televisão estatal sérvia em Belgrado através do recurso conjugado ao bombardeamento aéreo e à ação de duas aeronaves-estúdio, que não só interferiam na programação da referida estação como difundiam informação favorável a OTAN na língua local (VAZ, 2004, p. 99-100).

3.1.5 Inferências da guerra irrestrita

Tendo em vista os temas abordados: mudanças decorrentes da explosão da tecnologia; substituição dos armamentos; desenvolvimento de novos conceitos de segurança; falta de clareza quanto aos limites do campo de batalha; e expansão da esfera de atuação dos meios não militares envolvidos na guerra, é possível observar que tudo está focado em um único objetivo: o início de uma nova era de revolução dos métodos operativos (LIANG; XIANGSUI, 1999).

A guerra não será mais caracterizada somente por armamentos, métodos e posicionamento de forças. Em grande parte, passa também a ser um enfrentamento na Internet, uma competição na mídia das grandes massas, uma interferência nas transações financeiras futuras. Isto entre muitos exemplos de fatores que nunca foram entendidos como partícipes da guerra. Assim, o que realmente importa é o entendimento de quais são os elementos a combinar e como combiná-los. A ideia é combinar ambiências do campo de batalha com outras que não sejam do campo de batalha, elementos militares com elementos não militares (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 163-165).

Em termos específicos, isto significa que, pelo método da combinação, é aceitável um cenário em que um atacante reúna grandes volumes de capital, sem qualquer conhecimento por parte da nação inimiga, e desfeche um ataque sorrateiro ao mercado financeiro adversário e que,

após agravamento da crise financeira, infecte o sistema de computadores com vírus e, por meio de um destacamento de hackers, empreenda ataques às redes interativas de dados do inimigo, paralisando sua distribuição de eletricidade e seu controle de tráfego de cargas, telefonia, rádio e televisão. Esse caos levaria a nação inimiga a um completo pânico social, provocando levantes, desordem civil e crises políticas. Assim, posteriormente, viria a derrubada pela força, e os meios militares seriam utilizados em estágios graduais, até que o inimigo fosse subjugado a assinar um tratado de paz de forma desonrosa (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 169-170).

Aborda-se exaustivamente o uso de métodos de guerra militar, que são aqueles que se valem da violência e empregam armamentos; e de guerra não militar, que são constituídos de elementos cotidianos, mas que utilizados em confrontos apresentam a capacidade de impor uma vontade sobre a outra. No entanto, há ainda neste escopo, de acordo com os autores, um método de guerra que fica entre estas duas anteriores, o transmilitar.

Como exemplos de transmilitar, há: a guerra psicológica; a guerra ao tráfico de drogas; a guerra cibernética; a guerra de informações; e a guerra diplomática (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 170). Estes métodos, que podem ter a participação de militares, mas que atuam em uma ambiência diferente que a tradicional militar, apresentam a ocasião para que doutrinas militares sejam revistas ou criadas e as forças armadas tenham maior capacidade de emprego neste amplo espectro de conflitos, uma vez que uma arma de fogo não tem a capacidade de atingir um perfil que noticia informações falsas na Internet.

Neste contexto, Visacro (2009) consente com a assertiva acima, já que defende que nos conflitos da atualidade “há uma maior importância dos níveis operacional, estratégico, mental e moral, ao invés dos níveis tático e físico”, e afirma que, em termos gerais, a maioria dos profissionais militares não está atualizada com a geração da guerra na qual estão inseridos e “que poucos são os exércitos que dispõem, de fato, de unidades vocacionadas e aptas a travarem a guerra de quarta geração e, mesmo assim, representam um segmento minoritário de suas forças armadas”. A guerra não é mais uma atividade confinada apenas à esfera militar, e o curso da mesma pode ser alterado ou decidido por fatores políticos, econômicos, diplomáticos, culturais, tecnológicos ou quaisquer outros não militares (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 220). Este processo transpassa por guerras transmilitares, e, assim, conseqüentemente, por OpInfo que englobam uma fatia do que foi comentado em *A Guerra Irrestrita*.

Nestas circunstâncias, a guerra irrestrita se destaca por abordar frontalmente a guerra de quarta geração, tendo atenção focada nos instrumentos necessários para se apresentar neste cenário. Fortalece-se, assim, as OpInfo, que, por sua vez, seguem os preceitos da guerra irrestrita de se apresentar como meio de baixa letalidade — portanto, mais aceitável —, de

aplicabilidade permanente e de relativo baixo custo, quando este último é comparado aos de métodos de alta tecnologia agregada.

Desta maneira, faz-se necessário manter um amplo esforço para disseminar e fomentar a atividade no seio das Forças Armadas brasileiras, a fim de se qualificar e prontificar para os desafios da atual geração da guerra, enquadrando-se na realidade econômica vivida pelo País. No caso deste trabalho, o foco está em potencializar a atividade, particularmente na MB, a fim de capacitar a referida força em elementos com competência de apoiar, de forma determinante, o desfecho de qualquer conflito.

3.2 As Operações de Informação nas Forças Armadas brasileiras

Uma vez observada a importância da informação como fruto da evolução do conflito, conforme revelado no capítulo anterior, e das OpInfo como instrumento de combate, de acordo com a última seção, é chegada a hora de se verificar em que circunstâncias se encontra esta competência em âmbito brasileiro. Buscar-se-á, assim, explicitar o que já foi alcançado nesta capacidade, a fim de se fundamentar o conhecimento, viabilizando, desta maneira, uma futura comparação do que se tem em solo nacional e o que se pratica internacionalmente. Espera-se, desta maneira, alcançar um avanço em termos de contribuições teóricas e possibilidades de emprego.

As OpInfo, na MB, têm sua doutrina divulgada por meio do documento EMA-335 (BRASIL, 2018), enquanto o EB tem a sua disseminada por meio do documento EB20-MC-10.213 (BRASIL, 2014). A MB publicou esta doutrina em 2018 e o EB em 2014. Desta forma, não é equivocado deduzir que o Brasil não se encontra na vanguarda do assunto, tanto é que a Força Aérea Brasileira, até o momento, não possui uma norma para reger o tema. Tal fato gera preocupação, visto que, independentemente da desenvoltura das Forças Armadas no assunto, as gerações da guerra caminham com referência na marcha inexorável do tempo e permeiam a todos, indiferentemente do grau de preparo adquirido.

Um indicador importante do atraso brasileiro em relação a esta atividade é o fato de o conceito de OpInfo não se encontrar presente em outros manuais que orientam o preparo e a conduta da tropa desdobrada no terreno, nas mais diversas operações. Isto salta aos olhos ao se buscar referências em alguns dos mais importantes exemplares da doutrina da MB, tais como: EMA-305 — Doutrina Militar Naval (BRASIL, 2017), que baliza todas as operações de caráter naval; CGCFN-0-1, Fundamentos dos Fuzileiros Navais (BRASIL, 2013), documento basilar na formação do combatente anfíbio; CGCFN-1-1 — Manual de Operações Anfíbias (BRASIL,

2013), que norteia a atividade-fim do Corpo de Fuzileiros Navais; EMA-331 — Manual de Planejamento Operativo da Marinha (BRASIL, 2006), que rege as normas de planejamento de qualquer operação que seja conduzida pela MB. Em nenhum destes documentos é possível encontrar qualquer referência às OpInfo, fato este que, por sua vez, prejudica: a sincronização da atividade com outras operações; a adequação do processo específico da atividade em relação ao rito de planejamento consagrado para a campanha como um todo; o desenvolvimento de uma consciência do valor e do funcionamento da atividade na formação dos militares; entre outros. Estes são problemas que este trabalho não tem a ambição de resolver, mas que ilustram a importância do mesmo em buscar esclarecimentos e boas práticas em relação à atividade, e, para tanto, de se aprofundar nas doutrinas vigentes e publicadas.

Ambos os documentos convergem na questão de que as OpInfo são voltadas para operar na dimensão informacional, contemplando a habilidade de gerenciar e empregar a informação com a finalidade de obter e manter a liberdade de ação, visto que, em todos os níveis da guerra, a informação tem um papel vital na forma como as decisões são tomadas. Assim, cabe se aprofundar nesta afirmação para melhor se compreender este processo.

3.2.1 As dimensões do Ambiente Operacional

O Ambiente Operacional (AO), descrito pelo Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015), é definido como “conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço em que atuam as forças militares e que afetam e interferem na forma como são empregadas”. Este ambiente pode ser dividido em três dimensões: a física, a humana e a informacional (BRASIL, 2018, p. 2.2), abrangendo os espaços marítimo, terrestre, aeroespacial e cibernético (BRASIL, 2014, p. 2.2).

Tradicionalmente, o foco da análise do AO, em ambas as Forças, é concentrado na dimensão física, onde predomina o terreno e as condições meteorológicas das áreas de operações. No entanto, os conflitos, cada vez mais, desenvolvem-se em áreas humanizadas ou em seu entorno, e o crescimento das redes de comunicação conferiram poder de influência a alguns grupos que deste meio se valem. Neste escopo, encontram-se a dimensão humana e informacional.

Assim, para a MB, a dimensão humana “compreende os elementos relacionados às estruturas sociais, seus comportamentos e interesses, normalmente geradores de conflito” (BRASIL, 2018, p. 2.3); e, para o EB, “é um agregado de características socioculturais existentes em um determinado ponto no tempo e no espaço geográfico” (BRASIL, 2014, p.

2.3). Percebe-se uma concordância acerca do tema; no entanto, o EB-20 afirma que a análise do “Terreno Humano” atualmente tem a mesma relevância da análise do terreno físico, denotando uma preocupação maior com a atividade, principalmente no que tange à compatibilidade da mesma com os diversos tipos de operação.

A dimensão informacional trata do conjunto de indivíduos, organizações e sistemas que são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. É composta de três perspectivas interrelacionadas que interagem continuamente entre si. Tais perspectivas são: a física, a lógica e a cognitiva. No intuito de influenciar e afetar a decisão do adversário, as OpInfo atuarão em qualquer uma dessas perspectivas (BRASIL, 2018, p. 2.3).

As definições acerca das perspectivas são pacificadas em ambas as Forças; porém, a MB tem a preocupação em definições mais destrinchadas; e o EB em apresentar diversos exemplos, a fim de facilitar a compreensão do que foi definido, e, assim, favorecer um diálogo com o conhecimento militar tradicional, de pendor para a dimensão física. Desta forma, as definições de perspectiva a serem apresentadas neste trabalho associam as definições expostas nas respectivas doutrinas.

A perspectiva física é onde ocorrem os eventos, abrangendo as plataformas físicas e as redes que as conectam. Entre os exemplos possíveis estão: seres humanos, instalações de comando e controle, unidades de processamento de computadores, jornais, livros, torres de micro-ondas, laptops, smartphones, tablets, entre outros (BRASIL, 2014, p. 2.5). A perspectiva lógica engloba os meios em que ocorre a transmissão de dados e de ordens a serem executadas. Isto é dizer que as ações nesta perspectiva afetam o conteúdo e o fluxo de informações. A perspectiva cognitiva é onde se forma o conhecimento e gera-se a decisão. Abrange as mentes daqueles que têm a responsabilidade de obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação, ou seja, tem poder de atuação diretamente sobre o juízo de valor das circunstâncias que permeiam a situação (BRASIL, 2018, p. 2.5). Esses elementos são influenciados por diversos fatores, tais como: crenças individuais e culturais, normas, vulnerabilidades, motivações, emoções, experiências, costumes, educação, saúde mental, identidades e ideologias (BRASIL, 2014, p. 2.5).

Na doutrina nacional, não há uma hierarquia entre as perspectivas, ficando, assim, todas sob avaliação das OpInfo; e a que se apresentar como elo mais fraco será tomada como alvo.

3.2.2 Finalidade das Operações de Informação nas Forças Armadas brasileiras

As OpInfo incorporam a dimensão informacional dentro de um planejamento militar, integrando e sincronizando as diversas capacidades relacionadas à informação. Não há

subordinação direta das referidas capacidades às OpInfo, mas, sim, algo comparável ao que transcorre com as capacidades físicas de uma Força, em que o apoio de fogos, os meios blindados, o apoio aéreo e as peças de manobra, entre outros, são coordenados pelo oficial de Operações do Estado-Maior²².

Assim, expõe-se a definição de OpInfo na MB, que, por sua vez, é, em significação, idêntica à do EB:

Uma coordenação do emprego integrado das Capacidades Relacionadas à Informação, em contribuição a outras operações ou mesmo compondo o esforço principal, para informar e influenciar pessoas ou grupos hostis, neutros ou favoráveis, capazes de impactar positivamente ou negativamente o alcance dos objetivos políticos e militares, bem como para comprometer o processo decisório dos oponentes ou potenciais oponentes, enquanto garantindo a integridade do nosso processo. (BRASIL, 2018, p. 2.6).

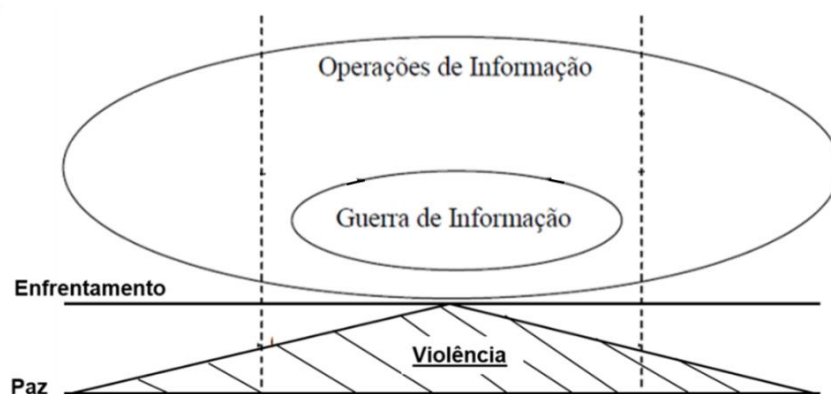
Desta forma, as OpInfo se apresentam como operações de caráter eminentemente operacional²³ e são conduzidas desde o tempo de paz, a fim de moldar a dimensão informacional de forma favorável à Força e aos seus objetivos. No entanto, após o início do enfrentamento, as OpInfo focam seu protagonismo na Guerra de Informação, voltando suas capacidades para afetar explicitamente o processo decisório do oponente.

Isto é dizer que as OpInfo abarcam a Guerra da Informação, enquanto o contrário não é verdadeiro, visto que esta última ocorre quando as ações no ambiente informacional adquirem características mais correlacionadas a um ambiente em que a violência esteja conflagrada, com práticas voltadas para influenciar a tomada de decisão de alvos definidos, e não a percepção de um conjunto de pessoas, o que, por sua vez, deve ocorrer antes, durante e depois das hostilidades.

²² Órgão composto de pessoal militar qualificado, que tem por finalidade assessorar o comandante no exercício do comando (BRASIL, 2015, p. 108).

²³ Nível que compreende o planejamento militar e a condução das operações requeridas pela guerra, em conformidade com a linha estratégica estabelecida (BRASIL, 2015, p. 182).

Figura 1: As Operações de Informação no espectro dos conflitos



Fonte: o próprio autor²⁴

Neste ínterim, verifica-se que as OpInfo variam consoante com o nível de agressão que se apresenta no conflito, e, conseqüentemente, modificam o seu foco, ou seja: menor violência, a prioridade é a conformação do ambiente informacional; maior violência, a prioridade é o ataque ao ciclo decisório do inimigo. Destarte, é relevante se investigar melhor estes propósitos:

- a) com relação à conformação do ambiente informacional, a Guerra de quarta geração, para se desenvolver, necessita de um ambiente que seja, ao mesmo tempo, propício à manifestação da violência social e sensível a seus impactos. Com isto, cada ambiente deve ser objeto de um estudo particularizado. O cerne do problema está em identificar quais são os elementos que compõem este ambiente, as relações de causa e efeito existentes entre eles, a forma como se combinam e a verdadeira dimensão que possuem (VISACRO, 2009, p. 226).

Esta premissa vale tanto para acompanhar o AO em que se esteja inserido quanto para interferir no mesmo. Assim, a habilidade de derrotar os adversários pode residir na percepção dos atores envolvidos ou das atividades desenvolvidas. De acordo com Sun Tzu, em seus escritos milenares, a arte da guerra é regulamentada por cinco fatores constantes para se alcançar as condições prevalecentes no campo de batalha, e uma delas é a lei moral, que faz com que o povo esteja de pleno acordo com seu governante (SUN TZU, 2008, p. 39). Neste contexto, o entendimento da população local e de outros envolvidos, direta ou indiretamente, no conflito acerca de procedimentos e propósitos que estão sendo buscados, ganha particular importância. Uma forma de se interferir diretamente nesta percepção é

²⁴ Figura elaborada a partir da junção de conceitos da Figura 1: as OpInfo ao longo do tempo, do EMA-335 (BRASIL, 2018, p. 1-5) e da Figura 1.1: espectro dos conflitos, do CGCFN 0-1 (BRASIL, 2013, p. 1-3).

através da conquista da legitimidade da causa e das ações que sejam desenvolvidas.

A MB aborda este assunto, alegando que se faz necessária um esforço na dimensão informacional a fim de conferir legitimidade às operações em andamento, pois só assim se obterá liberdade de ação, já que qualquer atividade é desenvolvida sob o escrutínio da opinião pública. Afirma, ainda, que a legitimidade é determinada pela moralidade e pela legalidade, que se baseia em diplomas nacionais e internacionais, respaldados por organismos internacionais (BRASIL, 2018, p. 1.5). O EMA-335 não se aprofunda mais na questão da moralidade, deixando o leitor órfão de diretrizes que orientem sua ação.

Neste contexto, cabe citar Fisher, que, em seu livro *Morality and War*, manifesta que uma tentativa moderna de se fazer com que a moralidade se torne uma atividade racional é o utilitarismo. A sua variante mais bem conhecida é o consequencialismo. Este conceito rejeita a visão de moralidade como um sistema de princípios morais inquestionáveis e inescrutáveis. Em vez disso, procura fornecer uma estrutura racional para discutir questões morais, argumentando que o que conta como ação correta deveria ser baseado nas consequências destas ações, em particular nas suas contribuições para a felicidade humana (FISHER, 2013, p. 44).

A moralidade é necessária para o florescimento humano, uma vez que ela nos permite viver harmoniosamente juntos em comunidade, atendendo, assim, às nossas necessidades sociais. O ensino justo da guerra — *jus ad bellum*²⁵, *jus in bello*²⁶ e *jus post bellum*²⁷ — não se baseia em uma doutrina fixa, mas em uma tradição que evoluiu ao longo dos séculos, e ainda está evoluindo, em resposta às circunstâncias em mudança e à natureza da guerra. Tal tradição diz que a guerra tem que ter um motivo justo, tem que ser o último recurso, e o dano derivado da guerra não deverá ser desproporcional ao ganho a ser conquistado com a mesma (FISHER, 2013). Michael Walzer (2006), conhecido teórico da guerra justa, em seu livro *Just and unjust wars*, corrobora a percepção de Fisher, e declara que a moralidade das ações militares deriva de se executarem sobre alvos legítimos e de, com isto, impedir-se o assassinato de muitas pessoas inocentes.

²⁵ Conjunto de princípios que determinam quando a guerra pode ser iniciada (FISHER, 2013).

²⁶ Conjunto de princípios que determinam como a guerra deve ser conduzida (FISHER, 2013).

²⁷ Necessidade de se garantir justiça após a guerra (FISHER, 2013).

Com esta orientação inestimável, fica mais claro em que termos deve ocorrer a busca da legitimidade da causa e das ações. Fica nítido, ainda, que esta deve possuir capacidade de continuidade no tempo, ou seja, deve ser constantemente e proativamente buscada, em momentos que antecedam ou sucedam a crise, a fim de que, como previsto na doutrina naval, conceda liberdade de ação dos comandantes em todos os níveis.

A doutrina terrestre também declara a importância da legitimidade como fator constituinte da liberdade de ação; no entanto, também não se debruça sobre a mesma, não havendo, assim, uma orientação clara do objetivo a ser alcançado. Porém, ressalta a importância da narrativa dominante, declarando-a como ponto decisivo nas operações militares contemporâneas. E vai além: diz que, para controlar a narrativa, não basta comunicar bem, mas comunicar primeiro. Perder seu controle pode levar a sérias restrições à liberdade de ação e impor a derrota no espaço de batalha físico. Isto posto, a opinião pública se transforma em um dos Centros de Gravidade a ser conquistado em qualquer situação de emprego de forças militares (BRASIL, 2014, p. 2.6-2.7).

Neste universo, salienta-se que, de acordo com Friede e Combat (2019, p. 416-417), a opinião pública reflete a opinião publicada, divulgada e, portanto, formal e manipulável, podendo assim ser traduzida de uma inverdade, de modo a atingir propósitos políticos, sociais e militares como efetiva arma de guerra.

Isto posto, fica claro que, para alcançar a conformação do ambiente informacional, uma das finalidades da OpInfo, faz-se necessário o controle, de forma proativa, da narrativa, que, por sua vez, buscará incessantemente comprovar a legitimidade da causa aliada e minar a adversária, visando conferir liberdade de manobra para o comandante da cena de ação;

- b) No tocante ao ataque ao ciclo decisório do inimigo, esta atividade se reveste de importância, principalmente quando há o aumento de violência no conflito, pois força o adversário a tomar decisões que não sejam favoráveis aos seus interesses, enquanto se mantem a própria capacidade de decisão intacta.

Tal atividade tem como base o conceito de Ciclo OODA, acrônimo para Observação - Orientação - Decisão - Ação, formulado pelo Coronel da Força Aérea dos EUA John Boyd (1927-1997). Sucintamente, pode-se definir o Ciclo OODA como um modelo de tomada de decisão racional, cujo processo é resultado de um comportamento racional composto pelas quatro fases acima citadas

(SCHECHTMAN, 1996, p. 33). O objetivo, no conflito — bélico ou não —, é dificultar ao máximo a compreensão da situação pelo Ciclo OODA adversário, expondo-o a uma realidade caótica, incerta e complexa, levando-o ao colapso e provocando sua paralisia (ALCÂNTARA; COSTA, 2016, p. 4).

Desta forma, a perspectiva das OpInfo em afetar tanto a observação quanto a orientação e a decisão visa comprometer o processo decisório do inimigo e garantir o próprio, corroborando esta atividade como uma grande ferramenta multiplicadora de poder. Acentua-se que a “escolha do verbo ‘comprometer’ procura substituir uma infinidade de verbos, quais sejam: interromper, corromper, afetar, usurpar, interditar, manipular, distorcer ou destruir” (BRASIL, 2018, p. 2.7).

3.2.3 As Capacidades Relacionadas à Informação

Um conceito fundamental dentro das OpInfo é o da Capacidade Relacionada à Informação (CRI), cuja definição, idêntica nas Forças, é:

Aptidões requeridas para afetar a capacidade de oponentes ou potenciais adversários de orientar, obter, produzir e difundir informações, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional (física, cognitiva ou lógica) (BRASIL, 2018, p. 2.6).

Isto é dizer que são atividades ou ferramentas capazes de afetar a informação em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional, podendo se valer de ações cinéticas ou não cinéticas.

É um consenso nas Forças que o propósito das OpInfo é potencializar todas estas atividades, possibilitando que sejam executadas de forma sinérgica, afetando a percepção e, consequentemente, a decisão dos envolvidos, direta ou indiretamente, no conflito. Outra conformidade é o entendimento de que o emprego das CRI não se limitam às OpInfo, visto que são capazes de realizar atuações independentes. No entanto, seguem ligadas a esta, com o intuito de coordenação e integração de suas referidas ações (BRASIL, 2018, p. 3.1; BRASIL, 2014, p. 4.2 e 4.16). A fim de facilitar o entendimento e, consequentemente, a coordenação das referidas atividades, apresentar-se-ão algumas CRI:

- a) Operações Psicológicas: na MB, Operações Psicológicas (OpPsc); no EB, Operações de Apoio a Informação (OAI). Apesar dos nomes distintos, o que pode

gerar alguma dificuldade em operações conjuntas, elas apresentam a mesma definição: “procedimentos técnico-especializados, aplicáveis de forma sistematizada, de modo a influenciar públicos-alvo (Pub A)²⁸ a manifestarem comportamentos desejáveis, com o intuito final de apoiar a conquista dos objetivos estabelecidos” (BRASIL, 2014, p. 4.5). Ou seja, desnecessariamente, a atividade já se expõe carecendo de uniformização, o que potencializa a dificuldade de cooperação pela busca da narrativa dominante, que, por sua vez, compete a todos os meios desdobrados em prol de um objetivo, independente da Força à qual pertençam.

No aprofundamento do assunto, a MB demonstra preocupação em apresentar os propósitos e as ferramentas da OpPsc. Assim, aponta: propaganda; contrapropaganda; pesquisas de opinião pública; análise dos Pub A; e temários, entre outros, como meios para se alcançar a indução do adversário a uma falsa compreensão da consciência situacional; o estímulo à dedicação e cooperação de Pub A (BRASIL, 2018, p. 3.6-3.8). Já o EB prioriza elucidar o emprego das OAI em situações de guerra e de não guerra, incluindo, assim, ações que precedem ou independem da ativação de teatros ou áreas de operações. Deste modo, em coordenação com as demais capacidades de uma força militar, especialmente as relacionadas às OpInfo, as OAI contribuem de forma peculiar para a conformação, por exemplo, de cenários-alvo, o que permite, antes mesmo da violência eclodir em um conflito, alcançar vantagens táticas e estratégicas para a tropa (BRASIL, 2014, p. 4.5-4.6).

Mais uma vez, como no assunto da legalidade, os manuais se complementam, mas são incompletos em termos de conhecimento quando analisados individualmente;

- b) a Guerra Eletrônica (GE), nas OpInfo, tem uma estreita ligação no que se refere à degradação do processo decisório de potenciais oponentes. Tal fato pode ser observado na Operação Xequê (2008), em que foi executada uma operação baseada em um engodo eletrônico²⁹ para se resgatar reféns que estavam de posse das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) (TORRES, 2009).

É conceituada, na Doutrina Militar Naval, como:

²⁸ Segmento social que compartilha determinadas características e para o qual serão direcionados os esforços das Operações de Informação (BRASIL, 2019, p. 18).

²⁹ Operação de Guerra Eletrônica, sem dúvida mais complicada, que consiste em penetrar nas comunicações do inimigo para depois substituí-lo, fazendo-o acreditar que está falando com seu contato habitual, quando, na verdade, está falando com o agente que faz a substituição (TORRES, 2009, p. 79-80).

[...] o conjunto de ações que visam explorar as emissões do oponente, em toda a faixa do espectro eletromagnético, com a finalidade de conhecer sua ordem de batalha eletrônica, intenções e capacidade, e, também utilizar medidas adequadas para negar o uso efetivo dos seus sistemas, enquanto se protege e utiliza, com eficácia, os próprios sistemas (BRASIL, 2017, p. 3.8).

Possui o mesmo conceito no EB, e, assim como na MB, divide-se em: Medidas de Apoio de Guerra Eletrônica (MAGE), de caráter passivo, que visa obter dados do oponente; Medidas de Ataque Eletrônico (MAE), as quais visam impedir ou dificultar o uso do espaço eletromagnético pelo oponente; e Medidas de Proteção Eletrônica (MPE), ramo que busca assegurar a utilização segura e eficaz das próprias emissões eletromagnéticas (BRASIL, 2014, p. 4.7);

- c) Comunicação Social: na Guerra do Golfo, por meio da imprensa, todos viam imagens de mísseis de precisão penetrando edifícios e diversas outras imagens que causaram profunda impressão favorável. Isto representou um imenso choque visual para o mundo inteiro, inclusive para os iraquianos. Esta ação da mídia gerou um mito no tocante aos poderes inigualáveis das armas americanas, gerando uma crença de que o Iraque iria, inevitavelmente, perder a guerra, enquanto os EUA estavam destinados a serem os vencedores. A força da mídia e a do exército da coalisão atuaram como uma força combinada em relação ao Iraque (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 86- 88). Este fato corrobora a visão de Vaz, que certifica a importância de se vencer na guerra das imagens:

Numa época em que as imagens transmitidas diretamente das frentes de batalha podem ser mais decisivas para o sucesso das campanhas do que as movimentações táticas, visto que, em muitos casos, a eficácia militar passou a ser avaliada mais pelas percepções que se formam na opinião pública do que por aquilo que efetivamente ocorre no terreno, esse problema não pode ser desconsiderado (VAZ, 2004, p. 109).

Neste contexto, a Comunicação Social (ComSoc) “é o conjunto de atividades desenvolvidas com o intuito de influenciar a opinião pública, buscando garantir a correta percepção da instituição e a sua aceitação pela sociedade” (BRASIL, 2018, p. 3.11). Para alcançar tal feito, a MB se vale das atividades de relações públicas, que lidam diretamente com o público externo e interno; de publicidade, que tem como foco realizar a propaganda da Força; e de assessoria de imprensa, que visa fornecer respostas oficiais e realizar a coordenação com a mídia em geral. O EB apresenta a mesma estrutura e os mesmos conceitos; no entanto, usa algumas

nomenclaturas diferentes, tais como Informações públicas e Divulgação Institucional, para designar, respectivamente, assessoria de imprensa e publicidade. Tal fato em uma atividade intimamente ligada às OpInfo — que, por sua vez, é de caráter operacional — não gera nada além de complicações desnecessárias. Esta questão aumenta de importância quando consideramos que os EUA, com todo o seu poderio bélico, pregam constantemente a interoperabilidade³⁰ em sua estratégia cooperativa para o poder naval no século XXI. Ou seja, uma estratégia, que já é conjunta entre as Forças Marítimas norte-americanas, apresenta formalmente como objetivo a iniciativa de se estreitar laços com outras Forças, a fim de potencializar suas capacidades e mitigar suas limitações (EUA, 2007).

A atividade de Relações Públicas (RP) descrita nos manuais é consoante com o que é apregoadado pela Associação Brasileira de Relações Públicas, que entende a atividade de RP como “um esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização e todos os grupos aos quais ela está ligada direta ou indiretamente” (PERUZZO, 1986, p. 33). Ou seja, um movimento de grande valor na busca por um AO favorável.

[A Publicidade] é a manipulação planejada da comunicação, visando promover comportamentos em benefício do anunciante que a utiliza. As principais atividades consistem em divulgar empresas e marcas, de forma a criar, expandir, corrigir, educar e consolidar públicos” (BRASIL, 2018, p. 3.11).

Desta forma, a MB é o símbolo a ser valorizado, uma vez que a publicidade “tem como tarefa informar as características deste ou daquele produto e promover sua venda” (LIMA, 2011, p. 291).

A publicidade e a propaganda são ferramentas da comunicação que se caracterizam principalmente pela persuasão, ou pelo ato de convencer com argumentos, verdadeiros ou não, as pessoas sobre determinado assunto (GONÇALEZ, 2009, p. 7). Cabe, no entanto, ressaltar que, de acordo com Gonçalves, publicidade e propaganda, apesar de serem termos utilizados como sinônimos, não o são. A propaganda propaga ideias, princípios e teorias sem o fator comercial, tendo o objetivo precípuo de influenciar o homem. Já a publicidade é conceituada como a

³⁰ Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução (BRASIL, 2015, p. 151).

arte de tornar público, divulgar um fato ou ideia, ou seja, um produto ou um serviço, com objetivos comerciais, despertando o desejo de compra, e, assim, levando à ação (GONÇALEZ, 2009, p. 7-8). Deste modo, evidencia-se aqui que a subdivisão Publicidade, empregada na ComSoc da MB, deveria ter o nome de Publicidade e Propaganda, ou migrar para divulgação institucional, termo genérico utilizado pelo EB, visando possuir uma terminologia correta. Isto decorre do fato de que, nesta prática, constantemente, busca-se tanto a valorização da Força em si quanto de alguma atividade de cunho estratégico, operacional ou tático, que possivelmente esteja focada na consecução de algum objetivo.

A divergência entre jornalistas e militares é latente e constante, uma vez que os primeiros defendem o direito de noticiar tudo, e os últimos alegam a necessidade de se evitar o risco de se pôr em perigo a segurança das operações. A verdade é que, como nunca visto, ambos se tornaram interdependentes, já que os jornalistas necessitam de acesso à informação pertencente aos militares, enquanto estes precisam se comunicar com a opinião pública global, processo assegurado pelos jornalistas (VAZ, 2004, p. 110). A assessoria de imprensa tem como função intermediar as relações com os veículos de comunicação, tendo como matéria-prima a informação e como processo a abordagem da notícia (FERRARETTO, 2009). O valor da referida abordagem reside na questão de que “os fatos necessariamente possuem versões que são naturalmente traduzidas por narrativas que, entretanto, nem sempre correspondem à realidade” (FRIEDE; COMBAT, 2019, p. 418). Cabe às OpInfo alcançar a verdade que for favorável aos seus propósitos;

- d) a Guerra Cibernética ou ações cibernéticas são uma modalidade da guerra elevada a uma nova condição nos assuntos relacionados à Defesa e Segurança, graças à revolução tecnológica do atual Zeitgeist³¹. O espaço cibernético é um domínio global dentro da dimensão informacional do AO, que abrange a Internet, redes de telecomunicações, sistemas de computador e processadores embarcados e controladores. A MB enquadra estas ações de quatro formas: nível de emprego (estratégico, operacional ou tático); tipo (ataque, proteção ou exploração); efeito desejado, em que tem potencial de ser de caráter defensivo, valendo-se da proteção cibernética, ou ofensivo, valendo-se do ataque ou exploração cibernética; e

³¹ A união do passado de um povo com o novo contexto de um tempo gera um clima social único daquela época e grupo (HEGEL, 1999).

contexto, em que conseguem ser empregadas na inteligência ou nas OpInfo (BRASIL, 2018, p. 3.13). O EB utiliza somente o enquadramento do tipo, e as explica como ações que objetivam proteger os próprios ativos de informação, explorar e atacar redes do oponente e ser capaz de afetar as condições de normalidade em uma determinada área ou região (BRASIL, 2014, p. 4.8).

Neste cenário, a MB consegue orientar de melhor forma esta atividade, pois seus enquadramentos são ricos em facilitar uma melhor compreensão da intenção do Comandante, característica da guerra de terceira geração que se mantém na geração atual. Ambas as Forças afirmam que esta capacidade agrega grande valor às OpInfo, pois pode afetar tanto o meio quanto a mensagem em si;

e) a Operação Civil-Militar é:

[...] o conjunto de atividades planejadas que busca estabelecer, manter influência ou capitalizar as interações e as relações de cooperação e coordenação entre as forças militares, a população civil e as autoridades e organizações governamentais ou não governamentais, a fim de contribuir para a condução de outras operações e ações, bem como a conquista de objetivos militares (BRASIL, 2018, p. 3.14).

Neste ponto, cabe salientar que, apesar de possuir uma missão próxima à atividade de RP, já que busca um entendimento com determinado Pub A, a operação civil-militar diferencia-se por ser intimamente ligada à missão, enquanto a atividade de RP tem seu olhar voltado, principalmente, para a imagem institucional.

Isto posto, a operação civil-militar, da MB, e os Assuntos Cíveis, do EB, possuem exatamente a mesma conceituação, sendo mais um exemplo de nomenclatura distinta para execução de ações semelhantes. Tal operação não tem caráter exclusivamente assistencialista, visto que se concentra na população e nas instituições locais da Área de Operações designada, a fim de criar um ambiente favorável às operações militares que ali serão desdobradas. Com isto, aumenta a possibilidade de se envolver o emprego de forças militares em atribuições e funções que são, normalmente, da responsabilidade do governo local (BRASIL, 2018, p. 3.15). Desta maneira, a atividade contribui para assegurar: a legitimidade das operações e a credibilidade da Força. Instituído-se, assim, como atividade relevante na colaboração às OpInfo;

f) dentro de uma operação militar, de acordo com a situação, há a possibilidade de outras capacidades e ações poderem auxiliar os esforços das OpInfo, gerando

impactos no campo da influência. Neste ínterim, podem se destacar ações de despistamento, destruição física, ACISO³², combate câmera³³, entre outros.

Neste enquadramento, tanto a MB quanto o EB ressaltam a questão da Inteligência³⁴, já que esta norteia todo o planejamento das OpInfo e, ainda assim, não é uma CRI. Isto decorre do fato de que, além de não afetar diretamente o ambiente informacional, a mesma é a base de diversas outras atividades desenvolvidas no âmbito de uma Operação Militar. Assim, apesar de ser extremamente demandada pelas OpInfo, não pode sofrer sua regulação direta, sendo prestado somente o apoio, não diminuindo, porém, a necessidade da coordenação entre as duas.

3.2.4 Planejamento das Operações de Informação nas Forças Armadas brasileiras

Ao se deparar com o planejamento das OpInfo, parte sensível deste trabalho, uma vez que se visa expor como é pensada a preparação desta atividade, depara-se com um obstáculo comum enfrentado até aqui: a falta de padronização em termos e em prioridade das ações a serem empregadas, apesar da similaridade de conceitos. Desta forma, esta seção conjugará as doutrinas, que mais uma vez são complementares e poucas vezes entram em choque, para que, assim, pavimente-se o caminho de elucidação da atividade em solo pátrio, favorecendo, assim, uma ação conjunta das Forças e o escrutínio em relação ao que se prega e executa-se lá fora.

As OpInfo são integrantes do plano de operação militar, ou seja, não pode haver um planejamento para a dimensão informacional que seja distinto das demais operações para a consecução dos objetivos. Este, por sua vez, ocorre, preferencialmente, no nível operacional, alinhado com a comunicação estratégica, emanada pelo nível estratégico. No entanto, nada impede que o nível tático, dispondo de CRI, realize ações de OpInfo em consonância com as orientações dos escalões superiores, para que não ocorra fratricídio de informação (BRASIL, 2018).

³² Ação Cívica Social: Conta com pessoal, material e técnicas disponíveis para solução de problemas imediatos e presentes. Diferencia-se das operações civis militares, por sua natureza, primeiramente, assistencialista. No entanto, é capaz, com as atividades desenvolvidas e os contatos aproximados na área de Operações, de proporcionar um ambiente favorável às operações militares (BRASIL, 2018, p. 3.16).

³³ Técnica que emprega especialistas em câmeras e recursos de imagens de vídeo que são disponibilizados aos comandantes para apoiar requisitos operativos e de planejamento (BRASIL, 2018, p. 3.16).

³⁴ A atividade de Inteligência é baseada em processo mental, tendo por finalidade produzir e salvaguardar conhecimentos de interesse da Marinha do Brasil (BRASIL, 2008a, p. 1.1).

Neste sentido, é importante ter atenção a atual compactação entre os níveis de condução da guerra, em que as atividades militares passaram a ter importante conotação política (VAZ, 2004, p. 104). A teoria do cabo estratégico, exposta no artigo *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War* (*O Cabo Estratégico: Liderança na Guerra de Três Quarteirões*, em tradução livre), do general Charles C. Krulak, do United States Marine Corps (USMC), demonstra bem este fenômeno, pois se refere às lições aprendidas na Somália e em outras operações de assistência humanitária e de manutenção de paz mais recentes, em que os resultados dependeram das decisões tomadas por líderes de pequenas frações. Nestas situações, o graduado individualmente era o símbolo mais visível da política externa dos EUA, influenciando não apenas a situação tática imediata, mas também os níveis operacional, estratégico e político. Suas ações tinham a capacidade de afetar, diretamente, o resultado da operação como um todo (STRINGER, 2010, p. 2).

Deste modo, podem se depreender duas conclusões: a necessidade da consciência da dimensão informacional de todos os envolvidos na operação e a necessidade de uma preocupação constante do pessoal de OpInfo em se alinhar ao escalão superior e em acompanhar constantemente o ambiente informacional, a fim de obter tempo precioso para conter eventos que sejam negativos ou explorar os que sejam favoráveis.

O planejamento OpInfo se baseará nas necessidades operativas e será traduzido na aplicação integrada e sincronizada das CRI disponíveis como multiplicadores de força para a criação de efeitos desejados, propiciando vantagens como: economia de forças; redução de risco de fratricídio na dimensão informacional; potencialização das linhas de ação estabelecidas para atingir o estado final desejado; obtenção de mais efetividade nas operações. Tais efeitos, que requerem influenciar o comportamento de um Pub A em relação a regras, normas ou crenças estabelecidas, podem ser direcionados a indivíduos, organizações ou sistemas, possibilitando, assim, diversas opções de ações (BRASIL, 2014, p. 4.16-4.19). Desta forma, ao Comandante cabe a decisão do que deve ser feito, e à OpInfo cabe dizer como.

3.2.4.1 Organização do Estado-Maior e responsabilidades

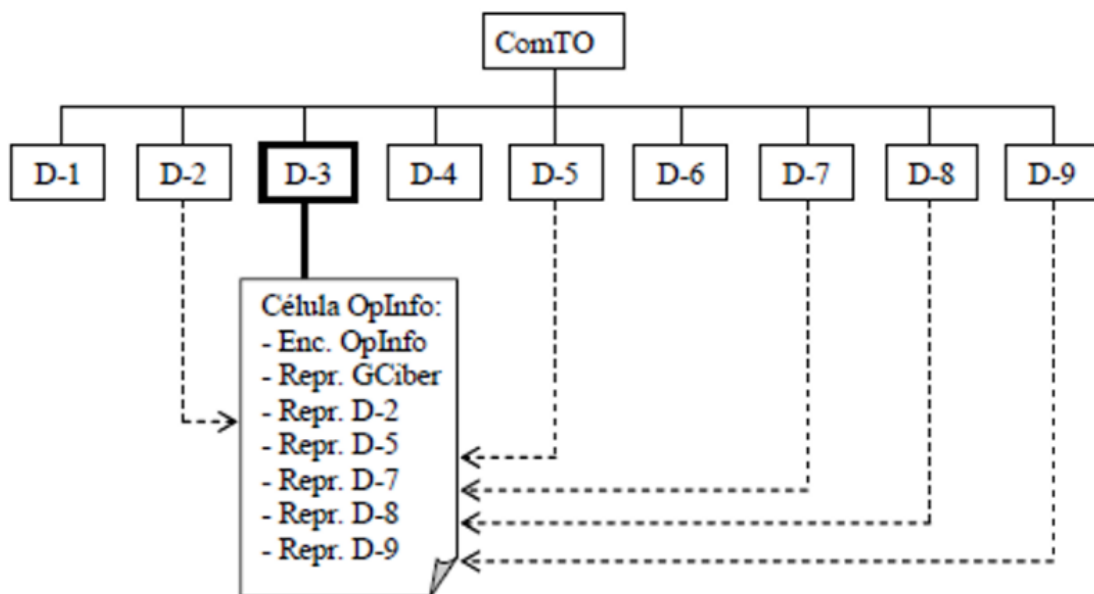
Aqui se encontra um ponto de divergência entre as doutrinas da MB e do EB, visto que, para o EMA-335, a melhor organização do Estado-Maior é com uma célula de OpInfo subordinada à Seção de Operações (Figura 2). Neste tipo de organização, as OpInfo estão dentro de uma célula multidisciplinar com o propósito de sincronizar as CRI e provocar efeitos durante uma operação. Este arranjo “permite uma melhor inserção de efeitos não letais

na elaboração da Linha de Ação”³⁵ (BRASIL, 2018, p. 4.3). O documento em lide não é claro acerca da permanência no tempo deste arranjo, ou seja, não afirma que será uma estrutura constante, como a guerra de quarta geração exige.

A célula supracitada é constituída pelo seu Encarregado, acrescida de pessoal com experiência nas áreas de Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética, Operações Psicológicas, Operações Civil-Militar, dentre outras. Um representante da Inteligência também a integra, tendo a responsabilidade de: estabelecer uma base de informações de longo prazo; propor oportunas atividades de inteligência; e avaliar os efeitos das OpInfo na dimensão informacional (BRASIL, 2018, p. 3.5).

Este arranjo, dentro do Estado-Maior — que é estruturado para fazer face a problemas altamente complexos —, não admite soluções de forma isolada, propagando para a célula de OpInfo tal concepção, visto que, como observado na Figura 2, mesmo subordinada à Operações, a mesma mantém ligações com outras Seções.

Figura 2: Célula de Operações de Informação na Marinha do Brasil



Fonte: BRASIL, 2018

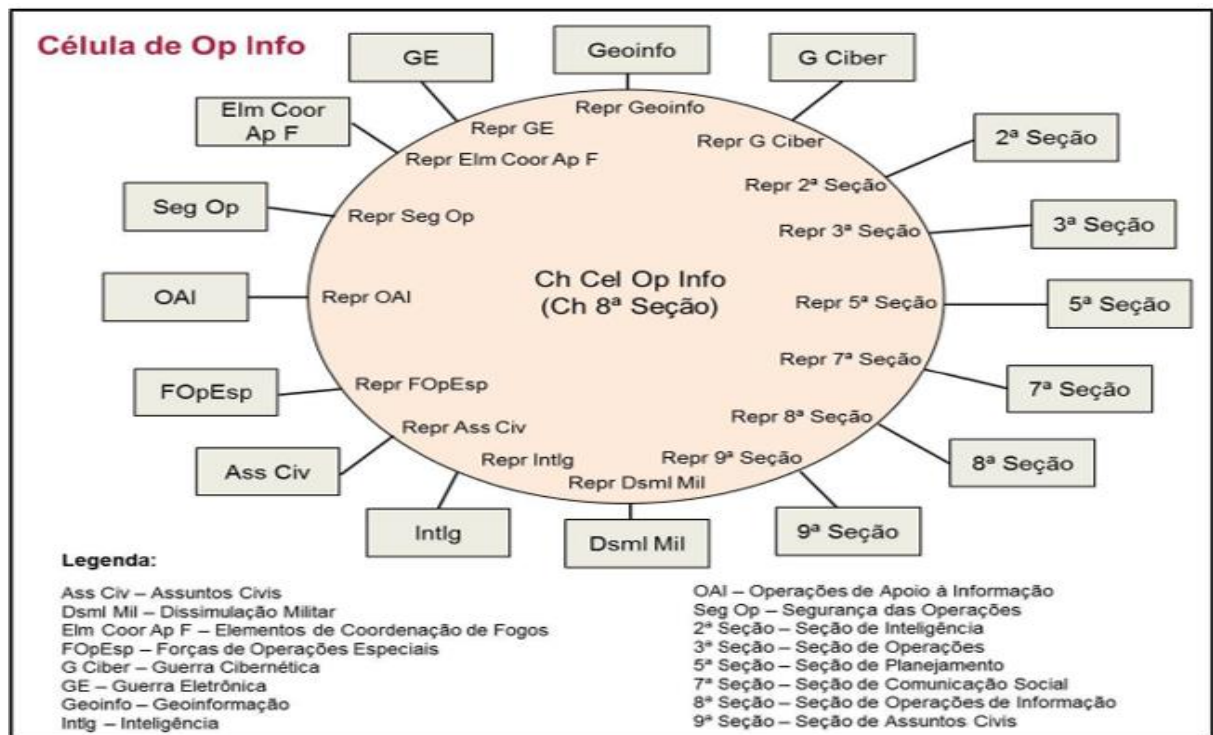
Identifica-se, assim, um relacionamento mais estreito na questão de insumos em relação à Inteligência (D-2), que apoiará na formação da consciência informacional, às Operações Futuras (D-5), que fornecerá os próximos passos a serem executados pela Força, e as CRI: Comunicação-Social (D-7); Operações Psicológicas (D-8); e Assuntos Cíveis (D-9),

³⁵ Solução possível que pode ser adotada para o cumprimento de uma missão ou execução de um trabalho (BRASIL, 2015, p. 156) MD-35.

que, como já esclarecido anteriormente, mesmo fazendo parte das OpInfo, mantém atividades que são independentes desta sincronização.

Já para o EB-20 (BRASIL, 2014, p. 5.2-5.5), no nível operacional, a 8ª Seção do Estado-Maior é responsável por sincronizar as CRI e recursos disponibilizados às OpInfo. Esta estrutura é uma constante em comandos deste nível, sendo responsável pelo planejamento, preparo, condução e avaliação contínua desta atividade. Afirma, ainda, que, diante de uma crise, poderá se dispor, subordinada à 8ª Seção, de uma célula, de concepção similar à da MB, que conte com representantes de todas as CRI, para servir como cerne das OpInfo, proporcionando maior facilidade na integração e sincronização das CRI e dos recursos disponíveis, na coordenação interagências e na produção de conhecimentos para alcançar objetivos específicos do Comandante. Excepcionalmente, poderá ocorrer situações em que o recomendado será a subordinação da célula de OpInfo à seção de Operações, conforme preconizado no EMA-335, ou, ainda, apenas o estabelecimento de um Grupo de Integração.

Figura 3: Célula de Operações de Informação no Exército Brasileiro



Fonte: BRASIL, 2014

É nessa estrutura focal que se torna viável a sincronização e a integração das capacidades de informação entre si e entre os outros planos da campanha, pois é nessa disposição que esse conjunto de representantes agregará diversos conhecimentos e

perspectivas que alcancem todo o escopo da Força desdobrada, permitindo a análise, o planejamento e a avaliação das ações relacionadas ao ambiente informacional.

Uma observação pertinente à doutrina terrestre é que, em seus conceitos, a mesma usa o termo crise sem dimensionar os critérios para sua atribuição. No capítulo anterior, constatou-se, embasado pelas definições de Freund, em seu livro *Sociología del Conflicto*, que o conflito e, conseqüentemente, a crise, é inerente à sociedade. Portanto, a referida prontidão para os supostos períodos de crise, deveria ser uma constante. Assim, seguindo um raciocínio coerente, o estabelecimento da célula de OpInfo no seio de um comando operacional deveria ser ininterrupto.

Uma vez sabendo que a MB, em seu manual, apresenta outras formas de organização da OpInfo em seu Estado-Maior, sendo uma das opções exatamente o que a Força Terrestre adota, e que esta, como apresentado anteriormente, tem uma opção de formatação próxima à da MB, tendo como diferencial a manutenção da 8ª seção mesmo com a célula de OpInfo ativada na Seção de Operações, percebe-se que, mesmo em divergência, é possível se chegar ao denominador comum entre as doutrinas.

A Força Naval enuncia algumas vantagens e desvantagens de seu modelo. Entre os benefícios destacam-se: melhor coordenação das OpInfo com a Operações; maior capacidade de mobilização das CRI; e identificação mais clara da possível interação entre as CRI e o Plano Operacional. Já entre os infortúnios, há: a possibilidade de as OpInfo serem deixadas em segundo plano; sobrecarga do oficial de Operações, que coordenará as CRI, integrando-as à Operação; e o encarregado pelas atividades de OpInfo, que não tem contato direto com o Chefe do Estado-Maior (BRASIL, 2018, p. 4.5). Analisando-se os prós e contras, este trabalho discorda da conclusão do EMA-335, uma vez que as vantagens apresentadas já seriam agregadas por meio do PPM (Processo de Planejamento Militar), que é focado no trabalho de Estado-Maior, que, por sua vez, tem em seu cerne a imposição de haver coordenação entre todas as seções e sincronização dos eventos de diferentes matizes. Enquanto nas desvantagens se observa a possibilidade de se relegar a atividade de OpInfo a segundo plano, o que por si só, de acordo com tudo que foi exposto até o momento, seria se recusar a lutar a guerra na qual se está forçosamente inserido. Isto é dizer que, de acordo com esta pesquisa, ter a formatação adotada pelo EB como padrão seria um facilitador para a condução da atividade.

O encarregado pela OpInfo, em ambas as Forças, é responsável por diversas tarefas, tais como: analisar a dimensão informacional; planejar e conduzir as OpInfo; Integrar e sincronizar todas as CRI que estiverem à sua disposição; recomendar prioridades nas OpInfo; selecionar, analisar e priorizar alvos; confeccionar o Plano de OpInfo (POI); estabelecer

medidas de avaliação e desempenho de eficácia, visando fornecer avaliação pós-ação de acordo com o POI; e integrar o POI ao plano da campanha; entre outros (BRASIL, 2014, p. 5.9-5.10; BRASIL, 2018, p. 4.7). Apesar de um manual ser mais específico que o outro, não há mudança na essência das incumbências. Mas, como observado anteriormente, a organização proposta pela MB dificulta alguns deveres basilares, como, por exemplo, o Oficial de OpInfo ser o principal assessor do Comandante no tocante a assuntos relacionados à dimensão informacional, sem ter acesso direto ao mesmo.

3.2.4.2 Planejamento, execução e avaliação

As fases de planejamento, execução e avaliação das OpInfo necessitam de tempo para sua realização, dado que a conquista de condições favoráveis na dimensão informacional ocorre antes da violência ser deflagrada e segue após a paz ser alcançada. E a formatação do campo informacional, na sociedade contemporânea, não é algo desprezível.

Neste contexto, o coronel israelita Hirsch defende a preocupação das Forças Armadas com alguns fatores, entre eles: a obtenção de informações que permitam a designação de alvos legítimos e a ultrapassagem dos dilemas morais criados pelas atuais circunstâncias da guerra. Assim, no plano operacional, a atividade militar deve se assentar em alguns requisitos fundamentais, sendo um deles:

Criação de um aparelho militar capaz de funcionar sob configurações diversas, apto a atacar simultaneamente de várias direções, especializado em guerra psicológica, mentalizado para as peculiaridades dos conflitos não convencionais, com grande aptidão para a recolha e tratamento de informações relevantes e suficiente flexível para se adaptar às movimentações insidiosas e largamente inéditas da guerra assimétrica (HIRSCH, 2003, p. 63).

Tal consideração assevera a necessidade de um estudo constante, atualizado com a evolução do AO, implicando na necessidade de uma análise prévia de possíveis ameaças que possam influenciar desfavoravelmente às nossas ações ou que possam favorecer a legitimidade da Força e de suas ações. Este delineamento se desenvolverá até se tornar uma estimativa³⁶ e ser capaz de subsidiar a decisão do Comandante (BRASIL, 2018, p. 5.2).

De posse da decisão, o planejamento das OpInfo, de uma maneira geral, deve ser orientado com base em algumas premissas, tais como: direção centralizada, viabilizando a racionalização das CRI; integração e sincronização de esforços; execução coordenada e

³⁶ Projeção, em futuro previsível, de um fato ou situação, feita com base em análise objetiva de todos os dados envolvidos e no estudo das possibilidades e probabilidades de sua evolução (BRASIL, 2015, p. 108).

descentralizada, possibilitando ações simultâneas e adequadas nos variados campos de atuação; e emprego oportuno das CRI e dos demais recursos disponíveis, evitando a duplicidade ou conflito de ações (BRASIL, 2014, p. 6.4).

Neste ínterim, as OpInfo são uma ferramenta a ser empregada junto ao Processo de Planejamento Militar (PPM), que visa obter uma solução fundamentada para qualquer tipo de problema militar, baseando-se em um método de raciocínio que utiliza quatro preceitos fundamentais: evidência, análise, síntese e enumeração. E seguirá três etapas: Exame da Situação, na qual se realizará a compreensão da situação — por meio do estudo do ambiente informacional —, avaliar-se-ão as possibilidades do inimigo, analisar-se-á a missão e serão propostas Linhas de Ação para a Decisão do Comandante; Desenvolvimento do Plano de Ação e Elaboração da Diretiva, em que se estabelecerá mais precisamente como e quem implementará a Decisão tomada na etapa anterior, formulando-se, assim, a Diretiva com o conceito das OpInfo; e Controle da Ação Planejada, em que ocorrerá a realimentação do processo, possibilitando ao Comandante modificar seu plano em virtude das alterações no AO enquanto a ação se desenrola (BRASIL, 2006).

Com a execução das atividades propostas acima, espera-se que algumas ações sejam alcançadas, tais como: auxiliar os chefes da 2ª Seção (Inteligência) e 3ª Seção (Operações) na identificação de Centros de Gravidade das forças aliadas e adversas; identificar os aspectos mais relevantes das perspectivas da dimensão informacional; identificar as missões e tarefas impostas e deduzidas relacionadas às OpInfo; identificar fatos, premissas, restrições e limitações que afetam o planejamento das OpInfo; desenvolver e refinar os Elementos Essenciais de Inteligência (EEI), conjunto de informações iniciais necessárias ao planejamento; realizar a avaliação de risco das OpInfo; desenvolver a estimativa preliminar de OpInfo; selecionar, analisar e consolidar potenciais alvos relacionados às OpInfo; estabelecer critérios de avaliação; identificar os efeitos desejados e indesejados que apoiem ou degradem os objetivos de informação; e elaborar o POI que seguirá anexo ao Plano de Operações, com recomendações das CRI que podem ser empregadas nas tarefas (BRASIL, 2014, p. 6.6-6.8).

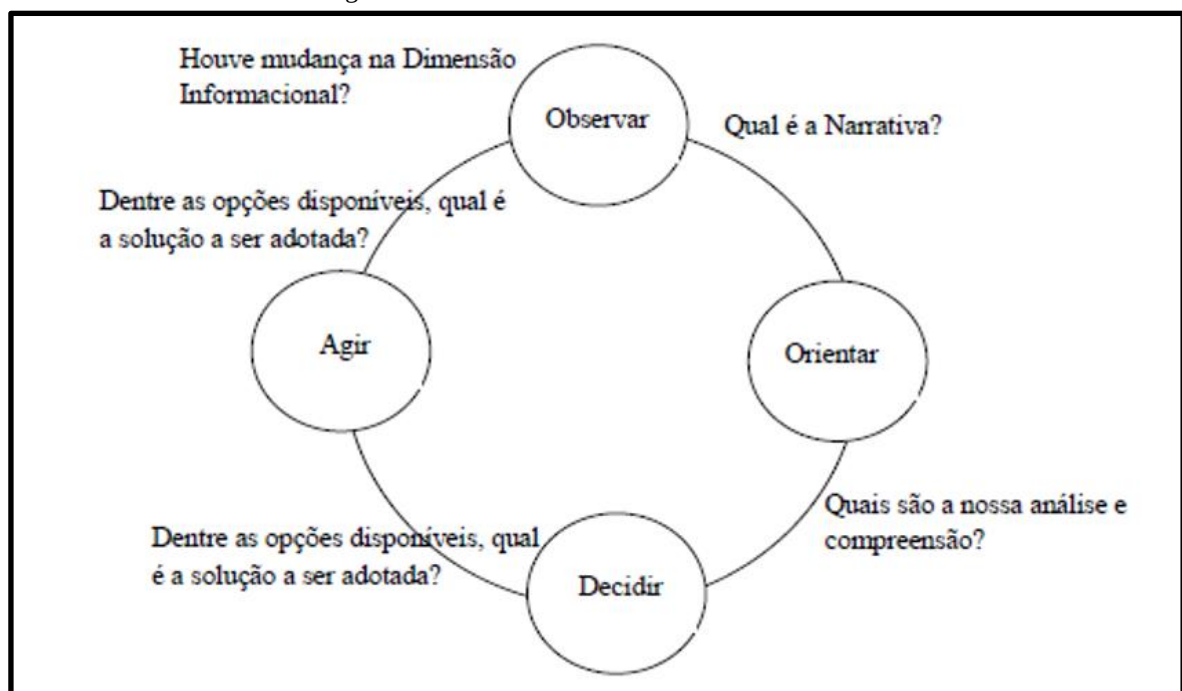
MB e EB apresentam diretrizes similares de planejamento; no entanto, apresentam-nas de forma distintas. O EB-20 se apresenta de forma mais didática neste segmento, pois explica melhor suas ideias, exemplificando-as, facilitando, assim, a consecução de um produto de qualidade ao final do processo. A MB somente as cita, deixando a cargo do interessado um maior aprofundamento no tema, que, como já dito anteriormente, não é de fácil acesso, em se tratando de doutrina.

Por ocasião da execução, devido à velocidade da informação e seus múltiplos vetores com propósitos diversos e voláteis, há a possibilidade de mudanças abruptas de cenário. Tal fato exige, além de uma postura proativa das OpInfo e do Estado-Maior como um todo, uma competência para se lidar com o gerenciamento do risco, uma vez que se contrapondo às variações em um determinado ambiente, haverá a possibilidade de choque com outro fator, não necessariamente enquadrado na área de operações, mas que terá a possibilidade de afetar as ações correntes.

Neste processo, o pessoal da célula destinada a esta atividade deverá verificar se os objetivos estão sendo alcançados e atuar em situações novas, que precisem de uma resposta na Dimensão Informacional. Como em qualquer outra atividade de uma Operação Militar, o Estado-Maior tem que manter seu ciclo OODA girando mais rápido que o do inimigo, buscando manter a iniciativa das ações (BRASIL, 2018, p. 5.5).

Ou seja, a ordem e matéria dos eventos até então descritos seguem consoantes com os princípios que regem o ciclo OODA, já que inicialmente se identifica e analisa os fatores informacionais e as narrativas vigentes, e aí se reconhecem as etapas da observação e da orientação, respectivamente, seguindo-se do planejamento, a fim de ensejar a decisão, e da execução, que é a ação. A partir daí, para se reiniciar o ciclo, faz-se necessária a avaliação, que permitirá a observação da nova conjuntura que se apresenta na dimensão informacional, fruto das ações depreendidas do primeiro circuito.

Figura 4: Ciclo OODA na Dimensão Informacional



Fonte: BRASIL, 2018

Neste contexto, o processo de avaliação busca permitir uma melhor orientação durante as operações e aprimorar determinados procedimentos, pois acompanha o impacto das ações executadas, permitindo reconsiderar constantemente o processo adotado. É uma atividade de extrema dificuldade e que exige pessoal especializado, dado que se faz necessário equacionar situações que não são facilmente mensuráveis. Para este fim, utiliza os Indicadores de Desempenho (IDe) e os Indicadores de Eficácia (IEf), em que o objetivo principal é analisar e informar sobre o desempenho³⁷ e a eficácia³⁸ das atividades relacionadas às OpInfo. Tais indicadores devem observar cinco atributos: Relevância³⁹; Disponibilidade⁴⁰; Oportunidade⁴¹; Complementariedade⁴²; e Mensurabilidade⁴³ (BRASIL, 2018, p. 5.7-5.8).

Atualmente, como visto no decorrer deste estudo, as OpInfo sempre estarão presentes nos enfrentamentos, independentemente de sua intensidade. Em solução de conflitos, seu planejamento e execução deverão ser flexíveis o suficiente para apoiar, simultaneamente, operações ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais. E nas circunstâncias de atuação, em que o uso da força militar nos moldes tradicionais se apresentar ineficaz — exigindo o serviço de um instrumento militar, capaz de alcançar os objetivos sem que haja destruição e mortes no campo de batalha —, as OpInfo assumirão o esforço principal para o alcance do estado final desejado. Neste caso, o planejamento deve enfatizar as opções dissuasórias, complementando os esforços de diplomacia e informações públicas, a fim de influenciar os potenciais adversários a tomarem decisões favoráveis a metas e objetivos do País. Reforça-se, assim, a necessidade da atuação desde os tempos de paz (BRASIL, 2014, p. 6.10). Deste modo, as OpInfo se consolidam como uma combinação variável de capacidades aptas a fornecer intensidade, precisão e efeitos, que sejam simultaneamente versáteis, dinâmicos e compatíveis com os objetivos da campanha no nível tático, operacional e estratégico.

³⁷ O desempenho deve responder à pergunta: “Estamos fazendo certo as coisas, ou seja, executando a Ação como se espera que façamos?” (BRASIL, 2018, p. 5.7).

³⁸ A eficácia deve responder à pergunta: “Estamos fazendo as coisas certas para criar os Efeitos no Ambiente Operacional (AO) da maneira como desejamos?” (BRASIL, 2018, p. 5.7).

³⁹ Relevância mostra se o Indicador realmente aponta para a obtenção do Efeito ou a realização da Ação (BRASIL, 2018, p. 5.8).

⁴⁰ Disponibilidade se refere à facilidade, ou não, em se obter as informações necessárias para implementar o Indicador (BRASIL, 2018, p. 5.8).

⁴¹ Oportunidade se refere à utilidade no uso da informação apurada, permitindo ao Comandante Operacional controlar o momento oportuno de implementar alterações que se fizerem necessárias ao andamento da operação ou a campanha planejada (BRASIL, 2018, p. 5.8).

⁴² Complementariedade se refere à necessidade de o Indicador ser complementar a outro Indicador associado à mesma Medida, no intuito de mostrar se tais Efeitos ou Ações estão sendo realmente atingidos (BRASIL, 2018, p. 5.8).

⁴³ Mensurabilidade se refere à possibilidade de a informação apurada ser mensurada, o que facilita o trabalho de avaliação da Seção de Planejamento (BRASIL, 2018, p. 5.8).

4 AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Uma vez assimilada a importância da atividade e tendo o entendimento de seu funcionamento no Brasil, é chegada a hora de se buscar oportunidades de conhecimento que permitam o seu célere aprimoramento. Não se intenciona, desta forma, dizer que é válido copiar experiências externas esperando que as mesmas tenham sucesso aqui. No entanto, como já observado no capítulo anterior, não é segredo que as Forças Armadas brasileiras não se encontram na vanguarda do assunto, e, assim, analisar o que é feito por outros países que aplicaram a atividade em operações reais, a fim de adequar um determinado número de técnicas, surge como opção viável para se acelerar o desenvolvimento do tema em âmbito nacional.

Neste escopo, serão apresentados alguns ensinamentos de manuais e estudos acerca de doutrinas da Rússia, da Organização Tratado Atlântico Norte (OTAN) e dos EUA. A doutrina russa foi julgada como alvo desta pesquisa, fruto de suas OpInfo terem ganho destaque em ações na Estônia (2017) e Ucrânia (2018), situações que serão mais exploradas no decorrer deste capítulo. E as duas últimas doutrinas são dignas de nota, visto que esses atores, além de se evidenciarem como ícones em assuntos militares no cenário mundial, apresentam forte influência no panorama teórico das questões militares de caráter naval. A afirmativa anterior é confirmada quando são observadas as planilhas do programa de cursos e estágios no exterior (PCEExt) da MB⁴⁴. Ao se investigar estes documentos, percebe-se que o número de militares enviados a estes locais para se preparar, nos últimos três anos, é superior aos enviados à América do Sul, área de interesse estratégico do País. Outra questão relevante é que a porcentagem de oferta de estudos nestas regiões, a fim de obter intercâmbio de conhecimentos, suplantam a média de 60% do total de oportunidades de formação.

Dito isto, este capítulo buscará estrutura similar à do anterior em relação à exposição de doutrina, a fim de facilitar possíveis comparações e depurações de resultados factíveis. Cabe, no entanto, explicar que não serão mais elucidados conceitos que já foram expostos anteriormente. O trabalho se concentrará em diversas publicações e manuais, visando alcançar uma imagem das teorias e pensamentos acerca da atividade internacionalmente. Neste contexto, o *Joint Publication for Information Operations* (JP 3-13), que tem precedência sobre os outros manuais norte-americanos que versam sobre o assunto, assim como o *Allied Joint Doctrine for Information Operations* (AJP-3.10), que tem o mesmo valor em relação à

⁴⁴ Informações disponíveis em: Portaria Nº 9, de 2018, do Estado-Maior da Armada; Portaria Nº 223, de 2018, do Estado-Maior da Armada; e Portaria Nº 264, de 2019, do Estado-Maior da Armada.

OTAN, terão papéis significativos em termos de confrontação com a realidade do que aqui é praticado, isto fruto da semelhança de cultura e *modus operandi* das forças militares em questão. Já é válido destacar, que a referida *Joint Publication*, que teria a tradução de doutrina conjunta, já representa por si só uma evolução a ser alcançada no Brasil, pois somente com uma publicação no nível do Ministério da Defesa será possível o completo alinhamento desta atividade, que exige coordenação e sinergia entre as Forças, fato este que, como observado no capítulo 3, ainda é inexistente.

Observar-se-á que a doutrina russa, por ter um enfoque diferente das OpInfo, acaba por ser expressa neste trabalho com um caráter mais descritivo, uma vez que sua abordagem é distinta em relação aos preceitos aqui praticados. No entanto, em nenhum momento tal característica compromete a pesquisa de conhecimentos relevantes para as OpInfo brasileiras, já que seu ineditismo, por si só, já representa grande valor agregado.

4.1 Conceituação

É fato que as redes de comunicação diminuíram o número de populações isoladas no mundo. O sistema tecnológico de informação estabelecido por grandes corporações facilitou a comunicação global (EUA, 2014c, p. I-1). Neste contexto, a informação é, atualmente, o mais importante elemento de poder. Grupos, organizações, Estados-nação e até mesmo indivíduos têm a capacidade de influenciar a política sistematicamente por meio deste elemento, o que é uma situação nova (ARMISTEAD, 2004, p. 9).

Diante do que foi comentado, surge a questão de uma mudança na referência de comparação de poder, visto que, por muito tempo, exclusivamente o poder militar foi usado como tal medida. Ou seja, por anos, países se classificaram baseados em suas capacidades militares e em suas habilidades em empregar tais forças. No entanto, a história vem mostrando que este fator, sozinho, não é confiável. Como exemplo, pode-se citar a diferença colossal entre o poderio militar norte-americano e o vietnamita, e, ainda assim, após onze anos de combate, foram as forças dos EUA que se retiraram de uma campanha infortunada. Isto ocorreu devido ao fato de que parte do arsenal militar se apresenta inacessível, não podendo ser utilizado sem que se exponha a guerra total, o que a maioria dos governos não está disposta a fazer. Portanto, as nações militarmente mais poderosas são prejudicadas em sua capacidade de desdobrar suas forças para alcançar o resultado político desejado. Assim, fica claro que, atualmente, a capacidade bélica, de forma isolada, não tem a competência de traduzir o poder de forma adequada na maioria dos casos (ARMISTEAD, 2004, p. 10).

Esta mudança de paradigma de poder vai ao encontro do que Carr (2001, p. 172) defende. Para ele, o poder sobre a opinião é a terceira forma de poder, estando sempre associada às outras duas: o poder militar e o econômico. O poder da opinião é a arte da persuasão, necessária para a manutenção do governante e de suas políticas, uma vez que estas são dependentes da avaliação das massas, independentemente do grau de consciência política destas. O autor retrata que não levou muito tempo para que os beligerantes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) se conscientizassem de que a guerra psicológica deveria acompanhar a guerra econômica e militar, pois uma condição para o sucesso era que o próprio moral deveria ser mantido, enquanto que o do inimigo deveria ser solapado, incluindo-se aí o moral da população civil, que, pela primeira vez, tornou-se um objetivo militar (CARR, 2001, p. 173-177).

É nestas circunstâncias que surge a percepção da necessidade de se operar neste ambiente, de modo a alcançar as vantagens do poder da informação, visto que o mesmo é parte necessária de todo o poder, porém, jamais sendo absoluto (CARR, 2001, p. 188), fazendo, assim, com que seja objeto de disputa. O governo dos EUA, percebendo que, de fato, a informação é poder, iniciou um processo de adaptação para tirar proveito desta conjuntura. Este movimento começou com a Operação Tempestade no Deserto (1991). Lições aprendidas naquele conflito indicaram que a nação que controla o fluxo de informações vence o conflito. Seja esta informação em forma de inteligência militar, propaganda, ondas eletromagnéticas ou fluxo de dados de computador, a capacidade de manipula-la será um esforço primário nos conflitos futuros (ARMISTEAD, 2004, p. 10).

Armistead, no livro *Information Operations: warfare and the hard reality of the soft power*, diz que o ambiente de informação global se tornou um campo de batalha, no qual a tecnologia da informação é utilizada para entregar conteúdo, na intenção de moldar percepções, gerenciar opiniões e controlar comportamentos (2004, p. 4). O autor argumenta, ainda, que o conceito mais importante a ser lembrado em relação às OpInfo é de que estas não são uma arma em si, mas, sim, um processo, um facilitador, uma ferramenta que aumenta a capacidade de moldar o ambiente informacional. É uma metodologia de planejamento que apoia o emprego das forças militares tradicionais, ao mesmo tempo em que também é uma estratégia, uma campanha e um método, que é assistido pelas mesmas tropas convencionais (ARMISTEAD, 2004, p. 6).

Neste contexto, ataques a sistemas de computadores, emprego de publicidade negativa por meio da grande mídia, sobrecarga de informações não solicitadas pela Internet e ameaça de danos à infraestrutura são formas de ataques nesta nova era. Como visto na Somália (1993), quando o general africano Aidid manipulou a mídia para desequilibrar as superiores forças militares norte-americanas, deixando claro que os poderios militar e econômico não são

mais suficientes para determinadas soluções políticas. Assim, as OpInfo são um conjunto de abordagens doutrinárias para que as forças militares e diplomáticas usem e operacionalizem o poder da informação. Ressalta-se que sua efetividade reside na integração e coordenação interagências e na sua condução o mais previamente possível, abarcando aí os períodos de paz (ARMISTEAD, 2004, p. 11-12).

O desenvolvimento da concepção russa sobre a guerra de informação pode ser rastreado até o reconhecimento inicial do efeito transformador da digitalização no próprio combate, em particular a observação das operações na Guerra do Golfo (1991) e campanhas subsequentes. O diagnóstico inicial enfatizou a tendência para de munições de precisão como fator definidor de uma nova geração de guerra, mas também reconheceu o confronto da informação como um atributo da guerra do futuro. Assim, alguns estrategistas russos vislumbraram as oportunidades propiciadas pela Internet para atacar as estruturas de tomada de decisão e de comando e controle adversários. Tal movimento foi, em seguida, acompanhado pelo reconhecimento da hiperconectividade da rede mundial de computadores, permitindo uma acessibilidade direta de alvos a ações de informação (GILES, 2016, p. 33-34).

Desta forma, a percepção de atividades de informação como facilitadores assimétricos foi reforçada pelo seu alto potencial de retorno. A informação se tornava uma arma, assim como um míssil ou uma bomba. Neste enquadramento, em 2008, durante o conflito com a Geórgia, houve o ímpeto para revisar e transformar o conceito russo de guerra de informação. Neste ponto, foram intensificados, significativamente, os esforços para se explorar a Internet como meio de controlar a informação e abriu-se o debate sobre a criação de tropas de informação, um ramo das Forças Armadas que seria dedicado exclusivamente a este tipo de atividade e composto por hackers, jornalistas, especialistas em comunicação estratégica, operações psicológicas e linguistas. Estes últimos com a finalidade de superar a barreira da língua, no tocante a alcançar alvos que não fossem russos (GILES, 2016, p. 35-36).

Assim, consolidou-se, na Rússia, o entendimento do conceito da informação como elemento-chave para se alcançar a vitória nos conflitos atuais e futuros. Defende-se, desta maneira, que as guerras serão resolvidas por uma combinação hábil de medidas militares e não militares aplicadas por uma variedade de formas e métodos, principalmente tomando-se vantagem da informação. A guerra de informação, dentro do novo contexto — atualmente chamado de novas guerras ou guerra híbrida —, será o ponto de partida das ações, em que será feito o amplo uso dos meios de comunicação de massa e, quando viável, da rede global de computadores (blogs, redes sociais e outros recursos) (CHEKINOV; BOGDANOV, 2015, p. 44-45).

A importância dada às OpInfo na esfera russa está atrelada ao reconhecimento de que o referido país não teria condições de, em termos militares convencionais, contrapor-se à OTAN e aos EUA, devendo, assim, conceber respostas assimétricas (GILES, 2016, p. 16). É curioso notar que, como o estudo mostrará mais adiante, foi motivo semelhante, em períodos diferentes, que levou os norte-americanos a resolução similar com relação ao estabelecimento das OpInfo, já que, a partir de constatação parecida, iniciou seu caminho na operacionalização do ambiente informacional.

4.2 Propósitos

Na intenção de alcançar o total domínio do AO, as Forças Armadas dos EUA têm a visão de futuro de desenvolver competência em quatro conceitos operacionais, a saber: superioridade de manobra; participação precisa; engajamento em todas as dimensões; e logística focada. O provedor essencial para estes quatro conceitos foi doutrinariamente traduzido como superioridade informacional⁴⁵ (ARMISTEAD, 2004, p. 12). Na *Joint Vision 2020*, lançada em junho de 2000 — documento que tinha por objetivo orientar o futuro da doutrina militar naquela época —, já se reconhecia as OpInfo como um dos dois elementos essenciais para o sucesso em futuras empreitadas militares.

O JP-3-13 (EUA, 2014c, p. ix) apresenta a clara intenção de situar o leitor sobre a atual importância que está sendo atribuída à atividade. Alega que os instrumentos do poder nacional, como a economia, as Forças Armadas e a diplomacia, fornecem aos líderes americanos os meios e os caminhos para se lidar com crises ao redor do mundo; e que empregar estes meios no ambiente informacional exige a capacidade de se transmitir, receber, armazenar e processar, com segurança, a informação em tempo real, e que, para tanto, faz-se necessário o uso integrado das CRI. Este emprego buscará os propósitos de afetar a decisão do adversário e moldar o ambiente informacional a seu favor.

O AJP-3.10 (OTAN, 2015b, p. 1.6) apresenta estes mesmos dois propósitos, também já conhecidos na doutrina brasileira, para as OpInfo; contudo, acresce mais um propósito: “preservar e proteger a liberdade de ação da OTAN constantemente no ambiente informacional”. Apesar de esta finalidade poder ser considerada implícita nos propósitos anteriores, desta forma fica clara a intenção de se operar ininterruptamente na defesa da própria imagem e na consecução de ambientes favoráveis aos próprios interesses.

⁴⁵ “Vantagem operacional derivada da habilidade de coletar, processar e disseminar informação em um fluxo ininterrupto, enquanto explora ou nega ao adversário a capacidade de fazer o mesmo” (EUA, 2014c, p. GL-3).

Enquanto as atividades de informação focadas em preservar e proteger a liberdade de ação da Aliança no ambiente informacional ocorre a todo tempo, as outras duas áreas de atuação das Operações de Informação acontecem somente em um contexto de uma operação militar aprovada pelo conselho (OTAN, 2015b, p. 1.7).

Ainda no âmbito da OTAN, um ponto interessante, que a princípio pode passar apenas como um detalhe, é que, na descrição dos propósitos, o AJP-3.10 (2015b), ao invés de expor somente a conformação do ambiente informacional, publica “atividades de informação focadas nos comportamentos, percepção e atitudes de audiências aprovados pelo conselho da OTAN” (2015b, p. 1.6). O que significa que eles estão dispostos a moldar o ambiente informacional e empregar as OpInfo dentro de suas fronteiras, o que não é permitido na doutrina brasileira, na qual é negado o uso das OpInfo no público interno. Ou seja, há uma diferença razoável na possibilidade de elaboração de alvos entre as duas doutrinas.

Deste modo, surge o embate entre o risco de se perder a confiança da própria população, com o receio desta de estar sendo manipulada, ou do risco de se perder a oportunidade de se debruçar sobre um problema tão logo ele seja detectado, independentemente de sua origem. Tal assunto deve ser tema de escrutínio e debate profundo dentro da concepção doutrinária de OpInfo, algo que este trabalho não tem a presunção de alcançar, mas que reconhece ser de grande importância na defesa dos interesses do País.

Na Rússia, há o entendimento das OpInfo como um “sistema de métodos e tarefas para influenciar a percepção e o comportamento do inimigo, da população e da comunidade internacional em todos os níveis” (SELHORST, 2016, p. 151). Assim, é possível observar uma proximidade no entendimento da atividade. Fato que se repete em relação aos propósitos, apesar da nomenclatura distinta: guerra de informação psicológica, que é conduzida permanentemente, visando afetar a percepção de pessoal militar e da população; e guerra de informação tecnológica, que é conduzida em períodos de guerra e conflitos armados, visando afetar os sistemas tecnológicos que recebem, coletam, processam e transmitem a informação (KVACHKOV, 2004).

Neste íterim, observa-se que, explicitamente, a Rússia não limita as OpInfo a momentos de guerra ou a períodos prévios aos conflitos para executar ações que tenham como objetivo moldar o ambiente informacional. Ao invés disso, observa-se uma resolução de execução constante da atividade, independentemente do estabelecimento de operações militares futuras ou correntes, ou da situação das relações vigentes entre os atores envolvidos (HEICKERÖ, 2010, p. 20). No entanto, isto não quer dizer que sejam empregados os mesmos procedimentos tanto em períodos de paz quanto em períodos de guerra. Desta maneira,

durante a paz, as ações empreendidas, normalmente, são de caráter de reconhecimento, espionagem, levantamento e degradação das CRI adversárias, com o intuito de se alcançar vantagens no ambiente informacional. Já no decorrer de confronto armado, as medidas adotadas são abertamente ofensivas, incluindo aí ações para desacreditar as lideranças inimigas, intimidação de pessoal militar e civil, falsificação de eventos, desinformação, ataques de hackers e assim por diante (GILES, 2016, p. 11).

4.3 Definições

Nas seções a seguir, serão apresentadas algumas definições importantes para a compreensão das OpInfo no contexto dos atores delineados, e, assim, viabilizar a comparação proposta por este capítulo.

4.3.1 Operações de Informação

No campo das definições, o JP 3-13 (EUA, 2014c) reforça a importância do ambiente informacional e de como o emprego das CRI, integradas às operações, são capazes de criar efeitos e condições necessárias para a conquista dos objetivos da Força. Neste sentido, o documento expõe o seguinte:

O Secretário de Defesa atualmente caracteriza Operações de Informação como o emprego integrado, durante operações militares, de Capacidades Relacionadas à Informação em conjunto com outras linhas de operação com o intuito de influenciar, interromper, corromper ou usurpar a capacidade de decisão de adversários ou potenciais adversários, enquanto protege a própria capacidade. (EUA, 2014c, p. ix)⁴⁶.

Neste contexto, é possível constatar que as OpInfo, para os norte-americanos, estão atreladas a uma operação militar vigente. Ou seja, seu emprego será em uma área que esteja sob escrutínio do poder militar. Em termos de definição, esta delimitação não aparece no conceito brasileiro, o que, por si só, já indica uma tendência doutrinária norte-americana de estar mais atada à guerra da informação, como descrita nos manuais brasileiros. Outro momento em que esta propensão se mostra latente ocorre quando o JP-3-13 (EUA, 2014c, p. I-5) informa que “em OpInfo não é somente a posse das CRI e de técnicas que são

⁴⁶ “[...] the Secretary of Defense now characterizes IO as the integrated employment, during military operations, of IRC’s in concert with other lines of operation to influence, disrupt, corrupt, or usurp the decision making of adversaries and potential adversaries while protecting our own” (tradução do autor).

importantes, mas seu uso integrado para alcançar o Estado Final Desejado do comando enquadrante”. Nesta declaração, vincula-se o uso integrado das CRI — conceito amplamente divulgado pelas OpInfo, tanto na concepção brasileira quanto na estadunidense — à conquista do estado final desejado, ideia intrínseca ao pensamento de uma operação militar, em que há, em geral, como dito anteriormente, a preponderância da guerra de informação.

Giles, em seu livro *Handbook of Russian Information Warfare*, corrobora a análise acima, visto que admite que, para o Ocidente, a Guerra de Informação é quase um combate visando afetar o comando e controle adversário. Desta forma, tal abordagem é mais conservadora e limitada do que a visão russa, bem mais ambiciosa, uma vez que esta visa, por meio da influência, ser capaz de resolver tarefas estratégicas, inclusive sendo capaz de, na conquista de seus objetivos, derrotar as forças armadas do inimigo, capturando seu território, destruindo o potencial de sua economia e derrubando seu sistema político (GILES, 2016, p. 17).

Neste contexto, o General Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Rússia, instituição que tem como uma de suas atribuições formular a teoria e prática da guerra do futuro (BARTLES, 2016, p. 47), apregoa que o envolvimento de forças militares convencionais nos conflitos deve ser reduzido ao mínimo possível, sendo trocadas pelo efetivo uso de meios de OpInfo para afetar a percepção e a compreensão das massas, substituindo, assim, uma intervenção armada:

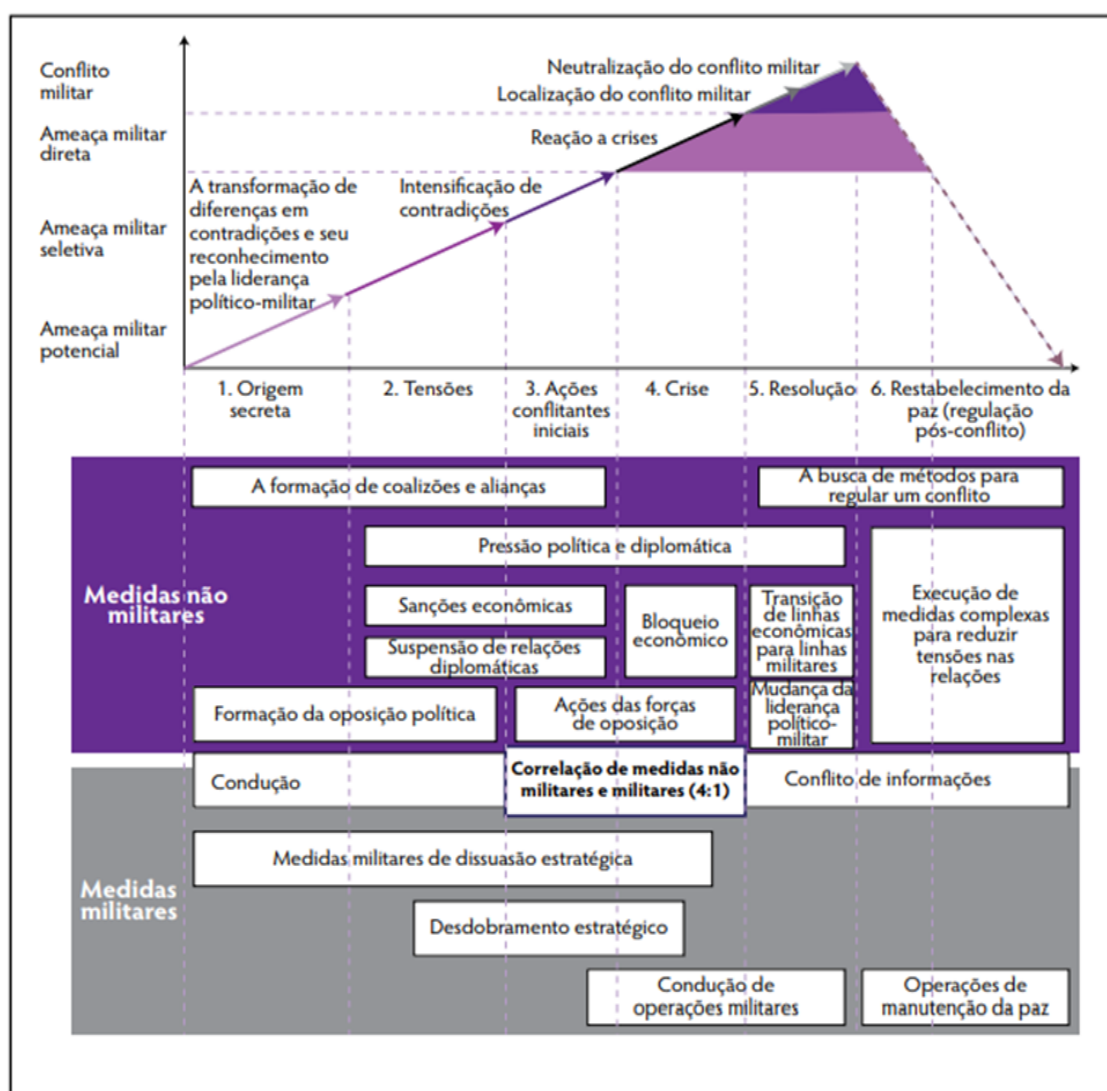
O uso da rede global de internet é de grande importância para exercer um impacto direcionado e massivo na consciência dos cidadãos dos Estados que são alvos da agressão. Recursos de informação tornaram-se um dos tipos de arma mais eficazes. Seu extenso emprego permite que a situação em um país seja desestabilizada em questão de dias... Desta forma, ações assimétricas e indiretas, bem como métodos de condução de guerras híbridas perpetram ao lado adversário a suspensão de sua real soberania, mesmo que seu território não seja tomado. (GERASIMOV, 2016, p. 04).

A doutrina Gerasimov, entendida como a nova forma russa de guerra, conjuga métodos convencionais e não convencionais de combate, sendo frequentemente denominada de guerra híbrida. Neste conceito, a abordagem de métodos assimétricos e indiretos significa o emprego de medidas militares e não militares na guerra, enxergando esta como algo muito além do conflito militar (BARTLES, 2016, p. 49-50).

Este pensamento é extremamente próximo da concepção de guerra irrestrita, dos coronéis chineses Liang e Xiangsui — forma de confronto discutida no capítulo anterior e apresentada como método de combate a ser utilizado nas guerras de quarta geração. Desta forma, o ponto crucial é que, enquanto o Ocidente considera estas medidas não militares como meios de se evitar a guerra, a Rússia as considera como formas de guerra (BARTLES, 2016, p. 51).

Diante disso, Gerasimov expõe seu pensamento graficamente sintetizado, colocando cartesianamente um diagrama com as variáveis: nível de intimidação e desdobramentos factuais. Assim, constata-se, de forma visível e resumida, os procedimentos a serem depreendidos pelo ator em questão, sendo estes destrinchados em medidas não militares e militares, que, de acordo com o autor, seguem uma média de proporção de quatro (não militares) para um (militar) na condução do conflito atualmente. Não cabe aqui esquadrinhar o conceito exposto na Figura 5, mas é interessante notar a importância dada às medidas não militares e às medidas intermediárias entre civil e militar — operações transmilitares⁴⁷, também exposto em *A Guerra Irrestrita* —, onde estão inseridas as OpInfo.

Figura 5: Doutrina Gerasimov



Fonte: GERASIMOV, 2013

⁴⁷ Método de guerra que se situa entre o método de guerra militar e o método de guerra não militar (LIANG, XIANGSUI, 1999, p. 170).

Ao final, esta doutrina gera diversas possibilidades; e a meta final, desta forma audaciosa de se trabalhar, é que as OpInfo sejam capazes de realizar a mudança de regime que esteja à frente de determinado Estado. E, para tanto, estabelecer-se-ão como alvo não somente o governo em si ou suas Forças Armadas, mas também sua população com um todo, fazendo-a apoiar o agressor, colocando-a contra os próprios interesses (GILES, 2016, p. 18).

4.3.2 Ambiente Informacional

Com relação ao ambiente informacional, não há diferença substancial nas definições encontradas no JP 3-13 (EUA, 2014c). Ou seja, nada que limite ou modifique o entendimento do que já foi abordado anteriormente, incluindo aí a divisão e definição das perspectivas. No entanto, quando se trata de impor hierarquia entre as perspectivas, as coisas mudam de figura. Em solo nacional, as mesmas se apresentam no mesmo nível de importância; enquanto que, nos EUA, a perspectiva cognitiva é apresentada claramente como a mais importante:

A perspectiva cognitiva abarca as mentes daqueles que transmitem, recebem e respondem ou atuam na informação. Refere-se assim, ao processamento, a percepção, ao julgamento e a tomada de decisão de um indivíduo ou um grupo. Esses elementos são influenciados por diversos fatores como crenças pessoais e culturais, normas, vulnerabilidades, motivações, emoções, experiências, moral, educação, saúde mental, identidade e ideologia. Definir esses fatores de influência em determinado ambiente é crucial para a compreensão da melhor forma de influenciar a mente do tomador de decisão e criar os efeitos desejados. Assim, essa perspectiva constitui o mais importante componente da dimensão informacional. (EUA, 2014c, p. I-3)⁴⁸.

Neste contexto, salienta-se que a doutrina brasileira comenta abertamente que as OpPsc são as atividades das OpInfo com maior pendor para a perspectiva cognitiva. Assim, não seria leviano alegar que, de acordo com a definição norte-americana, as OpPsc crescem de valor na conjuntura informacional.

Coadunante com os norte-americanos, a OTAN também afirma, sem maiores explicações, que a perspectiva cognitiva é a mais importante da dimensão informacional, amparando que é neste domínio em que as decisões são tomadas (OTAN, 2015b, p. 1.2). E, apesar de também não apresentar definições, acerca da dimensão informacional e das

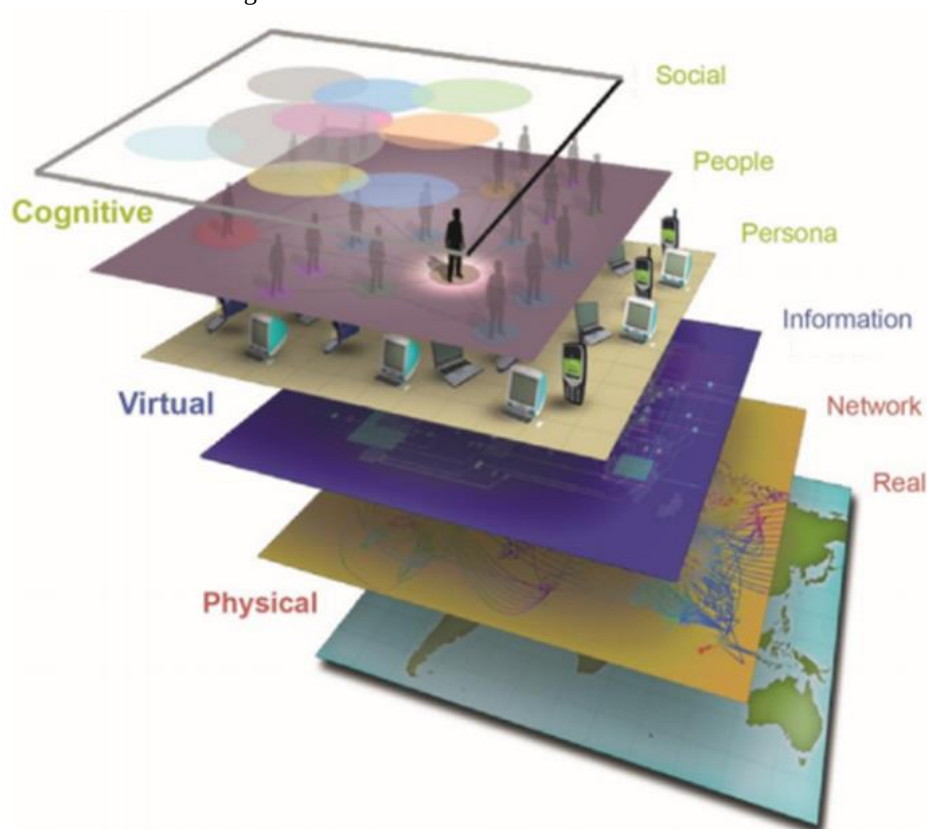
⁴⁸ “The cognitive dimension encompasses the minds of those who transmit, receive, and respond to or act on information. It refers to individual’s or groups’ information processing, perception, judgment, and decision making. These elements are influenced by many factors, to include individual and cultural beliefs, norms, vulnerabilities, motivations, emotions, experiences, morals, education, mental health, identities, and ideologies. Defining these influencing factors in a given environment is critical for understanding how to best influence the mind of the decision maker and create the desired effects. As such, this dimension constitutes the most important component of the information environment” (tradução do autor).

perspectivas que sejam dignas de nota, o AJP 3-10 exibe um ângulo a mais de apreciação desse ambiente que ainda não havia sido explorado nas doutrinas nacionais. Revela, assim, a interrelação entre seis elementos ou camadas do ambiente informacional (Figura 6), sendo eles: o mundo real e seus eventos; a rede de conectividade que viabiliza o fluxo da informação; a informação em si, isto é, os dados; os atores que habitam o ambiente informacional e desenvolvem mensagens dentro dele; e os indivíduos e grupos sociais que interpretam e exploram esse ambiente (OTAN, 2015b, p. 1.3).

As duas primeiras camadas se situam na perspectiva física, e compreendem, em si, os requisitos materiais da dimensão informacional, sendo, desta forma, basilar para as outras camadas. As duas camadas que se seguem pertencem à perspectiva lógica (na OTAN nomeada de virtual), em que as atividades e as ferramentas intangíveis da dimensão informacional ocorrem, como, por exemplo, a própria Internet, que viabiliza a comunicação instantânea entre inúmeras pessoas ao redor do globo e os perfis, que, apesar de representarem pessoas, não são seres humanos em si. Esta perspectiva não chega a ser um alicerce para as duas últimas camadas, pertencentes ao domínio cognitivo; no entanto, pode-se observá-la como vetorizadora das mesmas, visto que é nestas remanescentes que a decisão é tomada, seja de forma individual ou coletiva.

Tais aspectos visam facilitar a compreensão e o diagnóstico do ambiente informacional, e podem vir a representar uma vantagem, ao servirem como guia para a construção do cenário que se visualiza, cooperando para o real entendimento de em que condição se está enquadrado e fornecendo direção para o início do planejamento.

Figura 6: Camadas do Ambiente Informacional



Fonte: OTAN, 2015b, p. 1.2

É relevante reparar que, de acordo com a figura acima, as camadas do ambiente informacional estão congruentes com a estrutura da informação, ou seja, apesar de a perspectiva cognitiva ser considerada a mais importante, é a camada do mundo real, pertencente à perspectiva física, que é a base de sustentação de todo o sistema informacional. Assim, percebe-se a importância do assunto em clarear o enquadramento de possíveis vulnerabilidades para se atuar.

Ou seja, dentro do ambiente informacional, é possível determinar o ataque de antenas da camada da rede de conectividade para deter de uma superioridade na camada dos atores da informação, uma vez que o inimigo tenha melhores equipamentos para processar os dados recebidos.

4.3.3 Capacidades Relacionadas à Informação

Elementos basilares das OpInfo, as capacidades relacionadas à informação estão presentes em todas as doutrinas consultadas, sendo um segmento frutífero para o

aprimoramento da atividade. A fim de facilitar a compreensão, foram dispostas separadas as deliberações das metodologias avaliadas:

- a) aspectos relevantes na doutrina dos EUA: o JP 3-13 (EUA, 2014c), como não poderia deixar de ser, dispensa grande atenção na explicação das CRI e suas possibilidades para as OpInfo. Não há a intenção, aqui, de se repetir conceitos anteriormente já explicitados, porém, em alguns pontos, há questões que merecem ser avaliadas mais profundamente, a fim de se depreender diferentes enfoques ou diretrizes para capacidades conhecidas, ou até mesmo para capacidades antes desconsideradas.

Neste diapasão, as Operações Civis Militares mantêm o mesmo propósito de estabelecer, manter, influenciar e explorar as relações entre as forças militares, governo, agências não governamentais e população local, a fim de alcançar objetivos previamente definidos. Contudo, dependendo da classificação do relacionamento existente, esta capacidade terá um papel relevante na construção da percepção. Desta maneira, em um ambiente hostil, apoiaria na identificação de alvos, na sincronização da comunicação com a mídia, na coordenação das mensagens a serem passadas e no aprovisionamento de informações sobre os habitantes locais (EUA, 2014c, p. II-8). Semelhantemente aos EUA, a OTAN divulga um conceito análogo, com relação ao recolhimento de dados, em sua doutrina (OTAN, 2015b, p. 1.12). Constata-se, desta maneira, que, para os conceitos citados anteriormente, as Operações Civis Militares têm a aptidão de levantar dados no terreno para apoiar a Decisão e o planejamento das OpInfo. Tal averiguação se mostra bastante proveitosa, uma vez que, em solo nacional, esta responsabilidade recai integralmente sobre a Inteligência, que, como já observado neste estudo, não é uma CRI, já que também atende a diversas demandas e é necessária a qualquer ação que vá se desenvolver no terreno.

Não se intenciona, aqui, pregar que as operações Civis Militares podem vir a substituir a Inteligência, todavia, elas se apresentam como uma ajuda bem-vinda a uma atividade extremamente demandada e de valor fundamental para a aquisição de consciência situacional.

Uma CRI, até então desconhecida, que é apresentada, são as Operações Espaciais. De acordo com o JP 3-13 (EUA, 2014c, p. II-9), as Operações Espaciais apoiam as OpInfo por meio de aprimoramento de inteligência, vigilância, reconhecimento, aviso antecipado de mísseis, monitoramento de área, comunicações via satélite,

localização baseada no espaço (GPS), navegação e cronometragem. Para tanto, a célula de OpInfo é chave para a coordenação e redução de risco de conflito entre as ações das Operações Espaciais com outras CRI. A capacidade de se atuar nesta esfera não é algo simples nem de fácil acesso; no entanto, é imperioso saber que a questão espacial proporciona ampla vantagem, principalmente no quesito de afetar o ciclo decisório do inimigo. Assim, mesmo que não se consiga, por motivos diversos, atuar nesta área, faz-se indispensável se preparar em medidas que mitiguem essa influência sobre as próprias forças.

Outra singularidade da doutrina americana, assim como a do EB, é que há um nome distinto para as Operações configuradas como Operações Psicológicas na MB, a saber: Operações de Apoio a Informação. Tal fato se remete a evitar traduzir para o público externo a intenção das Forças Armadas em manipular a percepção das pessoas, o que é efetivamente a missão deste tipo de operação;

- b) aspectos relevantes na doutrina russa: a doutrina russa não expõe as CRI de forma particular, de maneira individualizada, explicando suas características e peculiaridades, mas, sim, agregando as mesmas e evidenciando os objetivos que esperam alcançar com as mesmas, os quais, ao final, permitirão cumprir com seus intuitos. Neste diapasão, surgem termos a serem averiguados, tais como controle reflexivo, ambiente permissivo, subversão e desestabilização e medidas defensivas. Assim:

- Controle reflexivo é o termo usado para descrever a prática de predeterminar a decisão do adversário em favor dos próprios interesses, alterando fatores-chave na percepção do mesmo em relação ao mundo, tornando possível exercer influência sobre seus planos de batalha, sua avaliação da situação e sua forma de combate (KASAPOGLU, 2015, p. 5). Cabe ressaltar que este termo, controle reflexivo, é mais frequentemente encontrado em publicações ocidentais que investigam a guerra de informação operada pelos russos. Na doutrina russa, o termo parece ter sido alterado ou, pelo menos, parcialmente substituído por “gestão de percepção”, tentando adquirir significado semelhante à compreensão desta abordagem em âmbito ocidental; no entanto, não há conceito da OTAN ou dos EUA que abarque a abrangência das atuações perpetradas por esta definição, o que faz com que os estudos

produzidos no Ocidente mantenham este termo em vigor (GILES, 2016, p. 19).

Uma campanha de informação nesta categoria não se limita a influenciar o juízo acerca de um só tema. Busca levar o antagonista a tomar uma série de decisões que descartam sucessivamente opções que melhorariam sua posição, até que este se depare com uma escolha entre o ruim e o pior, em que qualquer uma destas favoreça os interesses russos. Para tanto, buscam predeterminar essas escolhas: pressionando através da força; participando da formulação da apreciação do oponente de uma situação inicial; moldando os objetivos do oponente; e designando seu momento de tomada de decisão (BLANDY, 2009, p. 2). Ou seja, o controle reflexivo se trata de um conjunto de execuções que visam a múltiplos alvos executados por diversos vetores. Neste universo, podem-se apontar ações como desinformação, propaganda e conturbação da população, manipulando um alvo ou um grupo de alvos para se alcançar um estado psicológico favorável (GILES, 2016, p. 21).

Os alvos de influência são tanto a consciência coletiva quanto a individual. Aqueles selecionados para a influência individual são aquelas pessoas cujas decisões determinam questões de interesse da parte adversária (ou seja, o presidente, o primeiro-ministro, o chefe do Ministério das Relações Exteriores, os representantes diplomáticos, os comandantes de formações militares e assim por diante). A influência da informação envolve fatos distorcidos, ou a imposição de percepções emocionais nos alvos que sejam favoráveis ao influenciador. (KULESHOV, 2014, p. 105).

- ambiente permissivo: em um cenário no qual a tomada de decisão é afetada por informações distorcidas plantadas intencionalmente com este fim, observa-se o controle reflexivo em andamento. Este processo é possibilitado pela sensibilidade dos políticos, e, conseqüentemente, dos líderes do governo em uma democracia, a assuntos que são expostos às massas, ou seja, seus eleitores, circunstância majoritária no mundo ocidental. Entretanto, é possível que a desinformação não consiga pleno êxito na cadeia de formulação de políticas, mesmo se espalhando pela imprensa e redes sociais. Neste caso, a disseminação, por si só, pode ser capaz de criar um ambiente permissivo de opinião pública, em que a narrativa planejada seja capaz de ganhar contornos de verdade. Desta

forma, é factível se obter um benefício alternativo do controle reflexivo, em que a dúvida e a incerteza semeadas no seio da sociedade em questão possam vir a favorecer as ações idealizadas pelo agressor, aumentando suas chances de sucesso. Salienta-se que tais narrativas não são necessariamente relacionadas a eventos atuais. Casos históricos também podem ser alvos de distorção ou de apresentação seletiva dos fatos, a fim de se insuflar uma visão que justifique as ações russas (GILES, 2016, p. 22-23);

Esse tipo de atividade foi observado na Estônia em 2007. Naquele ano, o governo local resolveu mudar de local a estátua do soldado soviético, chamada durante o período da Guerra Fria de monumento aos libertadores de Tallinn. A decisão gerou indignação na mídia de língua russa e os falantes de russo foram às ruas. Os protestos foram exacerbados por falsos noticiários alegando que a estátua e os túmulos de guerra soviéticos estavam sendo destruídos. Em 26 de abril de 2007, Tallinn explodiu em duas noites de tumultos e saques, nos quais diversas pessoas ficaram detidas e feridas, uma pessoa morreu. Imediatamente, a Estônia também foi atingida por grandes ataques cibernéticos que, em alguns casos, duraram semanas. Os serviços on-line de bancos, meios de comunicação e órgãos governamentais foram derrubados por níveis sem precedentes de tráfego na Internet. O resultado para os cidadãos estonianos foi que caixas eletrônicos e serviços bancários on-line ficaram repentinamente fora de ação; funcionários do governo não conseguiam se comunicar por e-mail; e jornais e emissoras de repente descobriram que não podiam entregar as notícias (MCGUINNESS, 2017). Este episódio evidenciou a capacidade das OpInfo russas em criar distúrbios e instabilidade sem que houvesse algum tipo de retaliação militar;

- subversão e desestabilização: trata-se do enfraquecimento e sabotagem em longo prazo de possíveis adversários em geral, sem qualquer objetivo em curto prazo, a não ser o de aumentar a própria força relativa em caso de alguma interação. Desta forma, persegue finalidades como: influenciar políticas de governos estrangeiros; minar a confiança em líderes e instituições; perturbar as relações entre outras nações; e

desacreditar governos e organizações não governamentais oponentes. Neste contexto, um elemento-chave para as campanhas de subversão é a desinformação da população acerca do trabalho dos órgãos do Estado, prejudicando sua autoridade e depreciando suas estruturas administrativas. Para isto, vale-se principalmente da mídia na realização de tais campanhas (GILES, 2016, p. 25).

Atualmente, a mídia de massa pode provocar caos e confusão no governo e forças militares de qualquer país, instilando ideias de violência, traição e imoralidade, e desmoralizando o serviço público. Nenhuma Força Armada ou serviço público está em condições de realizar uma defesa proativa ao ser submetido por este tipo de abordagem (CHEKINOV; BOGDANOV, 2012, p. 24-25);

- medidas defensivas: o conhecimento do potencial destrutivo das técnicas descritas acima orientou a Rússia no caminho da retomada do controle da informação, à qual sua população fica exposta. Desta forma, a propriedade dos meios de comunicação por estrangeiros foi limitada, realocando o controle das companhias de mídia a indivíduos favoráveis ao Kremlin, que acabam por orientar, diretamente ou sutilmente, as linhas editoriais (GILES, 2016, p. 27). O que restou da imprensa livre tem sido amplamente marginalizada ou intimidada (MALGIN, 2014). Assim, o jornalismo convencional está restrito ao papel de transmitir as mensagens de suas lideranças para a população.

O controle de informações é ainda reforçado por medidas como censura de livros escolares, a fim de garantir que os russos desenvolvam a visão aprovada não apenas dos eventos atuais, mas também da história. No entanto, este afastamento do acesso à diversidade de conteúdo não é total e hermético, visto que ainda é possível aos interessados tomar conhecimento das publicações da mídia estrangeira via Internet. Mas o monitoramento e a filtragem da rede e a tradução enganosa de reportagens internacionais on-line, contribuem de forma resoluta para o efeito de isolamento. Desta forma, o Estado russo detém uma grande capacidade de impedir a interferência no que é transmitido ao seu público, além de ser capaz de promover a noção de que está sempre sob a ameaça de um Ocidente agressivo e expansionista, facilitando a anuência de sua população em relação a suas diretrizes (GILES, 2016, p. 28-30);

- c) aspectos relevantes na doutrina da OTAN: no AJP-3.10 (OTAN, 2015b), as CRI também ganham grande destaque, uma vez que esta doutrina é consoante com a brasileira e a americana em termos de considerar as OpInfo como elemento de sincronização e integração das referidas capacidades. Neste contexto, duas CRI chamam a atenção pela originalidade de exposição nesta classificação, já que se tratam de atividades que, indubitavelmente, são de grande valor no impacto ao ambiente informacional, porém não é normal que sejam apresentadas como tal, que é a conduta do soldado e o relacionamento do mesmo com a população.

A OTAN entende que, no AO contemporâneo, os soldados são a linha de frente na representação da Aliança para a população local e que ainda interagem com os mesmos diariamente, gerando, conseqüentemente, um grande envolvimento. Nesta conjuntura, há a possibilidade de se angariar a confiança através da postura e do perfil apresentado pelos militares, propiciando a oportunidade de, em encontros casuais ou em reuniões agendadas, construir-se uma ponte entre os interesses e as ambições dos regionais e os da OTAN.

Como exemplo de consubstanciação do pensamento explanado, pode-se comentar sobre a participação das tropas brasileiras desdobradas no Haiti (2004-2017), quando este, após diversos problemas internos, observou um status de “Estado Falido”, visto que as instituições nacionais que deveriam zelar pela segurança não estavam cumprindo com o seu objetivo, demandando a intervenção do braço militar da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), formado, majoritariamente, por tropas brasileiras. O *modus operandi* dos militares junto aos habitantes da área colocou o Brasil em destaque em operações do tipo missões de paz e ajuda humanitária (MARQUES, 2019, p. 11-12). Neste contexto, mesmo que por questões empíricas e culturais, o soldado brasileiro ficou amplamente respeitado e reconhecido pelo seu papel nestas missões, visto a facilidade com que lida com as populações locais e pela confiança conquistada dentro da comunidade internacional. Inclusive esta propensão no estabelecimento de um bom ambiente foi um dos fatores para o país ser convidado para chefiar a frota internacional da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (NEIVA, 2019).

Para que se possa, habitualmente, alcançar este tipo de relacionamento, a Aliança acredita que todos os soldados a serem desdobrados no terreno devem passar por um treinamento, no intuito de que sejam fornecidas ferramentas para que os mesmos

possam se envolver com os habitantes da área de operações e propagar uma narrativa do interesse da Força (OTAN, 2015b, p. 1.15). O fato de a OTAN colocar este conceito como CRI, demonstra a importância que a Aliança apregoa a esta questão, não só como um passivo que pode vir a prejudicar a imagem da organização, como preconizado no conceito do cabo estratégico já mencionado neste estudo, mas como um ativo, no ambiente informacional, capaz de fornecer informações relevantes e moldar a percepção dos elementos com quem travam contato.

Outra questão pertinente, é que, assim como na doutrina brasileira, a Inteligência não é considerada uma CRI, o que não faz diminuir sua importância perante as OpInfo. A fim de esmiuçar o assunto deste tão necessário apoio, surge o conceito de *intelligence preparation of battlespace*, que aqui será tratado como Preparação do Campo de Batalha pela Inteligência (PCBI). O principal objetivo do PCBI é reduzir a incerteza e permitir ao Comandante concentrar seu poder de combate na contenção da linha de ação mais provável de seu adversário, tendo como definição: “processo usado para analisar os ambientes terrestre, aéreo, marítimo, espacial, informacional e eletromagnético do campo de batalha e determinar quais são as capacidades inimigas de operar em cada um deles” (EUA, 2014b, p. GL-6). O *modus operandi* desta atividade é amplamente explanado no Joint Publication 2-01.3: Joint Intelligence Preparation of the Operational Battlespace, não tendo este trabalho a ambição de fazê-lo, considerando por bem, somente iluminar a ferramenta em questão. Fato é que a relação entre as OpInfo e a PCBI é um contínuo processo de interação entre as seções de Inteligência e OpInfo, quando do desenvolvimento de uma campanha ou de uma operação isolada no teatro de operações. Todo o conceito de superioridade de informação depende da superioridade de inteligência, ou seja, para as OpInfo serem verdadeiramente funcionais, não se faz apenas necessário um bom apoio da Inteligência, mas, também, que estas sejam integradas, não somente a nível de Estado-Maior, mas em todas as agências nacionais e aliadas, se for necessário (ARMISTEAD, 2004, p. 36-37).

4.4 Implementação das Operações de Informação em âmbito internacional

Estudando-se os manuais de OpInfo de duas potências militares ocidentais, o JP 3-13 (EUA, 2014c) e o AJP-3.10 (OTAN, 2015b), percebe-se, em ambos, uma grande preocupação

em explicar a realização da atividade, não descrevendo somente a meta a ser alcançada. Tal fato, automaticamente, gera uma vantagem para quem usa os referidos documentos como base.

A metodologia de planejamento, em linhas gerais, se comporta da mesma maneira que a praticada no Brasil, e, assim como no EB, enumera as diversas tarefas a serem executadas em cada fase da operação, indicando o caminho a ser seguido. A diferença fica exposta na profundidade que se é dedicada aos esclarecimentos do processo, uma vez que são elucidados responsabilidades e produtos a serem apresentados (EUA, 2014c, p. IV-2).

Exemplificando a assertiva anterior, em dado momento o JP 3-13 (EUA, 2014c, p. I-5) declara que o planejamento de OpInfo começa a partir da definição de um Pub A, compelindo aos planejadores a tarefa de identificar e levantar possíveis ações a um grupo restrito de pessoas. Nos manuais brasileiros, há a orientação para se conceder a devida atenção aos valores e à cultura da região onde ocorrerá a operação, para, assim, alterar-se determinado comportamento. No entanto, não há uma clara indicação de quais seriam os primeiros passos do planejador e do executor para alcançar tal intento. Outra evidência desta didática fica exposta quando a publicação norte-americana versa sobre IDe e IEf, temas inerentes à avaliação das OpInfo, necessárias para a correção de rumo e compreensão da efetividade da atividade, mas de difícil execução, visto que eles têm a ingrata missão de medir o que comumente não é mensurável. Diante desta dificuldade, reconhecida tanto pela doutrina estadunidense, quanto pela brasileira, o JP 3-13 (EUA, 2014c) oferece um leque de informações que tem a capacidade de orientar, clarear, facilitar e agilizar este penoso processo. Em relação ao IDe, pode-se citar alguns exemplos, tais como: “número de pessoas ouvindo as transmissões militares executadas pelo OpPsc; porcentagem de instalações de Comando e Controle atacadas; e quantidade de projetos das Operações Civis Militares que foram iniciados versus os que foram concluídos”⁴⁹. Já em relação ao IEf, externa algumas possibilidades de fontes, tais como: “comentários e perguntas da imprensa; Internet; assessoramentos de inteligência; atividade externas de Operações Civis Militares ou de OpPsc com presença de público; entre outras” (EUA, 2014c, p. IV-8 a IV-9).

O AJP-3.10 (OTAN, 2015b) também explica detalhadamente quais procedimentos e produtos devem ser desenvolvidos em cada fase do planejamento, facilitando, desta forma, o trabalho do Estado-Maior como um todo, pois os militares envolvidos na atividade de OpInfo

⁴⁹ “Numbers of populace listening to military information support operations (MISO) broadcasts; Percentage of adversary command and control facilities attacked; Number of civil-military operations projects initiated/ number of projects completed” (tradução do autor).

estarão cientes de suas responsabilidades e os outros saberão claramente com o que poderão contar para apoiar seus respectivos trabalhos. O referido esclarecimento será mais bem observado no decorrer desta seção.

Outro fator pertinente ao planejamento, porém pouco abordado e trazido à tona pelo AJP-3.10 (OTAN, 2015b), é a questão do sigilo inerente à consecução da atividade de OpInfo. Esta circunstância é observada nas entrelinhas dos documentos manuseados até aqui, visto que diversas vezes se trata sobre a questão de manipular a percepção e de, ao mesmo tempo, zelar pela legitimidade, fazendo com que a descrição da atividade seja fundamental para seu êxito. Contudo, não é habitual se deparar com orientações claras e expressas para que tal sigilo seja alcançado e mantido. A doutrina da OTAN diz abertamente que as ações realizadas pelas OpInfo podem ser consideradas sensíveis devido à natureza da atividade, à audiência em questão, ou aos alvos em si. Desta forma, argumenta que este tipo de planejamento deve ter a precaução de ser conduzido de forma compartimentalizada, acessado somente por um pequeno time. Com isto, recomenda que as apresentações de planos sensíveis, ou aquelas classificadas com grau de segurança maior que a da operação como um todo, devam ser conduzidas separadamente, com base na necessidade de conhecer o assunto a ser exposto, e que se pratique uma divulgação limitada do conteúdo (OTAN, 2015b, p. 3.1).

4.4.1 Organização e responsabilidades

A origem das OpInfo, no seio estadunidense, ajuda a entender como ocorreu e ocorre a evolução da atividade e, assim, conseqüentemente, como a mesma se organiza. O desenvolvimento desta doutrina nos EUA é relativamente um fenômeno novo, remetendo aos idos dos anos de 1980. De 1975 a 1985, a então União Soviética frequentemente superava em três vezes os números das forças convencionais norte-americanas. Os estrategistas do Pentágono, apesar de possuírem a vantagem qualitativa, procuravam por métodos assimétricos e não nucleares capazes de mitigar a vantagem numérica soviética. Neste contexto, perceberam a dependência de seus opositores do espectro eletromagnético. No entanto, a Guerra Fria acabou, lançando os EUA em mundo multipolar, em que se tornaram a única superpotência. Neste ínterim, ocorreram grandes avanços tecnológicos, e na primeira Guerra do Golfo (1991) fica clara a importância da informação e de como ela se verificava em diversas formas, fosse em transmissões eletromagnéticas, fosse na cobertura da mídia (ARMISTEAD, 2004, p. 14). Curioso notar que, como comentado anteriormente, esta mesma

constatação do mesmo evento foi o princípio catalisador na transformação da doutrina russa em relação às OpInfo.

Assim, em 1993, publicou-se um documento que começa a pensar sobre o assunto, o *Command and Control warfare*, que, à época, abarcava cinco CRI: destruição; estratégia; operações psicológicas; operações de segurança; e guerra eletrônica. Todas estas atividades já existiam previamente, mas conduzi-las através de uma análise integrada contra um comando e controle inimigo foi um grande avanço. Por se tratar de uma estratégia a ser adotada desde os períodos de paz, o assunto foi tratado como secreto durante os anos de 1990. Para acomodar esta nova atividade, as Forças Armadas precisaram se reorganizar. Isto significou que as mudanças organizacionais e doutrinárias ocorreram simultaneamente, acarretando no estabelecimento das OpInfo no antigo Joint Electronic Warfare Center (ARMISTEAD, 2004, p. 15). É possível se depreender, desta maneira, que os intelectuais da nova matéria não avaliaram como transtorno robustecer a afinidade e a influência da guerra eletrônica em relação às OpInfo, o que demonstra uma intrínseca predisposição dos mesmos ao segundo propósito das OpInfo, o de afetar o ciclo decisório do inimigo, atividade para a qual a guerra eletrônica é mais vocacionada.

Além do que foi abordado, novas escolas foram criadas com o intuito de se ensinar as novas táticas. A princípio, com cursos mais longos, com duração de aproximadamente dez meses, objetivando-se a formação de especialistas. No entanto, perceberam que esta estratégia não estava logrando êxito em disseminar a atividade com a velocidade que se fazia necessária. Deste modo, migrou-se para algo mais curto, que pudesse ser alcançado por uma audiência maior, ou seja, compreendeu-se que era preferível muitos que reconhecessem o valor e tivessem uma noção das OpInfo, a poucos especialistas. Ainda conforme esta visão, foi observada a indispensabilidade de tornar o documento doutrinário que versasse sobre o assunto em ostensivo, a fim de aumentar o lastro de militares capazes de deter o referido conhecimento. O *Joint Doctrine for Information Operations* (JP 3-13) foi o primeiro documento, emitido pelos EUA, não controlado, que disseminava os princípios envolvidos na condução das OpInfo (ARMISTEAD, 2004, p. 15-16).

Neste contexto, analisando-se o JP 3-13 (EUA, 2014c), há explicações acerca da organização e responsabilidades em relação à decisão e emprego das OpInfo. Apesar de a estrutura política e militar brasileira se destoar da americana, dificultando um paralelismo meticuloso, é válido ressaltar que a responsabilidade sobre as OpInfo, lá, abarca estruturas que aqui seriam equivalentes ao Ministério da Defesa, tocando, assim, o nível político da condução da guerra (EUA, 2014c, p. xi). E é dessas estruturas que se originam as ordens e

diretrizes até os comandantes de unidades, que se perfilarão na vanguarda do combate. Não há, no EMA-335 (BRASIL, 2018), nenhuma indicação de algo neste sentido, ou seja, de um órgão competente que seja responsável para ser o concentrador das decisões e orientações acerca da atividade. Neste sentido, coerentemente com o que foi apresentado no capítulo anterior, o JP 3-13 (EUA, 2014c) mostra uma conduta correta, pois, a atuação no ambiente informacional necessita ser sincronizada em todos os níveis, exigindo uma clara orientação do nível político.

Outra questão digna de nota é o método de emprego em torno o qual as instituições se organizam. Neste sentido, o Exército norte-americano, por meio de seu centro de excelência em OpInfo, o Land Information Warfare Activity, provê equipes técnicas de campo para serem destacadas em outros comandos, tanto para o planejamento quanto para a execução. Ou seja, as equipes ficam concentradas em um local, adestrando-se e aprimorando-se, e são movimentadas para se integrar a algum Estado-Maior, exclusivamente para planejar e cumprir determinada missão. Já a Marinha dos Estados Unidos concentra o planejamento e a execução em seu centro de excelência, o *Fleet Information Warfare Center*, guarnecendo os Estados-Maiores com oficiais de ligação, que, por sua vez, terão a função de fazer a ponte entre a necessidade de um comandante desdobrado no terreno e o centro mencionado, que deterá a competência especializada de favorecer a referida Força no ambiente informacional. A Força Aérea norte-americana também possui um centro nevrálgico de OpInfo, o Air Force Information Warfare Center, sendo este o responsável pelo planejamento e execução de todas as necessidades da Força (ARMISTEAD, 2004, p. 78-79).

Fica claro, desta forma, que não há uma padronização metodológica das Forças norte-americanas para desdobrar as OpInfo no terreno junto a seus comandantes de campo, apesar o Department of Defense apresentar a mesma prática do Exército norte-americano. Este trabalho não tem o desígnio de indicar algum dos referidos métodos para a MB, até porque carece de dados para compará-los e chegar a alguma conclusão. No entanto, a exposição dos mesmos tem um caráter produtivo, visto que facilita a proposição de trabalhos futuros que se aprofundem no tema, o que é favorável para a consolidação da atividade.

Dentro da formatação americana e da OTAN do Estado-Maior, a organização das OpInfo é consoante com a doutrina naval brasileira. Assim, nestas doutrinas, há um oficial dedicado exclusivamente às OpInfo dentro da seção de Operações, com a incumbência de integrar os planos de OpInfo com a manobra a ser desenvolvida pela força e de ser o responsável pela célula de OpInfo, em caso de sua ativação (ARMISTEAD, 2004, p. 83). No JP 3-13 (EUA, 1998), versão de 1998, há, ainda, a especificação da relação das OpInfo com

as diversas seções do Estado-Maior, determinando competências e responsabilidades para cada uma delas em relação ao planejamento e execução de sua atividade. Neste contexto, destaca-se o encargo do oficial de Operações, controlador das OpInfo nesta composição. Dentre as suas atribuições está a inclusão das OpInfo no plano de operações correntes, além de ser o responsável, em última instância, pela sincronização e direção das CRI e pela resolução de possíveis arestas entre o plano de OpInfo e os demais planos da campanha. Fornecerá, ainda, todas as atualizações disponíveis para contribuir com a consciência situacional do comandante (1998, p. IV.I-IV.VI).

No contexto de organização na aplicação das OpInfo, há um tema interessante, dado que, de acordo com Leigh Armistead (2004), é possível que as OpInfo se dividam em disciplinas ofensivas e defensivas. Estudando-se os manuais em lide, não fica clara esta divisão em termos de organização desta atividade. No entanto, o fato é que, perscrutando a definição das OpInfo, constata-se que, de forma intrínseca, as mesmas se dividem em vertentes ofensivas e defensivas, uma vez que atacam o ciclo decisório inimigo, enquanto defendem o próprio. Assim, é possível se enxergar a estrutura organizacional de OpInfo da mesma maneira. Nos EUA, a maioria das possibilidades ofensivas de OpInfo são mantidas e usadas por órgãos equivalentes ao Ministério da Defesa⁵⁰ e Ministério das Relações Exteriores⁵¹, pela Agência Central de Inteligência (CIA) e pela Casa Branca. Embora estas organizações não controlem todas as capacidades ofensivas de OpInfo norte-americanas, em geral, tendem a ser responsáveis pela vasta maioria de seu emprego. O mesmo, entretanto, não ocorre com relação às possibilidades defensivas das OpInfo, já que estes recursos e responsabilidades tendem a ser distribuídos entre as diversas agências. Na verdade, pode-se dizer que toda organização é, em última instância, responsável por maximizar sua própria postura defensiva, seja na forma de garantia de informação, proteção da Força ou em operações de segurança (ARMISTEAD, 2004, p. 16). Isto posto, cabe a reflexão de como deve se tratar a organização das instituições em relação ao foco destinado às OpInfo, sendo isto válido tanto para um ordenamento em nível nacional quanto para um a nível interno a MB e de seus Estados-Maiores.

4.4.2 Planejamento, execução e avaliação

Ao iniciar o assunto planejamento, o JP 3-13 (EUA, 2014c, p. IV-1) imediatamente defende que as OpInfo são essenciais para que o Comandante e seu Estado-Maior sejam

⁵⁰ Department of Defense (tradução do autor).

⁵¹ Department of State (tradução do autor).

capazes de enxergar como se desenrolará a solução do problema militar que lhes foi apresentado. Neste sentido, reforça que as OpInfo são pertinentes em todos os momentos de uma campanha ou operação militar, mas que seu emprego nas fases iniciais gera um impacto significativo nas fases seguintes. O AJP-3.10 (OTAN, 2015b, p. 1.3) afirma que é por meio da análise de OpInfo que o Comandante conseguirá compreender como ele poderá explorar oportunidades e mitigar riscos. A Rússia, como já clareado por este trabalho, defende OpInfo constantes, o que incorre em um planejamento igualmente constante.

Ressaltada a importância que é devida a esta atividade, esta pesquisa seguirá examinando seus processos de implementação. Neste contexto, como já foi dito anteriormente, não cabe aqui se aprofundar no funcionamento e nos instrumentos de planejamento em âmbito internacional, mas, sim, contrapor e verificar oportunidades de melhorias. Porém, existirão momentos em que, ao se deparar com determinadas ferramentas ou procedimentos, a comparação se tornará dificultosa, fruto do ineditismo destes em relação aos mecanismos aqui adotados. Nestes casos, a exposição por si só já permitirá a reflexão de formas de se aprimorar as OpInfo no Brasil.

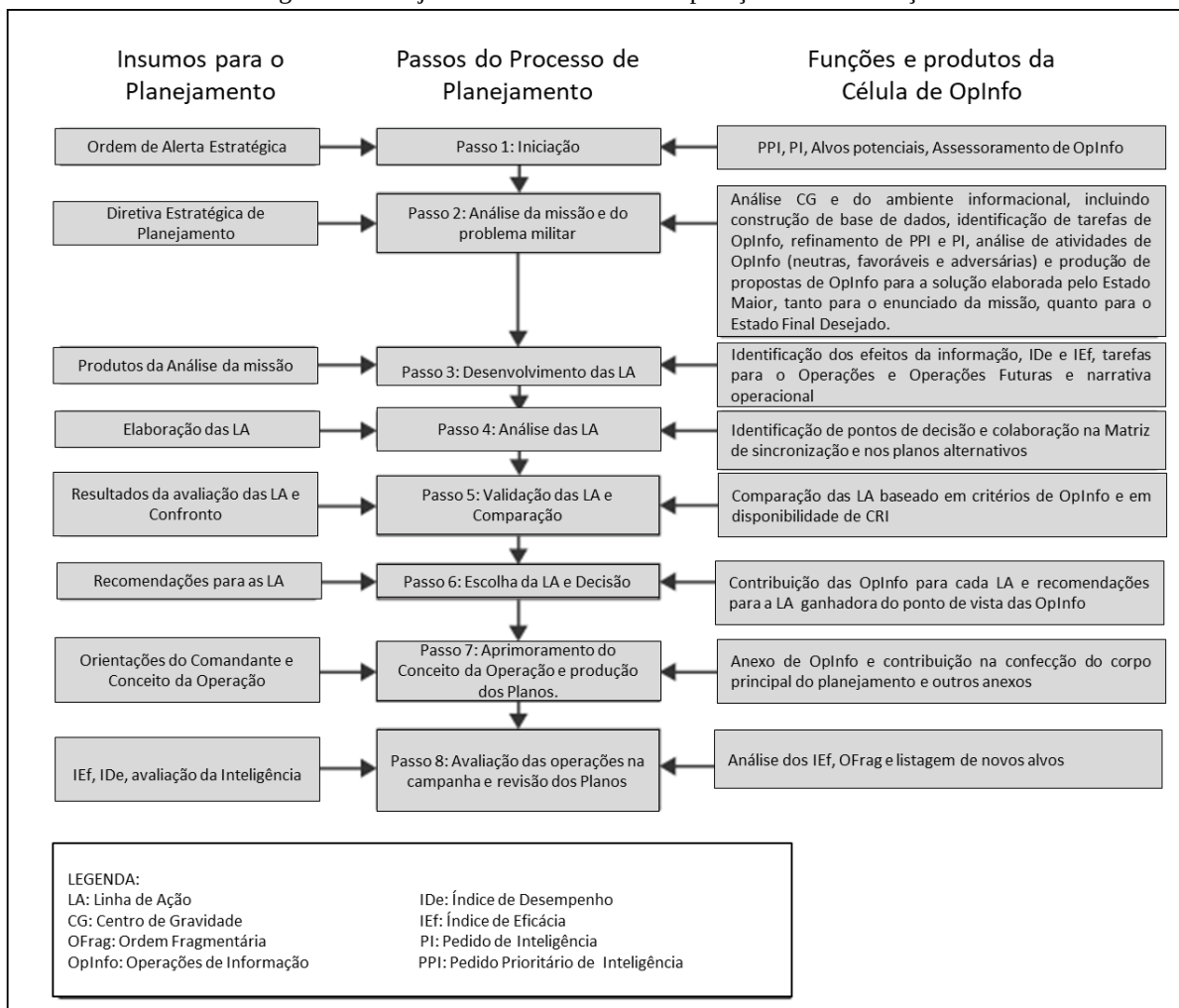
4.4.2.1 Confecção dos planos

É nesta etapa que se definirá o emprego das OpInfo, decidindo-se que objetivos esperam-se alcançar, quais ações deverão ser tomadas e quais capacidades serão utilizadas. Neste contexto, Leigh Armistead, aconselha que, embora seja possível tentar usar todas as CRI disponíveis para conduzir uma operação, na maioria das vezes, um bom plano de OpInfo, provavelmente, incorporará apenas algumas destas capacidades. Desta forma, o autor acredita que, para que as OpInfo funcionem adequadamente, os operadores devem compreender o ambiente, avaliar seus interesses e os pontos de pressão do adversário e, em seguida, usar a área que tenha a competência para melhor afetar o inimigo (2004, p. 13). Ou seja, sua orientação é de que, prioritariamente, a qualidade das ações deva prevalecer sobre a quantidade de ações, o que acaba por refletir em uma maneira mais acessível de se trabalhar com este assunto novo e complexo.

Neste contexto, há uma ferramenta na doutrina da OTAN que se apresenta como uma bússola doutrinária, indicando o caminho a se seguir em termos de planejamento. O fluxograma de trabalho de OpInfo apresentado no AJP-3.10 (OTAN, 2015b) é uma síntese do que é realizado em termos de planejamento no ambiente da OTAN, uma vez que associa os insumos que alimentam o planejamento, as fases do planejamento e as práticas e os produtos elaborados pela célula de OpInfo. Ao notabilizar o referido instrumento, não se intenciona esmiuçar os procedimentos ali presentes, mas, sim, demonstrar a clareza de pensamento que o

referido recurso proporciona, uma vez que os militares envolvidos com as OpInfo sabem o que devem alcançar e os outros membros do Estado-Maior enxergam os objetos que podem ser úteis aos seus respectivos planejamentos, integrando, assim, mais facilmente, os conceitos de OpInfo. Desta forma, esta representação é altamente capaz de agregar na assimilação das OpInfo junto à campanha.

Figura 7: Planejamento e Produtos das Operações de Informação



Fonte: OTAN, 2015b, p. 3.11

Desta forma, quando o Estado-Maior estiver no passo quatro de seu processo de planejamento, todos os envolvidos entenderão que estão na fase da análise das LA, e que, para tanto, usarão de subsídio as LA elaboradas na fase anterior, e que poderão se valer da célula de OpInfo para identificar pontos de decisão relacionados ao ambiente informacional e para colaborar na confecção de planos alternativos e da matriz de sincronização.

Este mecanismo não se encontra disponível no universo nacional, e, conseqüentemente, tampouco na doutrina naval brasileira. E não é possível, simplesmente,

exportá-lo da doutrina da OTAN, uma vez que os métodos e as normas de planejamento da Aliança, apesar de próximos, são distintos dos que utilizados na MB. Inclusive, na figura acima se mencionam diversos conceitos sem correspondentes nos preceitos navais do País, tais como: Pontos de Decisão⁵²; Operações Futuras⁵³; Pedido Prioritário de Inteligência⁵⁴; Alvos de Alto Valor⁵⁵; e Planos Alternativos⁵⁶. Outras conceituações são de domínio comum, porém, no EMA-335 (BRASIL, 2018), não se apresentam francamente relacionadas às OpInfo, e, por isso, aparecem pela primeira vez neste trabalho: Análise de centro de Gravidade⁵⁷; Confronto⁵⁸; Validação das Linhas de Ação⁵⁹; Pedido de Inteligência⁶⁰; Narrativa Operacional⁶¹; e Matriz de Sincronização⁶².

Mais uma vez, não há a presunção de produzir, aqui, instrumento semelhante vocacionado para os cânones vigentes na doutrina naval. Procura-se unicamente trazer luz para o assunto, que se mostra digno de consideração, para que tal estrutura seja viabilizada por meio de trabalhos futuros, pavimentando a efetiva integração das OpInfo.

⁵² “Ponto no espaço e no tempo, identificado durante o processo de planejamento, onde se prevê que o comandante deverá tomar uma decisão sobre o curso da ação a se seguir” (OTAN, 2015a, p. 2-D-2).

⁵³ No Estado-Maior, há uma divisão entre o trabalho de planejamento e o de execução das Operações: o J-3 fica responsável pelas Operações correntes, enquanto o J-5 pelas Operações futuras, para que, assim trabalhando de forma coordenada, consigam entregar ao comandante a capacidade de coordenar as operações sem perder o descortino com relação a eventos no futuro (EUA, 2006, p. III-1).

⁵⁴ Normalmente, são formulados pela Seção de Inteligência, abrangendo requisitos para qual o Comandante tenha prioridade prevista e declarada para realizar seu planejamento e seu processo de tomada de decisão. Englobam identificação e monitoramento de áreas que representam oportunidades ou ameaças à missão. Devem ser limitadas em número, uma vez que fornecem o foco da missão geral da Inteligência (OTAN, 2016a, p. 5.2).

⁵⁵ “É um alvo identificado como crítico para que um ator ou organização atinja o seu objetivo. Influenciar com sucesso tal alvo irá prejudicar ou apoiar seriamente este ator ou organização” (OTAN, 2016b, p. 1.2).

⁵⁶ Conhecido como *Branch/ Sequel Plans*, ele tem como objetivo a preparação de um planejamento prévio para mudanças prováveis na situação tática (OTAN, 2016c, p. 5.5).

⁵⁷ Uma fonte de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate. O Centro de Gravidade, uma vez conquistado ou atingido, poderá resultar no desmoronamento da estrutura de poder, já que se trata de um ponto de equilíbrio que dá coesão às forças e à resistência do adversário, sustentando o seu esforço de combate. Existe em todos os níveis de condução da guerra (BRASIL, 2015, p. 59).

⁵⁸ Termo empregado no processo de planejamento militar da Marinha do Brasil para designar o “jogo de guerra mental”, realizado em uma das fases do exame/estudo da situação, no qual cada linha de ação é confrontada com cada possibilidade do inimigo. Visa à obtenção de conclusões que servirão de subsídios para a seleção da Linha de Ação a ser estabelecida como Decisão pelo Comandante, assim como para o aperfeiçoamento do Conceito da Operação (BRASIL, 2015, p. 71).

⁵⁹ Tal evento ocorre por meio do teste de validade de uma Linha de Ação, em que se verifica se a mesma é: adequada, ou seja, se por si só cumpre a missão; se é exequível, isto é, se pode ser implementada com as forças, apoio e tecnologias disponíveis, mesmo em face da oposição do inimigo; e se é aceitável, em outras palavras, se os prováveis resultados compensam os custos estimados (BRASIL, 2006, p. 4.41).

⁶⁰ Documento utilizado por uma Agência de Inteligência para solicitar dados e conhecimentos necessários ao esclarecimento de fato ou situação existente em sua área de responsabilidade (BRASIL, 2015, p. 203).

⁶¹ Elemento formado a partir da escolha de temas, que são assuntos a serem explorados ou evitados, visando à persuasão e à consolidação de uma ideia-força que orientará as ações de OpPsc, de acordo com os objetivos que se pretende alcançar (BRASIL, 2019, p. 42).

⁶² Documento empregado no arranjo das atividades de todos os sistemas operacionais no tempo e no espaço, com a finalidade de obter o máximo de poder relativo de combate no ponto decisivo (BRASIL, 2015, p. 165).

Ainda se tratando de aparatos fornecidos em âmbito internacional capazes de impulsionar as OpInfo, não se pode ignorar a matriz PMESII versus ASCOPE (Figura 8). Instrumento capaz de guiar os especialistas de OpInfo na análise do AO no princípio da campanha. Ou seja, a OTAN e os EUA, cientes da dificuldade e da pressão inerentes aos momentos iniciais — em que a referida análise é fundamental para o Comandante apresentar, ao seu Estado-Maior, seu Estado Final Desejado e a solução que vislumbra para o problema que lhe foi apresentado —, arquitetam previamente um aparato a fim de conduzir e padronizar esse estudo.

Diferentemente do fluxograma apontado anteriormente, a matriz PMESII versus ASCOPE não contém definições que sejam inexistentes ou desconhecidas ao entendimento de OpInfo no Brasil, visto que seu foco é traduzir o mundo real em conhecimento. Ou seja, o mesmo pode ser integrado às resoluções nacionais sem maiores dificuldades, norteando a concretização de uma visão geral da situação e agregando grande valor à eficiência das OpInfo.

A fim de esclarecer este recurso, elucida-se que PMESII é o acrônimo de: político; militar; econômico; social; infraestrutura; e informação. Enquanto que ASCOPE é: área; estrutura; capacidade; organização; pessoas; e eventos. Desta forma, todos estes pareceres são cruzados, PMESII e ASCOPE, extraindo respostas de grande serventia ao planejamento. Como exemplo, pode-se citar que, quando há o acareamento de econômico com estruturas, elenca-se, entre outros: os bancos, os mercados e as instalações de armazenamento. Quando realizada a mesma prática entre social e organização, listar-se-ão: tribos, clãs, famílias, ONG, etc. (EUA, 2014a, p. 4.29). Assim, percorrendo todo o processo de ponderação exprimido pelo quadro, todo o Estado-Maior alcançará um discernimento mais acertado das dimensões física, humana e informacional de determinada área de operações.

Figura 8: Matriz PMESII x ASCOPE

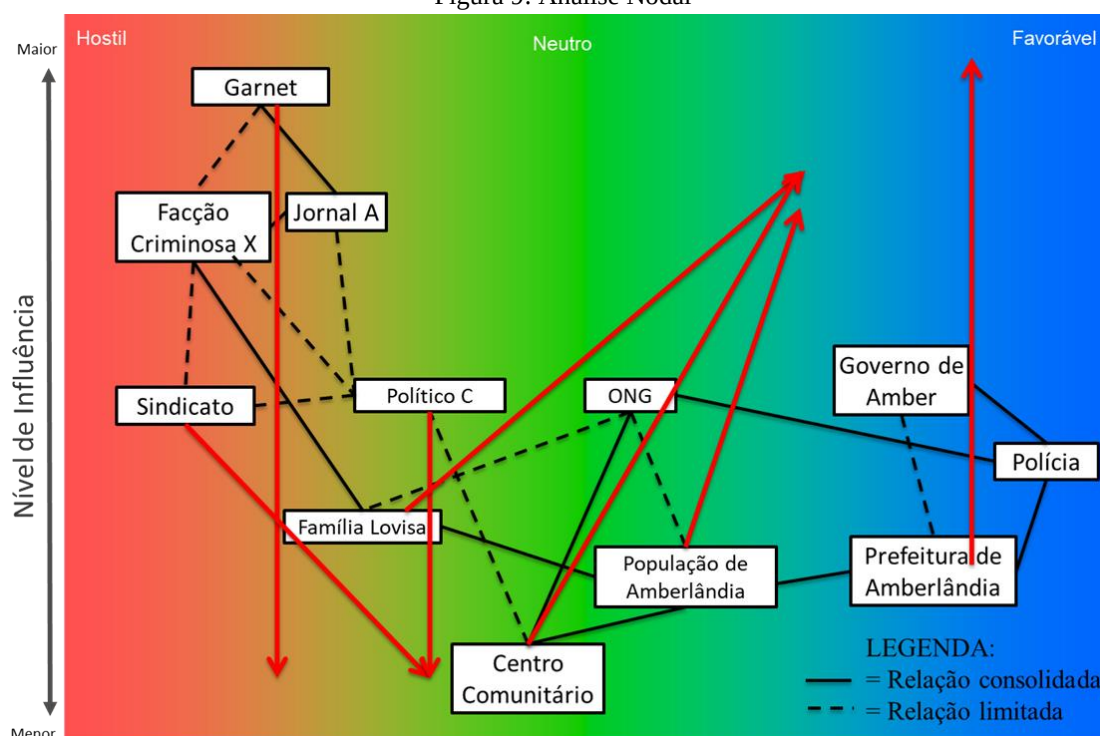
	P (Político)	M (Militar)	E (Econômico)	S (Social)	I (Informação)	I (Infraestrutura)
A (Áreas)	Fronteira do distrito, áreas de afiliação a partidos	Bases da coalizão e locais, emboscadas históricas e locais de dispositivos explosivos improvisados	Bazares, lojas e mercados	Parques e outras áreas de reunião	TV / rádios / jornais onde as pessoas se reúnem para propaganda boca-a-boca	Redes de irrigação, lençóis freáticos e cobertura médica
E (Estruturas)	Prefeituras e repartições públicas	Sede da polícia, localização de quartéis-generais	Bancos, mercados, instalações de armazenamento	Igrejas, restaurantes, bares, etc.	Torres de TV / rádio / celular e lojas de impressão	Estradas, pontes, linhas de energia, muralhas e barragens
C (Capacidades)	Resolução de disputas e capacidades de insurgentes	Postura de segurança, pontos fortes e fracos	Acesso a bancos, capacidade de resistir a desastres naturais	Força dos laços locais e nacionais	Taxa de alfabetização, disponibilidade de mídia / serviço telefônico	Capacidade de construir / manter estradas, muros e barragens
O (Organizações)	Partidos políticos e outros agentes de poder, ONU	Unidades militares, policiais e insurgentes presentes	Bancos, grandes proprietários de terras e grandes empresas	Tribos, Clãs, famílias, grupos de jovens, ONGs / Organizações Intergovernamentais	Grupos de notícias e pessoas influentes	Ministérios do Governo e empresas de construção
P (Pessoal)	Governadores, conselhos e anciãos	Líderes locais, da coalizão e forças insurgentes	Banqueiros, proprietários de terras e comerciantes	Líderes religiosos e famílias influentes	Proprietários de mídia, liderança de comunidade muçulmana e chefes de famílias poderosas	Construtores de infraestrutura, empreiteiros e conselho de desenvolvimento
E (Eventos)	Eleições, reuniões do conselho	Eventos letais / não letais, perda de liderança, operações e aniversários	Seca, colheita, negócios abertos / fechados	Feriados, casamentos e dias religiosos	Operações de informações, aberturas de projetos e eventos de casualidades civis	Construção de estradas / pontes, escavação de poços e manutenção programada

Fonte: BRASIL, 2016

Usufruindo dessa apuração, o Comandante terá condições de emitir uma visão mais depurada. Desta interpretação decorrerá todo o processo de planejamento, o que, para as OpInfo, significa passar pelo mecanismo da análise nodal, técnica não apresentada nos manuais nacionais e somente citada no AJP-3.10 (OTAN, 2015b), mas que permite, de posse da compreensão da missão e dos objetivos informacionais, avaliar-se os agentes cujas decisões podem afetar o Estado Final Desejado, através de atitudes e comportamentos. Como consequência deste processo, é exequível se chegar a uma representação gráfica dos possíveis pontos de atuação da campanha informacional, sendo capaz de evoluir para um que contenha a ideia geral de manobra das OpInfo, o que, inevitavelmente, ilumina a forma como se pretende atuar no ambiente informacional, aproximando a atividade de todos os envolvidos na operação.

Neste contexto, a figura hipotética abaixo descortina visualmente tanto a análise nodal, que apresenta os focos válidos para se trabalhar, quanto a ideia de manobra esboçada pelos especialistas de OpInfo para uma determinada área de operações (EUA, 2009, p. 5.4). Assim, observa-se, por exemplo, que é intenção desta pressuposta célula de OpInfo: a) diminuir a influência do indivíduo hostil chamado Garnet (ver Figura 9); b) converter o pouco influente e neutro centro comunitário (ver Figura 9) em um agente relevante e favorável; e c) propiciar um papel expressivo à aliada prefeitura de Amberlândia (ver Figura 9); entre outras. Para tanto, será necessária a coordenação e a sincronização das CRI aliadas a um planejamento integrado de todas as possibilidades da Força.

Figura 9: Análise Nodal



Fonte: LUCAS, 2018

Desta forma, a sequência de planejamento de OpInfo na OTAN segue o rito de primeiro descobrir quais objetivos se esperam atingir e quais efeitos irão possibilitar a conquista destes. Segue-se, então, para a análise nodal, a fim de se descobrir quem ou o que deve se tornar um alvo para se alcançar o que foi estabelecido como meta. Posteriormente, indicar-se-ão quais ações, letais ou não letais, aplicadas nos alvos determinados na análise nodal, irão produzir os propósitos esperados. Por fim, estabelecem-se os recursos capazes de realizar a ação desejada, podendo ser empregada mais de uma capacidade simultaneamente (OTAN, 2015b, p. 2.5). Este processo também está presente no EMA-335 (BRASIL, 2018); no entanto, carece de maiores explicações e da prévia apresentação das ferramentas aqui expostas.

Dentro de todo este movimento de planejamento, uma ressalva de grande valor levantada pelo JP 3-13 (EUA, 2014c) não pode ser preterida: as considerações legais. Neste sentido, a doutrina americana apregoa uma grande relevância ao assunto, fato não observado na brasileira. Expõe que os planejadores de OpInfo se depararão com considerações jurídicas de natureza altamente complicada e diversa. Questão decorrente de que possíveis interpretações legais podem diferir entre si, dada à complexidade das tecnologias envolvidas e os desafios inerentes da lei em manter o mesmo ritmo evolutivo das mudanças tecnológicas e de implementação das CRI. Por estas razões, os planejadores de OpInfo devem consultar, com

a maior antecedência possível, o assessor jurídico, para um suporte profissional (EUA, 2014c, p. III-3). Como já apontado anteriormente, o manual americano se mostra bem didático, e, com isto, exemplifica seu ponto, por meio de algumas perguntas que merecem reflexão e devem ser feitas antes de qualquer passo em falso:

Poderia a atuação de alguma CRI em particular ser considerada um ato hostil por um adversário ou potencial adversário?; Quais são os acordos e tratados internacionais ou leis consuetudinárias reconhecidas pelo adversário ou por um potencial adversário que se aplica às CRI? (EUA, 2014c, p. III-3).

Este espírito em relação aos assuntos de natureza jurídica não pode e não deve ser negligenciado, já que impacta diretamente na legitimidade, alvo constante das OpInfo.

Observando tudo o que foi exposto nesta seção, verifica-se que, vasculhando outras doutrinas, foi possível encontrar um cabedal de fundamentos e de instrumentos para apoiar o Estado-Maior, especialmente os militares afetos às OpInfo, a estruturar melhor o planejamento da campanha como um todo. Isto é dizer que estes conhecimentos, mesmo que carecendo de maior estudo, evidenciam oportunidades de avanço no planejamento, sincronização e implementação da atividade de OpInfo em solo pátrio.

4.4.2.2 Desmembramento na execução

Um assunto profícuo é a questão da divisão das OpInfo em funções defensivas e ofensivas. Tema tratado anteriormente, por ocasião da organização de agências e do Estado-Maior, a fim de dar maior eficiência e produtividade às OpInfo. Esta questão, tendo-se em conta o planejamento e a execução, em nenhum momento é comentada na doutrina brasileira, e também não está, explicitamente, presente na última versão do JP 3-13 (EUA, 2014c), apesar de existir em sua versão de 1998, abarcando dois capítulos inteiros. Não há uma orientação ou explicação de nenhum tipo do porquê de este tema ter sido suprimido. A incógnita desta ação reside no fato de que, na definição das OpInfo, tanto na doutrina norte-americana quanto na brasileira, está implícita a necessidade destas ações ambivalentes. Desta forma, este estudo julga pertinente iluminar este conteúdo:

a) a definição de OpInfo defensivas, descrita na versão de 1998 do JP 3-13, consistia em:

A coordenação e integração de políticas e procedimentos, operações, pessoal e tecnologia para proteger e defender a informação e os sistemas de informação. As Operações de Informação defensivas são conduzidas e apoiadas por meio de operações de segurança, segurança física, salvaguarda de estratégias,

contrapropaganda, contra inteligência e Guerra Eletrônica. As Operações de Informação defensivas garantem o oportuno, preciso e relevante acesso à informação, enquanto nega aos adversários a oportunidade de explorar a informação e o sistema de informação aliado para seus próprios fins (EUA, 1998, p. I-10).

Proteger e defender significa o emprego de medidas ativas de defesa, de forma a dissuadir algum tipo de ataque; e medidas passivas de defesa, minimizando as vulnerabilidades do sistema. Com a finalidade de clarear os referidos conceitos, expor-se-á um exemplo a nível de ilustração. Ao se instalar um sistema de alarme em uma casa, estará se empregando um sistema passivo de defesa. Mas se o mesmo proprietário resolver comprar uma arma, visando proteger sua propriedade e sua família, então estará adotando uma medida ativa de defesa. Neste contexto, Armistead, coerentemente com os princípios aplicados na dimensão física, em que, mesmo em uma defensiva, há de se buscar a iniciativa das ações (BRASIL, 2008b, p. 11-6), afirma que ocorrerá uma predileção pelas medidas ativas de defesa nas OpInfo defensivas (ARMISTEAD, 2004, p. 41).

No tocante ao propósito das OpInfo defensivas de manter a integridade do próprio sistema, cresce de importância investir no treinamento adequado de pessoal. Tal realidade deriva de que significantes ameaças decorrem de indivíduos mal treinados e despreparados para atuar nos componentes de alta demanda técnica do sistema de OpInfo. Assim, depreende-se, mais uma vez, a importância do investimento em capacitação do pessoal, seja para aprimorar a defesa do sistema, seja para o correto entendimento das OpInfo, seja para estar em condições de influenciar o meio em que se está inserido por meio da postura e perfil. Em suma, uma força de trabalho militar preparada e tecnologicamente sofisticada é mais crucial do que nunca (ARMISTEAD, 2004, p. 41).

A outra vertente do propósito das OpInfo defensivas, impedir que adversários tenham a oportunidade de explorar a informação, tem o encargo de corroborar no enfrentamento a atos revestidos de caráter psicológico praticados para alcançar fins políticos ou de controle social, como ações terroristas, por exemplo. Neste enquadramento, há exemplos de transtornos com estas características em solo nacional. Os atos perpetrados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) na cidade de São Paulo, em 2006, atacando sistematicamente instalações governamentais, agentes da lei e ônibus destinados ao transporte público (VEJA, 2015), bem como os do Comando Vermelho (CV), na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2010,

cometendo atos de violência explícita (RIO DE JANEIRO, 2010), enquadram-se nesta percepção, já que ambos buscavam, principalmente, amedrontar a população, e, desta forma, impor ao governo seus interesses, que à época se traduziam, basicamente, em impedir que suas respectivas lideranças fossem movimentadas para presídios federais de segurança máxima. Desta forma, medidas que englobem desarticular a cadeia de comando destas organizações criminosas ou que minimizem o impacto das consequências deste tipo de ataque, podem, potencialmente, emoldurar-se como OpInfo defensivas. Incorporando, assim, mais uma vantagem para a consolidação da atividade em seio nacional;

- b) ao se examinar a outra faceta das OpInfo, verifica-se a seguinte definição na versão de 1998 do JP 3-13:

As Operações de Informação ofensivas envolvem o uso integrado de Capacidades Relacionadas e de apoio, mutuamente amparadas pela Inteligência, para afetar a decisão do decisor adversário e alcançar ou promover objetivos específicos. Estas capacidades relacionadas e de apoio incluem, mas não estão limitadas a, OpSec, estratégia militar, OpPsc, Guerra eletrônica, ataque físico/ destruição e poderiam incluir ações cibernéticas. (EUA, 1998, p. I-10).

Percebe-se, desta maneira, que o alvo das OpInfo ofensivas é o decisor adversário. É interessante notar que a descrição acima não difere muito da definição integral da atividade atualmente. Estudando-se o JP 3-13 de 1998, compreende-se rapidamente que o mesmo defende que as operações ofensivas devem ser realizadas desde os tempos de paz. Desta forma, a evolução da doutrina, que foi acrescentada do propósito de se moldar o ambiente informacional, advém da orientação prévia de se afetar o ciclo decisório do oponente desde o tempo de paz, frisando-se que, com o passar dos anos, interferir somente na resolução do adversário não bastava, uma vez que a opinião do povo cresceu de importância. Outro fator relevante é que, em 1998, ainda se considerava o emprego de ações cibernéticas, enquanto que, nos dias de hoje, as mesmas são consideradas indispensáveis às OpInfo.

Ponderando sobre esta categoria de OpInfo, Armistead crê que quatro áreas de concentração de atuação terão maior destaque no futuro, visto que é onde ocorrerão os maiores avanços. Tal avaliação se torna interessante para estudo, tanto para atuação nas mesmas, quanto para se avaliar possibilidades de prevenção. Estas áreas são: ações cibernéticas; operações espaciais; guerra eletrônica e

International Public Information (IPI)⁶³ (2004, p. 63). A seguir, aprofundar-se-á no porquê da escolha de cada uma.

A habilidade de desativar um sistema de computadores à distância indica que as ações cibernéticas são altamente úteis e desejáveis às operações militares. Caracterizam-se por quatro verbos: interromper; negar; degradar; e destruir. Uma grande vantagem que estas ações têm o potencial de oferecer, é que sua investida pode ocorrer sem que o adversário perceba que está sendo atacado ou que demore demasiadamente a percebê-lo. Isto advém do fato de que, normalmente, quando um computador passa a não funcionar bem, a primeira medida, em geral, é desligar e reiniciar o sistema, em o problema persistindo, chama-se a assistência técnica, que, inicialmente, testará procedimentos padrões, e somente depois de um tempo valioso é que avaliará algum tipo de ataque, concedendo um privilégio inestimável às ações cibernéticas (ARMISTEAD, 2004, p. 65). Evidentemente, tal conteúdo deve levantar um alerta para as OpInfo defensivas.

No caso das operações espaciais, a atenção dada à atividade deriva de nesta área se localizarem os satélites, pilares no sistema de informação, detendo, assim, um potencial de grande impacto na dimensão informacional. Podem ser apontados, desta maneira, diversos exemplos, como a questão do estratagema militar, parte integrante das OpInfo e inerente à atividade militar, que ocorrerá de forma mais dificultosa, já que há uma constante e abrangente vigilância dos satélites por meio de sua capacidade fotográfica. Os esforços para interferir no sistema de comunicações adversário, a fim de retirar seu comando e controle, serão, por vezes, insuficientes, visto que os satélites sempre poderão se apresentar como alternativas viáveis de comunicação. A alocação de GPS (Global Positioning System) em armas inteligentes, equipa as mesmas com precisão, conferindo maior legitimidade a ataques porventura perpetrados, o que, por sua vez, é uma preocupação constante das OpInfo (ARMISTEAD, 2004, p. 68). Desta maneira, são abundantes as possibilidades com esta CRI.

Com relação à Guerra Eletrônica, numerosos dispositivos eletromagnéticos são utilizados tanto por civis quanto por militares, com finalidades diversas, dentre elas: comunicações; navegação; detecção; e armazenamento da informação; entre outras. Atualmente, o espectro eletromagnético é a infraestrutura ou o elemento de

⁶³ Esse conceito não foi traduzido, por não haver uma definição correlata na doutrina brasileira. Desta forma, sua concepção será mais detalhada a seguir, neste trabalho.

ligação que facilita a recepção e transmissão de informações. Assim, qualquer atividade militar com o intuito de controlar este espectro afetará substancialmente o sistema informacional (ARMISTEAD, 2004, p. 69).

A IPI é uma combinação de comunicação social, de International Military Information, que é similar às operações psicológicas, visto que são usadas para manipular a informação e criar condições favoráveis aos próprios objetivos; e de public diplomacy, que é a troca aberta de ideias e informações. A IPI foi pensada, nos EUA, como um esforço, dentro do pensamento de relações públicas, para lidar com o gerenciamento de questões complexas, como prevenir e mitigar crises ao redor do mundo, coletar dados, analisar a opinião pública externa acerca de assuntos vitais aos interesses norte-americanos e aperfeiçoar o uso de ativos da informação, ou seja, uma ferramenta para se moldar o ambiente informacional, seja em caráter preventivo ou em necessidades correntes (ARMISTEAD, 2004, p. 70-73). Denotando, assim, diligência em relação à perspectiva cognitiva.

4.4.2.3 Execução no âmbito russo

Uma vez que as finalidades das OpInfo russas já foram esclarecidas, cabe aqui apresentar quais instrumentos são empregados para tal.

Neste cenário, é importante perceber que a mistura de diferentes disciplinas e abordagens inerentes aos conceitos russos de guerra de informação acabam por refletir na sobreposição de atividades que, muitas vezes, são consideradas separadas e distintas no pensamento ocidental. Assim, algumas técnicas de desinformação são indistinguíveis das de marketing; alguns ataques cibernéticos usam procedimentos equivalentes aos de crime cibernético; e algumas OpInfo dependem de um ataque cinético como facilitador, e assim por diante (GILES, 2016, p. 46).

Neste contexto, Kuleshov (2014, p. 107), em seu artigo *Information-Psychological warfare in Modern Conditions*, lista os principais métodos russos de manipulação de informação por meio da mídia, no interesse do balizamento do ambiente cognitivo informacional, a saber: mentiras diretas com o propósito de desinformação, tanto da população doméstica, quanto das sociedades estrangeiras; omissão de informações criticamente importantes; enterro de informações valiosas em uma massa de informações infrutíferas; inseminação de opiniões por meio de simplificação, confirmação e repetição; substituição terminológica, ou seja, uso de conceitos e termos, cujos significados não são

claros ou que sofreram mudanças qualitativas, tornando mais difícil realizar uma análise ou formar uma imagem verdadeira dos eventos; apresentação de opiniões ou superstições em forma de notícia; emprego de políticos ou de celebridades conhecidas, a fim de induzir a visão de mundo de seus seguidores; e fornecimento de informações negativas, as quais são mais prontamente aceitas pelo público.

Continuando na argumentação sobre os instrumentos usados na manipulação de eventos, é válido destacar que a prática de realizar operações físicas para interferir no ambiente cibernético e a exploração de vulnerabilidades virtuais a fim de gerar danos concretos, é uma realidade (MATTHEWS, 2015). E assim acaba por gerar uma integração dos conceitos cyber e físico. Desta forma, não se faz imperativo o emprego de armas cyber de alto valor para se atuar na Internet, já que é possível ter o controle físico de sua infraestrutura, como demonstrado nos estágios iniciais do cerco à Crimeia (GILES, 2016, p. 49). Naquela ocasião, a tomada de Simferopol, ponto de distribuição de conexão à Internet, e a interrupção das conexões de cabo com o continente, contribuíram para o total domínio informacional, por parte da Rússia, sobre a península, o que facilitou operações futuras (HARRIS, 2014).

Ainda em relação ao meio cibernético, as campanhas de desinformação russas, rotineiramente, envolvem o uso de evidências forjadas. Em alguns casos, tais documentos são disponibilizados à grande mídia com a alegação de que foram obtidos por meio de hackers, sendo que, em sua grande maioria, são coletados ou produzidos de outras formas. Todavia, com esta metodologia, concebe-se efeito duplo ao ataque cibernético: cria a possibilidade da impressão de que os hackers apoiados pelos russos são mais eficientes do efetivamente são; e propicia a atração necessária a alguns editores para que estes publiquem o conteúdo dos referidos documentos antes de estabelecer sua veracidade ou proveniência (GILES, 2016, p. 50-52).

Neste campo, de disseminação de informações falsas, há o destaque de um dos aspectos mais proeminentes do gênero russo de realizar campanhas de informação para afetar a consciência pública ocidental. As atividades onipresentes de trolls, personagens on-line dirigidos por humanos, e bots, perfis executados por máquinas, interagindo diretamente com diversos leitores em uma grande variedade de mídias (ALEXANDER, 2015).

Estas contas falsas conseguem, por vezes, passar-se por fontes de informações confiáveis ou redistribuir a desinformação de mídias fantoches. Assim, interferem na percepção direta de determinados acontecimentos ou, ocasionalmente, de forma sutil e indireta, contribuem para o estabelecimento de um ambiente permissivo, principalmente se valendo de vulnerabilidades do público-alvo em questão, ou seja, de temas que sejam motivos

de discórdia e divisão em determinada sociedade. Para tanto, criam uma atmosfera e uma impressão de consenso sobre a versão que se convenha, desvirtuando e suprimindo quaisquer debates contrários à narrativa adotada, ou simplesmente provocando discórdia e confusão (GILES, 2016, p. 54).

Assim sendo, há uma grande eficácia em campanhas de assédio e intimidação, por parte de trolls e bots, a jornalistas, pesquisadores e autores que são críticos a Moscou, quando seus trabalhos são considerados suficientemente importantes ou influentes para representar um risco de desacreditar a narrativa planejada. Tal fato desencoraja a muitos a escrever contrariamente ao governo, uma vez que há risco financeiro, social e pessoal envolvido. Assim, embora existam indivíduos dispostos a assumir estes possíveis comprometimentos, muitos outros podem recuar, o que por si só representa uma vitória da campanha de informação russa, seja na consecução dos objetivos propostos, seja no estabelecimento de medidas defensivas (GILES, 2016, p. 55).

Da mesma forma que Armistead, anteriormente, ponderou sobre as expectativas das OpInfo para o futuro, mais especificamente as ofensivas, no seio da doutrina norte-americana, pode-se depreender percepção semelhante do estudioso Keir Giles em relação à doutrina russa. Neste contexto, cabe ressaltar algumas inclinações evidenciadas na campanha russa na Síria (2015) e assinaladas pelo general Gerasimov:

[...] alcançar objetivos políticos com o mínimo de impacto armado no adversário, predominantemente minando suas forças militares e potencial econômico, aplicando uma pressão psicológica e informacional e apoiando ativamente a oposição interna, a insurgência e o método subversivo. (GERASIMOV, 2016).

Assim, evidencia-se a tendência que já havia sido observada nas operações russas na Ucrânia (2014), uma mudança de ênfase, reduzindo o peso das formas de intervenção, ou seja, aumentando aquelas que sejam encobertas, negáveis, de forma plausível ou não, e concluídas antes que as hostilidades abertas sejam declaradas ou iniciadas (GILES, 2016, p. 65). Deste modo, “as Operações de informação em guerras futuras terão de cumprir os princípios básicos do novo tipo de guerra, devem ser oportunas, inesperadas e clandestinas” (CHEKINOV; BOGDANOV, 2015, p. 44-45).

Outra questão a ganhar vulto será a infraestrutura da Internet, em que a investigação de suas vulnerabilidades facilitará operações de espionagem, isolamento ou meios de plantar desinformação, ou, ainda, uma combinação de todos estes (GILES, 2016, p. 66). Ainda neste

mote, a perturbação dos satélites de comunicação adversários será considerada fator-chave no domínio informacional, que, por sua vez, concederá ao combate convencional diversas vantagens.

Os Estados modernos gerenciam as comunicações, a navegação, o reconhecimento, o comando das forças nucleares estratégicas, a defesa aeroespacial e as armas convencionais de alta precisão através do espaço. Interromper todo o sistema por meio de guerra-eletrônica e outros meios assimétricos pode reduzir muito esta vantagem do adversário. (GAREYEV, 2016 apud GILES, 2016, p. 66).

Interessante notar que, aqui, a Rússia busca uma condição semelhante, dentro de suas limitações, ao que os EUA intentam com as operações espaciais. Porém, ao invés de buscar o controle, visa mitigar a possível superioridade adversária, por meio de GE ou outros meios assimétricos capazes interromper todo o sistema (GILES, 2016, p. 66).

Aqui cabe realçar a importância de se realizar treinamentos militares com pouco ou nenhum auxílio de tecnologias atreladas à Internet ou satélites, tendo em vista os posicionamentos de outras doutrinas em suprimir estas ferramentas durante o combate, ou seja, no momento em que mais se necessitará das mesmas.

Outro ponto de aquiescência entre Armistead e Giles, é o prognóstico de uma importância cada vez maior da GE, que, para os russos, terá a tarefa de moldar o AO e influenciar na percepção, negando propagandas, comunicações e posicionamento por meio de satélite (2016, p. 69).

As guerras do futuro serão lançadas por forças de guerra eletrônica, que protegerão as forças amigas, bloquearão a propaganda estrangeira e a desinformação, e atacarão as forças e recursos de guerra eletrônica inimigos, isto combinado com estratégias e operações aeroespaciais, sendo esta reforçada por mísseis de cruzeiro e meios de reconhecimento, como aeronaves não tripuladas, capazes de atacar e atirar. (CHEKINOV; BOGDANOV, 2015).

Não menos importante, dentro do conceito russo, é a preparação da mídia social. Este é um processo de construção de habilitação nas redes sociais. Pode ser usada como forma de aprimoramento de trolls, aumentando sua relevância e confiabilidade. Este artifício se desenvolve na medida em que esses trolls assumem o controle previamente estabelecido de um perfil on-line com autoridade estabelecida em suas respectivas mídias, ou seja, como membros moderadores de fóruns de discussão ou contas de redes sociais. Isto posto, estas contas não estão, no presente, sendo usadas para nenhum processo abertamente hostil, mas engajadas no estabelecimento de sua credibilidade, adquirindo grande número de seguidores, e desenvolvendo táticas para burlar os mecanismos analíticos usados para identificar pessoas falsas, ficando, assim, acima de quaisquer suspeitas e prontas para serem empregadas no

momento certo. Desta forma, será difícil discernir, no futuro, a diferença entre uma campanha orquestrada de trolls e a expressão de opiniões genuínas, mesmo que equivocadas (GILES, 2016, p. 70).

Há, ainda, o alvejamento individualizado. Uma atividade na qual se acumulam dados pessoais de forma massiva, a fim de viabilizar o envio de falsas mensagens em grande escala, e, assim, desorientar as pessoas. Ou seja, a intenção é coletar informações de indivíduos para que estes possam ser manipulados de forma personalizada, recebendo uma mensagem de um suposto conhecido, comunicando-se em termos que lhe são comuns, por exemplo. Um possível cenário para esta capacidade seria espalhar desinformação persuasiva em massa ou falsas instruções em um momento crítico, como em caso de algum tipo de confronto envolvendo a Rússia (GILES, 2016, p. 71-72).

4.4.2.4 Avaliação

A avaliação das OpInfo no JP 3-13 (EUA, 2014c) recebe um alto grau de importância, tendo um capítulo inteiro dispensado ao assunto. Assim, a declara como um componente-chave do ciclo de decisão do Comandante, o auxiliando a determinar os resultados das ações desenvolvidas dentro de seus contextos e o municiando com recomendações para refinamento de futuros planejamentos. Isto em qualquer tipo de operação, abrangendo, assim, o escopo de diversas atividades (EUA, 2014c, p. VI-1). Ou seja, seu propósito é avaliar como está o progresso das operações e se estas estão causando os efeitos desejados, incluindo-se aí o ambiente informacional. Tal procedimento não se replica integralmente em solo pátrio, uma vez que, aqui, a mesma se dedica somente à dimensão informacional.

Este processo, apesar de necessário, é extremamente árduo, visto que se faz necessário avaliar como algum determinado grupo pensa, sente e age, e como estes comportamentos estão classificados, ou seja, se são: frutos de ações realizadas deliberadamente pelas OpInfo para alcançar determinado efeito; consequências inesperadas de ações de OpInfo; resultado de outra ação ou atividade; ou uma combinação de todas as possibilidades anteriores (EUA, 2014c, p. VI-3). Para tanto, o JP 3-13 (EUA, 2014c) apresenta uma solução de planejamento a ser executada em oito passos.

Tabela 3: Estrutura de avaliação de Operações de Informação

ESTRUTURA DE AVALIAÇÃO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO	
Passo 1	Analisar o ambiente informacional
Passo 2	Integrar a avaliação das OpInfo dentro do planejamento e desenvolver um plano de avaliação
Passo 3	Desenvolver os requisitos de informação e o plano de busca visando à avaliação das OpInfo
Passo 4	Criar/modificar a base de dados de avaliação das OpInfo
Passo 5	Coordenar e executar as OpInfo e coordenar as atividades de coleta de dados da Inteligência
Passo 6	Monitorar e coletar dados relativos ao ambiente informacional para avaliação das OpInfo
Passo 7	Analisar os dados de avaliação das OpInfo
Passo 8	Relatar os resultados da avaliação e propor recomendações

Fonte: EUA, 2014c, p. VI-3

Não cabe aqui descrever minuciosamente cada etapa, o que, apesar de interessante e útil, não é o mote do trabalho. No entanto, simplesmente ao se expor os passos, já é possível depreender o valor desta ferramenta, que mapeia um método que visa orientar a realização de uma atividade reconhecidamente complexa, porém necessária. Assim, aqueles que estiverem de posse deste aparato obterão maior desenvoltura na avaliação da circunstância que os rodeiam e, conseqüentemente, na retroalimentação do ciclo OODA e na possível reorientação das OpInfo, tornando-as mais eficazes.

Uma observação pertinente realizada pela doutrina norte-americana em relação à avaliação é a inexistência de medidas e indicadores de caráter universal. Isto ocorre devido à existência de diversas perspectivas. Assim, quando categorizadas por níveis de condução da guerra, obter-se-ão avaliações nos níveis táticos, operacionais e estratégicos, que respectivamente se ponderarão sobre: ações específicas em determinadas regiões; o progresso na realização da campanha; e a conquista dos objetivos nacionais ou do teatro de operações (EUA, 2014c, p. VI-13).

Diante de todas as informações colhidas destes manuais estrangeiros, percebe-se que as OpInfo brasileiras se defrontam com terreno fértil de estudo e pesquisa, a fim de avaliar a viabilidade e o benefício da implantação dos conceitos aqui apresentados em solo nacional.

Fato indiscutível é a necessidade de se avançar na referida atividade, pois o futuro se encontra presente e a história só poupa os resilientes. Neste contexto, cabe citar Darwin em sua teoria da seleção natural: “não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta as mudanças” (DARWIN, 2014).

5 CONCLUSÃO

A guerra é a forma mais violenta do conflito, que, por sua vez, pode ser originado a partir de qualquer objeto, em qualquer relação social, não constituindo, assim, algo patológico que possa ser definitivamente eliminado.

Tal percepção leva à assimilação de que o conflito é inerente à sociedade e, conseqüentemente, inevitável. Na verdade, há autores, como Dahrendorf, que o defendem como algo bom e desejável, a fim de se impedir a ossificação do sistema social, já que o mesmo é um fenômeno que possui a capacidade de ser a força motriz de inúmeras transformações de costumes, de comportamento do homem na sociedade, de valores, de tecnologias e de estruturas sociais, políticas e econômicas. Diversos avanços e procedimentos alcançados em guerras se tornam, com outros propósitos, de vital importância em períodos de paz.

Neste diapasão, aprofundando-se nos mecanismos da relação entre conflito e sociedade, a fim de melhor entender de que forma ocorre esta ligação, que, como comentado acima, tem a capacidade de favorecer o progresso, depara-se com os pais fundadores da sociologia, Marx, Durkheim e Weber. Todos concordam acerca desta mútua influência, mas cada um aborda tal interação através de um prisma diferente.

Para Durkheim, seres humanos são criaturas predominantemente dirigidas pelas normas. Assim, a vida em sociedade é, em sua maior parte, consensual, e os conflitos são a exceção, ao invés da regra, e a paz está diretamente ligada à forma organizacional do Estado-nação. Marx tem sua teoria firmada na mudança social por meio da luta de classes e na revolução violenta. O foco central não é exterminar a burguesia, mas a redistribuição da propriedade. A violência usada neste processo decorre de a mesma ser a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Já Weber enfatizava a característica coerciva da vida política. Ele liga o estado moderno à força física, e o poder à violência, sendo esta o meio mais importante da política.

O tripé da sociologia, apesar de contribuir para um melhor entendimento da correlação do conflito junto à sociedade, não é suficiente para esclarecer a origem do mesmo no ambiente que o permeia. Para tanto, Waltz organiza a resposta nas seguintes rubricas: no homem, na estrutura dos Estados separados e no sistema dos Estados. Estas três avaliações de causa são chamadas, pelo autor, de imagens das relações internacionais.

De acordo com a primeira imagem das relações internacionais, o local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem, ou seja: a maldade

do homem, ou seu comportamento impróprio, leva à guerra; a bondade individual, se pudesse ser universalizada, significaria a paz.

Para a segunda imagem, a organização dos Estados é a chave para a compreensão da guerra e da paz, pois há de se usar a análise política para complementar e organizar as descobertas da psicologia e da sociologia. Como comparação: a água que sai da torneira é quimicamente a mesma que está em um recipiente; mas, quando se acha em um recipiente, a água pode ser levada a se “comportar” de maneiras distintas.

A ideia da terceira imagem é que, com tantos Estados soberanos, sem um sistema jurídico que possa ser imposto a eles, julgando suas próprias queixas e ambições segundo suas próprias razões, o conflito, que por vezes leva à guerra, está fadado a ocorrer. Desta forma, uma questão relevante é o equilíbrio de poder, em que a liberdade de escolha de qualquer Estado específico é limitada pela ação de todos os outros Estados.

Nenhuma imagem específica chega a ser adequada, somente por meio do exame dos pressupostos em que se baseiam as três imagens será possível compreender as causas da guerra e, conseqüentemente, deduzir as políticas de promoção de paz.

De posse do conhecimento dos mecanismos da sociedade em relação ao conflito, apresentado pelos pais fundadores, e das causas do conflito em relação à sociedade, exposto por Waltz, há ferramentas suficientes para se compreender a simbiose entre conflito e sociedade em um contexto temporal. Isto é dizer que tal vínculo é percebido na história da humanidade, sendo desenvolvido desde os primórdios, quando o homem se organizou em comunidade e adotou o estilo de vida sedentário.

Esta influência recíproca caminhou através de diversos *Zeitgeist*, viabilizando o processo de evolução, por meio de um ciclo: o desenvolvimento de alguma tecnologia acabava por alterar a forma de lutar no campo de batalha, o que forçava a uma reorganização das forças militares, que, por fim, influenciava a sociedade. Esta nova sociedade, por sua vez, buscava novas tecnologias, reiniciando todo o encadeamento.

Nesta conjuntura, a afirmativa acima se demonstra, por exemplo, com o desenvolvimento da tecnologia das armas de fogo, que alterou a forma de lutar no campo de batalha, uma vez que qualquer um poderia aprender como carregar e atirar com este tipo de arma, possibilitando que uma numerosa infantaria armada se tornasse mais eficaz que uma cara e exclusiva cavalaria. Esta realidade, por conseguinte, força a uma revolução militar, abrangendo uma nova reorganização, com um aumento substancial no tamanho dos exércitos europeus, o desenvolvimento de táticas lineares e melhorias no controle e na logística das tropas. Com isto, há o foco na disciplina militar, nos constantes e exaustivos exercícios, na

flexibilidade no campo de batalha, na centralização da autoridade, na liderança e na obediência inquestionável ao Comandante. Assim, a guerra passa a exigir grandes exércitos permanentes, e a administração militar vislumbra a necessidade de se tornar mais integrada, centralizada e geograficamente unificada. Tal formatação forçou os governantes a reestruturar a sociedade, visto que, no esforço para financiar estas novas guerras, precisavam centralizar a autoridade, o que foi determinante para acabar com a estrutura vigente no feudalismo e dar luz ao absolutismo, porta de entrada para a modernidade. Assim, influenciou-se profundamente a sociedade, que seguiria no seu destino criando novas tecnologias e reiniciando o ciclo. No atual momento, pode-se dizer que estamos na era digital, já que esta tecnologia tem exercido um papel de destaque como propulsora global de alterações de realidade, em que as distâncias se encurtam e obtêm-se dados sobre quase tudo em tempo real.

Este aprofundamento virtual da sociedade, possibilitado graças ao grande progresso de processadores e de novas tecnologias de comunicação, tem como consequência a eliminação do elemento mediador. Ou seja, na Internet, onde todos têm a possibilidade de se conectar com todos, há a capacidade de se realizar trocas, vendas, compras e serviços, seja de materiais ou de informação, sem que haja um intermediador, tal como um jornal ou uma instituição física, para atestar, verificar e controlar esta interação. Há, desta maneira, um aumento quantitativo do fluxo de dados, visto que todos os indivíduos podem produzir e reproduzir informação ao seu bel-prazer, sem nenhuma supervisão qualitativa. Isto muda profundamente as relações sociais como até há pouco tempo eram conhecidas, constituídas primordialmente por meio de tradições, escola, família e religião, incorrendo, assim, na possibilidade de alterações da compreensão acerca de uma realidade baseadas em inverdades.

Neste ínterim, relembra-se que, no atual estágio dos confrontos, faz-se condição *sine qua non* o apoio da opinião pública: seja interna, a fim de manter o apoio financeiro à campanha, seja internacional, para não sofrer influências que o impossibilitem de ter operações bem-sucedidas. Assim, a informação tem um grande poder, pois é por meio dela que se travará o combate em busca de percepções favoráveis que concedam legitimidade. Elemento este que já foi relegado a segundo plano, mas que se torna cada vez mais relevante, convertendo-se, por muitas vezes, no objeto do conflito em si, pois a velocidade e a acessibilidade da informação não permitem que uma força militar se abstenha de tal questão, sob pena de, mesmo sem sofrer uma derrota em campo de batalha, perder efetivamente a guerra, devido a derrotas no âmbito da narrativa.

Ou seja, a tecnologia gerada, a Internet, os meios de comunicação e toda esta nova interação social, vêm mudando a forma como se combate, e o faz de forma vertiginosa, impactando inevitavelmente as operações militares.

Desta forma, ao se observar novas tecnologias moldando o combate, é de se esperar uma reacomodação das forças militares, que, por sua vez, exigirá atualizações doutrinárias e organizacionais. Till ainda defende que mudanças mais profundas devem ser feitas, como de caráter político, econômico, social e cultural. Este embate de ideias, que visa à conquista dos corações e mentes das pessoas, tem nos meios midiáticos um de seus campos de batalha, e é neste diapasão que a evolução da guerra demanda alguma atividade que seja capaz de moldar o discernimento das pessoas, direta ou indiretamente ligadas ao conflito, o que já nos aponta diretamente para as Operações de Informação.

Considerando as necessidades de mudanças defendidas por Till e o contexto dos conflitos no atual *Zeitgeist*, há um tema que se mostra digno de ser explorado, visto que, atentos às mudanças do cenário do conflito e ciente das limitações de recursos para se competir em um ambiente de alta tecnologia, os coronéis chineses Liang e Xiangsui formulam *A Guerra Irrestrita*, pensamento que defende as tais profundas mudanças necessárias na doutrina militar, mas que demandam menor fluxo financeiro para se adequar à nova realidade.

Ao Brasil, tal assunto se mostra relevante ao se verificar que, mesmo emergindo como ator de maior peso no cenário global e tendo claro em sua política externa a definição da América do Sul como uma de suas áreas estratégicas prioritárias, o país não possui o maior investimento em Defesa da região delineada, além de observar um processo histórico de encolhimento de aplicação de capitais nesta área.

A Guerra Irrestrita compreende que a guerra descrita em termos gloriosos e dominantes passou a ter uma importância secundária, percepção consoante com diversos estudiosos influentes, como Kaldor, Bauman e Shaw. Estes acreditam que as novas guerras diferem em escopo, métodos e modelos de financiamento, sendo caracterizados por serem de baixa intensidade, mas acompanhados de alta brutalidade, atacando-se deliberadamente os civis. Assim, entende-se o novo tipo de conflito como altamente descentralizado e baseado em táticas de terror e guerrilha; no controle da população, ao invés de na captura territorial; e na utilização de exércitos privados, gangues e senhores da guerra, ao invés do soldado profissional ou conscrito.

Estas mudanças ocorrem associadamente com as transformações dos objetivos geopolíticos dos Estados-nação, uma vez que a expansão territorial e o imperialismo perderam sua legitimidade. Com isto, a força econômica e militar de um Estado deixa de ter

exclusividade na comparação de poder, visto que, independentemente de seu poderio, o mesmo não será capaz de legitimar a invasão de um território ou tratar cidadãos de outras culturas como inferiores, ou seja, pode-se dizer que, enquanto se constata uma redução na escala de violência militar, evidencia-se um aumento na violência política, econômica e tecnológica.

Neste diapasão, não há mais, necessariamente, o emprego de Forças Armadas para compelir um inimigo a se submeter à sua vontade, mas, sim, a utilização de todos os meios, militares e não militares, letais e não letais, para forçar um adversário a se submeter aos seus interesses. É neste ambiente que surge o conceito de guerra irrestrita.

Os coronéis chineses tiveram a percepção de que as tecnologias contemporâneas em conjunto com o atual estágio da globalização permitiram novas concepções de armas. Desta forma, a utilização de instrumentos financeiros para a destruição de uma economia, ou de ataques cibernéticos ou midiáticos a fim de se alcançar objetivos de valor político e estratégico, tornaram-se viáveis. Diante desta constatação, desenvolveram um conceito que é capaz de transcender todas as fronteiras e limites, prescrevendo: a prontidão de todos os meios disponíveis; a onipresença da informação; e a presença do campo de batalha em todos os lugares.

Assim, o que se é aventado não é uma assimetria limitada à guerra do fraco contra o forte, mas, sim, uma introdução de um elemento de ruptura, tecnológico, estratégico ou tático, adotando formas de combate diferentes em sua concepção e desenvolvimento, as quais o oponente não percebe, não compreende e não espera. Para tanto, são formuladas as armas neoconcepcionais, que englobam uma abrangência de possibilidades que abarque todos os meios, inclusive aqueles que transcendem a ambiência militar. Isto é dizer que qualquer coisa, cotidiana ou não, pode ser transformada em arma: a indução de um colapso de um mercado acionário; a contaminação de uma rede de computadores por um vírus; um rumor que resulte na flutuação do câmbio, entre outros.

Favorecendo este contexto, a dinâmica de aprimoramento das armas foi alterada pelo advento da bomba nuclear, direcionando seu desenvolvimento para aquelas vocacionadas a uma menor letalidade, desde que em uma tática vantajosa e viável. Associando-se este assunto à afirmativa de Visacro, que alega que a guerra atual será decidida nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, ao invés de nos níveis tático e físico, torna-se plausível reconhecer a informação como arma exequível no seio da doutrina de OpInfo.

Voltando-se para a perspectiva em que tudo pode ser uma arma, conseqüentemente, outras esferas concernentes ao conflito serão impactadas. Neste contexto, o campo de batalha

é visto como indefinido, e engloba o espaço convencional e o tecnológico, ambiente não natural criado pelo homem capaz de afetar o mundo real, mesmo sem responder às leis da física. Os novos guerreiros deverão dispor de elevada qualificação técnica, de conhecimento de tecnologia avançada e de pensamento doutrinário atualizado, e não exclusivamente militar. Os métodos de emprego incluirão os conhecidos conceitos de Operações Militares de Guerra e de Emprego Limitado da Força e, ainda, englobarão as Operações de Guerra Não Militar, estas de caráter revolucionário. Tal conceito é inovador, na medida em que expande o entendimento de métodos de guerra a todos os campos da atividade humana, independentemente de possuir ou não atributos militares. Desta forma, alguns meios, a princípio inocentes, evidenciar-se-ão como dispositivos do conflito moderno, sendo produtos de uma metodologia que não é limitada pelas fronteiras entre civis e militares. Neste ínterim, pode-se citar: guerra comercial; guerra financeira; guerra ecológica; guerra de mídia; guerra de drogas; guerra em redes interativas; guerra de ajuda econômica; guerra cultural, entre outras, sendo, qualquer um destes instrumentos com potencial de efeito destrutivo semelhante ao de uma operação militar.

Considerando-se as características assimétricas e irregulares da geração da guerra atual, não é excessivo afirmar que, de forma geral, as guerras serão caracterizadas, num sentido amplo, pela mescla da guerra pela força das armas com a guerra executada por outros meios, que não de ímpeto bélico. Em consequência, a guerra não será mais caracterizada somente por armamentos e posicionamento de forças, mas também por um enfrentamento na Internet, uma competição na mídia das grandes massas, uma interferência nas transações financeiras futuras e outras alternativas.

Em outras palavras, é aceitável um cenário em que um atacante reúna grandes volumes de capital e desfeche um ataque ao mercado financeiro adversário e, após agravamento da crise financeira, ataque o sistema de computadores e redes interativas de dados do inimigo, paralisando seus serviços de eletricidade, telefonia, rádio e televisão. Este caos levaria a um completo pânico social, provocando levantes, desordem civil e crises políticas. Posteriormente, meios militares seriam utilizados em estágios graduais, até que o inimigo fosse subjugado a assinar um tratado de paz de forma desonrosa.

Avaliando-se o cenário supracitado, fica clara a ideia de combinar ambiências de elementos militares com elementos não militares. Há, ainda, neste escopo, um tipo de método de guerra que fica entre os dois comentados anteriormente, o transmilitar. Este método tem a participação de militares, mas atuando em uma ambiência diferente que a tradicional militar. Apresentam, assim, ocasião para que doutrinas sejam revistas ou criadas, conferindo maior

capacidade de emprego neste amplo espectro de conflitos, visto que uma arma de fogo não tem a capacidade de atingir um perfil que noticia informações falsas na Internet.

Nesta conjuntura, *A Guerra Irrestrita* aborda frontalmente a guerra de quarta geração, tendo atenção focada nos instrumentos necessários para se operar neste cenário, como um método viável de uma nova forma de se combater. Nesta linha, coerentemente, as OpInfo se manifestam como possibilidade de instrumento de combate dentro da reformulação doutrinária a que uma Força necessitará se submeter, não obrigatoriamente por desejo, mas pela imposição avassaladora do vínculo entre conflito e sociedade no tempo em que estão inseridas. As OpInfo apresentam, assim, grande valor, pois são instrumentos claramente orientados para o conflito da atual sociedade. Declarada esta importância, cabe entender o escopo desta atividade no Brasil.

Ao se iniciar a pesquisa sobre o assunto, constata-se que a Força Aérea não possui nenhum documento oficial versando sobre a matéria, o que já deixa claro que o país não se encontra na vanguarda da atividade. Acrescenta-se a isto a situação atual de que nenhum manual que seja o fundamento para preparar e orientar as tropas para o combate tenha o tema destrinchado em seu conteúdo, o que suscita certa preocupação, visto que, independentemente da desenvoltura das Forças Armadas no assunto, as gerações da guerra caminham referenciadas na marcha inexorável do tempo e permeiam a todos indiferentemente do grau de preparo adquirido.

Seguindo no cerne do que são as OpInfo na doutrina nacional, verifica-se que as mesmas são as responsáveis por incorporar a dimensão informacional dentro de um planejamento militar, gerenciando e empregando a informação com a finalidade de obter e manter a liberdade de ação das tropas desdobradas no terreno. Tal dimensão é composta por três perspectivas não hierarquizadas, que interagem continuamente entre si. Estas são: a física, a lógica e a cognitiva. Sendo que as OpInfo terão a competência de atuar em qualquer uma destas perspectivas, mas tendo sempre como prioridade aquela que se apresentar mais fragilizada. Ou seja, o foco das OpInfo é o conjunto de indivíduos, organizações, sistemas e meios que são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação.

Assim, neste processo, busca-se a competência de moldar o ambiente informacional e de afetar o ciclo decisório do inimigo. Para tanto, as OpInfo integrarão e sincronizarão as CRI, sem que seja necessário que se estabeleça quaisquer vínculos de subordinação entre elas. Interessante notar que o nível de violência no conflito altera o mote das OpInfo, ou seja, quanto menor o nível de agressão, maior prioridade será dada à conformação do ambiente informacional; e, em situação oposta, prevalecerá o ataque ao ciclo OODA adversário.

Ao se aprofundar nestes propósitos, percebe-se que moldar o ambiente informacional se traduz em acompanhar ou atuar na percepção de determinadas pessoas acerca de algum assunto. Esta influência anda de mãos dadas com a legitimidade, a qual, de acordo com Sun Tzu, é um dos cinco fatores para se alcançar condições prevalecentes no campo de batalha, sendo, portanto, alvo de busca incessante por qualquer ator.

A legitimidade, por sua vez, é determinada pela moralidade e pela legalidade. Esta última se baseia em diplomas nacionais e internacionais, respaldados por organismos internacionais. Já a moralidade, órfã de definição na doutrina de OpInfo brasileira, é defendida por Fisher como algo sem um parâmetro de princípios inquestionáveis e inescrutáveis. Defende, assim, o consequencialismo, que procura fornecer uma estrutura racional para discutir questões morais, em que o que conta como ação correta deve ser baseado nas consequências destas próprias ações. Tal cânone lança luz sobre o assunto, sendo capaz de iluminar as diretivas do planejamento de OpInfo, quando orientado para delinear o ambiente informacional e compor a narrativa dominante, ponto decisivo nas operações militares contemporâneas.

No campo do ataque ao ciclo decisório, dispõe-se do conceito de ciclo OODA para orientar a melhor forma de conduzir o processo de influenciar o adversário. Desta maneira, as OpInfo se colocam como uma ferramenta multiplicadora de poder, predispondo-se a afetar tanto a observação quanto a orientação e a decisão, no intuito de comprometer o julgamento inimigo e colocá-lo contra seus próprios interesses.

Para efetivar as intenções acima, as OpInfo se valem das CRI, atividades ou ferramentas capazes de afetar a informação em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional, podendo empregar ações cinéticas ou não. Deste modo, as OpInfo têm a função de coordená-las e sincronizá-las, no intuito de potencializá-las. Dentre as que se destacam, podem ser citadas: Operações Psicológicas; Guerra Eletrônica; Comunicação Social; Ações Cibernéticas; Operações Civil-Militar; e Ações físicas. Cabe ressaltar, aqui, que, apesar de ter um protagonismo nas OpInfo, a Inteligência não é uma CRI, visto que a mesma se apresenta como base de diversas outras atividades desenvolvidas no âmbito de uma operação militar.

Uma vez esclarecido onde se pretende chegar e quais meios utilizar, cabe comentar acerca do planejamento que incorporará os referidos conceitos informacionais ao planejamento da campanha militar como um todo e levará a atividade adiante. Neste campo, as doutrinas da MB e do EB se mostram similares em termos de conteúdo e conceitos; porém, carecem de uma padronização que facilite o emprego conjunto, fator necessário ao se

trabalhar no ambiente informacional, já que este não faz distinção de instituições, mas reage rapidamente a incoerências que porventura possam vir a acontecer, frutos desse tipo de inconveniente. Elucidando tal assertiva, pode-se mencionar a existência de distintas nomenclaturas para procedimentos similares e a questão da organização das OpInfo dentro do Estado-Maior, que, em uma Força, fica subordinada à Seção de Operações, enquanto que, na outra, é uma seção independente, tendo acesso direto ao Chefe do Estado-Maior, inclusive sendo este o arranjo defendido por este trabalho. Tal predileção decorre do favorecimento que esta disposição confere ao necessário e constante assessoramento de assuntos relacionados à dimensão informacional ao Comandante.

É importante sublinhar, dentro do âmbito do planejamento, a exigência de um longo prazo para a avaliação do ambiente informacional, dada a necessidade de designação de alvos legítimos e relevantes, tanto no quesito ofensivo quanto no defensivo. Implica-se, assim, na necessidade de uma análise prévia de possíveis ameaças que possam influenciar desfavoravelmente as nossas pretensões, ou que possam favorecer a legitimidade da Força e de suas ações. Tal delineamento é o embrião da estimativa de OpInfo, produto que visa amparar a decisão do Comandante em relação ao desenvolvimento de toda uma operação. Fica implícito, assim, a fim de concretizar estas tarefas, a constituição permanente de um órgão de OpInfo, algo inexistente na doutrina brasileira.

Mesmo que constante no tempo, as OpInfo seguirão o mesmo rito do PPM, quando inseridas em uma campanha militar específica, devendo ser respeitadas suas premissas características, tais como: direção centralizada; integração e sincronização de esforços; execução coordenada e descentralizada; e emprego oportuno das CRI e dos demais recursos disponíveis, evitando a duplicidade ou conflito de ações. Outra demanda de grande relevância para as OpInfo é a avaliação. Esta se vale de indicadores de eficácia e de desempenho para ponderar o aprimoramento de determinada prática e seguir buscando o cumprimento da missão. Distingue-se, aqui, relevância de simplicidade, uma vez que o processo de avaliação tem a complexa tarefa de medir a variação do comportamento humano, o que carece de pessoal altamente capacitado, devendo este ser um tema de contínua preocupação da MB, ou de qualquer organização que se apresente para operar no ambiente informacional.

Diante do evidenciamento das OpInfo como uma combinação variável de capacidades — aptas a fornecer intensidade, precisão e efeitos, que sejam simultaneamente versáteis, dinâmicas e compatíveis com os objetivos da campanha no nível tático, operacional e estratégico — e das possibilidades de evolução que se pronunciam nesta atividade dentro de

nossa doutrina, cabe a busca de oportunidades de conhecimento em âmbito internacional que permitam seu célere aprimoramento.

Neste escopo, pronunciam-se as doutrinas russa, norte-americana e da OTAN. As duas últimas por se tratarem de ícones em assuntos militares a nível mundial e de apresentarem forte influência no panorama teórico das questões militares de caráter naval em âmbito nacional; e a doutrina russa por ter alcançado destaque no assunto, após suas atuações na Estônia (2017) e Ucrânia (2018).

Um fato relevante, para contextualização da importância das OpInfo, é a mudança de paradigma do poder, antes relegado quase que exclusivamente às formas militar e econômica. Para Carr, o poder sobre a opinião, cujo insumo é a informação, é a terceira forma de poder e sempre está atrelado às duas formas já citadas anteriormente. No entanto, agora, este poder migra de posição, sendo alçado a outro patamar pelas redes de comunicação, que facilitaram a integração global.

Nestas circunstâncias, uma vez constatado que, efetivamente, informação é poder, os EUA iniciaram um processo de adaptação para se aproveitar desta conjuntura; tal movimento pôde ser observado na Operação Tempestade no Deserto (1991), e teve como lição aprendida que aquele que controlasse o fluxo de informações, fosse em forma de inteligência, propaganda, ondas eletromagnéticas ou fluxo de dados de computador, venceria o conflito.

É curioso notar que os EUA iniciaram o estudo sobre o assunto como forma de se contrapor à superioridade numérica das tropas soviéticas em determinado período da Guerra Fria (1975-1985); e os Russos, a partir da percepção, na Guerra do Golfo (1991), de que não teriam condições de confrontar, em termos militares convencionais, a OTAN e os EUA. Fato é que ambos enxergaram, na guerra informacional, uma forma de alçar sua plataforma de projeção de poder, defendendo, portanto, o conceito de superioridade informacional, concepção em que as OpInfo têm papel fundamental.

Neste contexto, os EUA alegam que, para empregar os instrumentos de seu poder nacional na dimensão informacional, faz-se necessária a competência de se transmitir, receber, armazenar e processar, com segurança, a informação em tempo real, e que, para tanto, é imprescindível o uso integrado das CRI no propósito de moldar o ambiente informacional a seu favor e afetar a decisão do adversário.

Em sua definição do assunto, os EUA atrelam as OpInfo a uma atividade militar vigente, o que, de acordo com o entendimento brasileiro, indica uma posição mais afeta à Guerra de Informação, ou seja, com prioridade para atingir o ciclo decisório do inimigo. Isto

coaduna com o pensamento de Giles, que admite que, para o Ocidente, a Guerra de Informação é quase um combate visando infligir o comando e controle adversário.

A OTAN segue os mesmos propósitos norte-americanos, que cabe salientar, são iguais aos praticados no ideário brasileiro. No entanto, acrescenta mais um: preservar e proteger a liberdade de ação da OTAN constantemente no ambiente informacional, o que evidencia uma orientação das OpInfo como uma atividade a ser mantida de forma continuada, independente de atividades militares. Outra pequena diferença, mas que propicia um grande impacto, é a declaração de que o foco das OpInfo na OTAN são audiências aprovadas pelo conselho. Tal afirmação denota que estão dispostos a moldar o ambiente informacional independentemente de fronteiras, o que viabiliza, diferentemente da nossa doutrina, empregar este tipo de ação no público interno. Tal assunto deve ser tema de escrutínio e debate profundo, já que confere grande flexibilidade no processo de tomada de alvos, algo de grande valor em um mundo globalizado em que a ameaça, independentemente de sua proveniência, pode vir de qualquer lugar.

Se na OTAN há a percepção de que as OpInfo devem ser uma atividade constante, na Rússia este entendimento é claro, não se limitando a momentos de guerra ou a períodos prévios aos conflitos para executar ações que tenham como objetivo moldar o ambiente informacional. A abordagem russa é ambiciosa, e visa, por meio da influência, ser capaz de resolver tarefas estratégicas, inclusive conquistando objetivos, derrotando as forças armadas do inimigo, capturando seu território, destruindo o potencial de sua economia e derrubando seu sistema político. Para Gerasimov, o envolvimento de forças militares nos conflitos deve ser resumido ao mínimo possível, sendo trocados pelo efetivo uso de meios de OpInfo, substituindo, assim, uma intervenção armada.

Desta forma, é possível perceber que as três doutrinas supracitadas priorizam possibilidades distintas no ambiente informacional. O que permite depreender que, quanto mais a Força se encontra voltada para a perspectiva cognitiva, maior valor é dado para a permanência no tempo das OpInfo. É proveitoso reparar que a Rússia enveredou por este caminho, fruto de sua incapacidade de acompanhar financeiramente os investimentos em Defesa em relação aos outros dois atores comentados neste trabalho. Assim, ao Brasil, esta questão se mostra digna de ponderação, já que atualmente, mesmo sem investimentos expressivos nas Forças Armadas, o País compartilha da visão estadunidense em relação à preservação temporal da atividade e à sua vinculação a operações militares.

Se há diversidade na visão dos possíveis desdobramentos, testemunha-se concordância acerca da percepção da dimensão informacional. Assim, há uma anuência em relação à

precedência da questão cognitiva, o que difere do que é preconizado no Brasil. Tal fato se evidencia como algo digno de atenção, visto que este entendimento acaba por influir no peso que se confere à aplicação e ao preparo de cada CRI.

O consentimento se estende ao fato de que às OpInfo cabem a coordenação e a integração das CRI, o que não impede formas próprias de se operar. No campo da análise, por exemplo, a OTAN inova ao destrinchar a dimensão informacional em seis camadas interrelacionadas que se acomodam dentro das já citadas três perspectivas. Isto favorece o reconhecimento mais eficaz do elo mais vulnerável da cadeia informacional inimiga, onde deverão se concentrar os esforços aliados.

Na esfera da execução, mesmo todas as doutrinas do delineamento considerado se valendo das CRI para atuar, há significativas alterações na forma de se trabalhar com as mesmas ou nas próprias capacidades em si. Desta forma, algumas compreensões se evidenciam como oportunidades de estudo e investigação, seja para se propor formas de emprego, seja para se refletir em opções de salvaguarda da dimensão informacional.

Neste contexto, os EUA apresentam as Operações Espaciais, que demonstram uma inclinação intrínseca para afetar o ciclo decisório inimigo, além de possuir em seu bojo o aprimoramento da Inteligência, uma vez que trazem consigo o aperfeiçoamento da vigilância e reconhecimento, o aviso antecipado de mísseis, a localização (GPS) e comunicações via satélite, monitoramentos de área e a possibilidade de negação destes mesmos dados ao adversário. Apesar de não ser de fácil acesso, o conhecimento de sua existência permite o estudo sobre possíveis medidas de proteção.

As Operações Civis Militares, na conjuntura norte-americana, têm a mesma predisposição apresentada no Brasil, ou seja, estabelecer, manter, influenciar e explorar as relações entre as forças militares, governo, organizações não governamentais e população local, a fim de se alcançar objetivos predefinidos. No entanto, ainda se revestem de prontidão para levantar dados no terreno com o intuito de apoiar a decisão e o planejamento das OpInfo. Tal postura se pronuncia como bastante proveitosa, uma vez que, em solo nacional, esta volumosa responsabilidade recai integralmente sobre a Inteligência.

Já a OTAN apresenta duas CRI que chamam a atenção pela originalidade de exposição nesta classificação, que é a conduta do soldado e o relacionamento do mesmo com a população. Indubitavelmente, ambas são de grande valor no impacto ao ambiente informacional, visto que tais indivíduos são a linha de frente na representação da Aliança, interagindo diariamente e gerando grande envolvimento no Teatro de Operações. No entanto, a vanguarda desta atitude está na decorrência da referida especificação, já que, desta forma,

todos os militares a serem desdobrados no terreno devem ser treinados em ferramentas que os possibilitem angariar informações e propagar uma narrativa de interesse da Força, agregando constantes oportunidades, ao invés de somente benesses aleatórias e empíricas.

A doutrina russa não expõe as CRI de forma individualizada, explicando suas características e peculiaridades, mas, sim, agregando-as e evidenciando os objetivos que esperam ser alcançados com as mesmas. Com isto, depara-se com termos de pouca familiarização no mundo ocidental, mas de metas ousadas, que carregam em si uma ampla carga cognitiva.

Neste diapasão, o controle reflexivo é usado para predeterminar a decisão do adversário em favor dos próprios interesses, valendo-se de ações como desinformação, propaganda e conturbação da população. Quase que como um subproduto do controle reflexivo, há o ambiente permissivo, em que a disseminação massiva da desinformação acaba por conceber um ambiente de dúvida, incerteza e confusão, contribuindo para um ambiente em que a opinião pública seja tolerante a uma narrativa que possibilite atenuar a resistência às ações idealizadas pelo agressor.

Há também a utilização de termos conhecidos, mas agora vocacionados para o ambiente informacional, tais como medidas defensivas e subversão e desestabilização. As medidas defensivas buscam, por meio da apropriação dos meios de comunicação junto a medidas de censura, alcançar um efeito de isolamento de sua população, algo que tem se mostrado eficiente naquela cultura. A subversão e desestabilização procuram influenciar políticas de governos estrangeiros, minar a confiança em líderes e instituições, perturbar as relações entre nações e desacreditar governos e organizações não governamentais, visando ao enfraquecimento a longo prazo de adversários em geral, sem qualquer propósito no curto prazo. O que deve servir de alerta para a necessidade do estabelecimento imediato de vigilância constante deste ambiente em plano nacional.

Ponderando-se sobre o exposto, subentende-se claramente o porquê da doutrina russa se estabelecer de forma permanente no tempo, e como se desenrola seu entendimento de substituir tropas e invasões por civis e revoluções.

A fim de que estas e outras CRI sejam implementadas, deve-se seguir o processo descrito nos manuais. Neste campo, a doutrina brasileira tem um longo caminho a percorrer, não pela metodologia do planejamento em si, que já é muito próxima da aplicada pelos EUA e pela OTAN, mas pela forma como os procedimentos são passados. Há de se melhorar a exposição das ideias e procedimentos de OpInfo, deixando o conteúdo mais palatável para os consumidores deste tema, expondo instruções e orientações do que deve ser feito, além de explicações e exemplos que viabilizem a clara assimilação do que está sendo tratado.

Neste cenário, para favorecer esta compreensão e consequente aplicação do conteúdo, tanto os EUA quanto a OTAN concluíram que era indispensável capacitar pessoal no assunto. É interessante notar que constataram que se mostrava mais proveitoso investir em uma formação curta, que abrangesse um maior número de pessoas, a uma longa que formasse somente poucos especialistas. Coerentemente ao que foi comentado, o fluxo de carreira na MB propicia oportunidades de aperfeiçoamento técnico e doutrinário, sendo possível e interessante inserir nestes cursos um ciclo de instruções que permitam a esses militares compreender o valor, a importância e o funcionamento das OpInfo e da dimensão informacional, principalmente para aqueles que serão atribuídos com atividades de planejamento dentro da Força Naval.

Algumas ferramentas, apesar de não normatizadas no Brasil, têm a capacidade de apoiar na compreensão, sinergia, eficiência e integração das OpInfo em relação à campanha como um todo, por exemplo: a matriz PMESII x ASCOPE, instrumento arquitetado para mesclar dados da dimensão física, humana e operacional. Amparando e guiando o especialista na análise do Teatro de Operações e favorecendo o Comandante em sua concepção de solução do problema; o fluxograma de trabalho da OTAN que associa os insumos que alimentam o planejamento, as fases do planejamento e as práticas e os produtos elaborados pela célula de OpInfo, favorecendo a consciência do Estado-Maior em relação à atividade e vice-versa; a análise nodal, que deixa a ideia de manobra das OpInfo mais receptível para os outros militares, uma vez que a descreve graficamente e auxilia na determinação de quais capacidades são as mais propícias para o cumprimento da missão; e a estrutura de avaliação de OpInfo, que visa balizar e orientar a atividade de avaliação, a qual é reconhecidamente complexa, mas que confere uma maior desenvoltura às próprias OpInfo. Assim, todas são dignas de apreciação em relação à sua adoção nos cânones das OpInfo no Brasil.

É oportuno também o juízo de alguns métodos representativos da doutrina russa, que incluem, entre outros: mentiras diretas, com o propósito de desinformação; omissão de informações criticamente importantes; enterro de informações valiosas em uma massa de dados infrutífera; inseminação de opiniões por meio de simplificação, confirmação e repetição; substituição terminológica, tornando mais difícil realizar uma análise ou formar uma imagem verdadeira dos eventos; apresentação de opiniões ou superstições em forma de notícia; emprego de políticos ou celebridades conhecidas para induzir uma visão de mundo a seus seguidores; controle físico dos pontos de distribuição de Internet, contribuindo para total domínio informacional; estabelecimento de trolls e bots, visando interferir na percepção direta de determinados eventos; e perturbação dos satélites de comunicação adversários. Desta forma,

como exemplos de meios ofensivos a serem replicados, merecem profunda avaliação em relação ao seu custo-benefício, particularmente no que tange à aceitação destas ações junto à ética ocidental na qual estamos inseridos. Como alertas defensivos, exigem providências imediatas, tais como proteção de cabos submarinos por onde trafegam os dados da Internet brasileira e adestramentos militares com nenhum ou pouco uso de tecnologia, principalmente satelital.

Questões pouco exploradas na doutrina brasileira, mas que são relevantes e, portanto, merecedoras de interesse e escrutínio, visto que possuem o potencial de dificultar ou até mesmo inviabilizar o sucesso das OpInfo, são: o sigilo necessário ao planejamento e execução da atividade, para preservar sua confidencialidade — fato que se justifica pela descrição ser um tema fundamental para o êxito na atuação sobre a percepção; e as considerações legais, uma vez que a legalidade é parte integrante da legitimidade, objetivo permanente das OpInfo. Nesta conjuntura, deve-se sempre buscar o assessoramento do oficial responsável por este tema, já que há a possibilidade de diversas interpretações jurídicas em decorrência da dificuldade da lei acompanhar o ritmo de evolução das tecnologias.

Diante de todas as informações colhidas e exibidas neste estudo, percebe-se que as OpInfo na MB se defrontam com um terreno fértil de estudo e pesquisa. Fato indiscutível é a necessidade de se avançar na referida atividade, pois o futuro se encontra presente e a história só poupa os resilientes. Neste contexto, cabe lembrar-se de Darwin e de sua teoria da seleção natural, em que não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Bruna T.; COSTA, João G. B. **Alternativas de otimização do Ciclo OODA no ciberespaço aplicadas ao contexto brasileiro**. Florianópolis. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466014062_ARQUIVO_Alternativas-Otimizacao-Ciclo-ODA-Ciberespaco-Caso-Brasileiro-ALCANTARA-COSTA-2016-ENABED.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.
- ALEXANDER, Bevin. **The Future of Warfare**. Nova York: W.W. Norton, 1995.
- ALEXANDER, Lawrence. Social Network Analysis Reveals Full Scale of Kremlin's Twitter Bot Campaign. **Global Voices**, 2 de abril de 2015. Disponível em: <http://globalvoicesonline.org/2015/04/02/analyzing-kremlin-twitter-bots/>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- ARAÚJO, Júlia M. C. **Zeitgeist e Comunicação: relações, influências e usos**. 2015. 74 f. Monografia (Bacharelato em Publicidade e Propaganda) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução: Pedro Constantim Toles. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ARMISTEAD, Leigh. **Information operations: warfare and the hard reality of soft power**. Potomac books. Washington D. C., 2004.
- BAPTISTA, Juliana; BERTOLLI FILHO, Claudio. Cultura, Identidade e o Zeitgeist Digital. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 2012, Ouro Preto. Artigo Científico. Bauru, SP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.
- BARTLES, Charles K. Para entender Gerasimov. Fort Leavenworth. **Military Review**, Março-Abril 2016, p. 46-54.
- BAUMAN, Zygmunt. Wars of the Globalization Era 4(1): 11-28. London: European **Journal of Social Theory**, 2001.
- BEELER, John. **Warfare in Feudal Europe, 730-1200**. Ithaca: Cornell University Press, 1971.
- BLANDY, C. W. **Provocation, Deception, Entrapment: The Russo-Georgian Five Day War**. Shrivenham. Defence Academy of the United Kingdom, 2009. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/97421/09_january_georgia_russia.pdf. Acesso em: 7 fev. 2021.
- BLANK, Stephen; WEITZ, Richard. **The Russian Military Today and Tomorrow: Essays in Memory of Mary Fitzgerald**. Carlisle. US Army War College Strategic Studies Institute, 2010.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MC-10.213: Manual de Campanha de Operações de Informação do Exército**. Brasília, 2014.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. **NCD-07**: Nota de Coordenação Doutrinária de Operações Psicológicas. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. **NCD P-001/2016**: Atividade de Assuntos Cíveis nos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-31.2**: Manual de Operações Contra Forças Irregulares dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-0-1**: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-1-1**: Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-1-8**: Manual de Operações de Paz dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval. Brasília, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-331**. Manual de Planejamento Operativo da Marinha. Brasília, 2006.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-335**: Operações de Informação. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-35**: Glossário das Forças Armadas. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

BRODIE, Bernard. The Development of Nuclear Strategy. **International Security**, Massachusetts, Cambridge, Vol II, n. 4, p. 65- 83, 1978.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919 -1939**. Uma introdução ao Estudo de Relações Internacionais. Tradução: Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

CHEKINOV, S. G.; BOGDANOV S. A. Начальные периоды войн и их влияние на подготовку страны к будущей войне [Os períodos iniciais de guerras e seu impacto na preparação do país para uma guerra futura]. **Voennaya Mysl'** [Pensamento Militar]. Moscou, Nº 4, 2012, p. 24-25.

CHEKINOV, S. G.; BOGDANOV S. A. Прогнозирование характера и содержания войн будущего: проблемы и суждения [Prevendo a natureza e o conteúdo das guerras do futuro: problemas e avaliações]. **Voennaya Mysl'** [Pensamento Militar]. Moscou. Nº 10, 2015, p. 44-45.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução: Teresa Barros Pinto Barroso. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

COKER, Christopher. **Waging war without warriors? The changing culture of military conflict**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2002.

DAHRENDORF, Ralf. **O Conflito Social Moderno**. Um ensaio sobre a política da liberdade. Tradução: Renato Aguiar e Marco Antônio Esteves da Rocha. São Paulo: Edusp, 1992.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida**. Tradução e notas: Carlos Duarte e Anna Duarte. São Paulo. Martin Claret, 2014.

DAWKINS, Richard. **The Selfish Gene**. 2. ed. United Kingdom: Oxford University Press, 1989.

DUBOIS, Laurent. **Avengers of The New World**. The Story of The Haitian Revolution. Cambridge: Harvard University Press. 2004.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução: Eduardo Lúcio Nogueira. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECKHARDT, William. Civilizations, Empires, and Wars. Oslo, **Journal of Peace Research**, vol. 27, n.1, 1990.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Army Techniques Publication 2-01.3**. Intelligence Preparation of the Battlefield/ Battlespace. Washington D.C., 2014a.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Joint Publication 2-01.3**. Joint Intelligence Preparation of the Operational Battlespace. Norfolk, 2014b.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Joint Publication 3-1.3.4**. Military Deception. Norfolk, 2006.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Joint Publication 3-13**. Information Operations. Norfolk, 2014c.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Joint Publication 3-13**. Information Operations. Norfolk, 1998.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Navy; U.S. Marine Corps e U.S. Coast Guard. **A cooperative strategy for 21st century seapower**. Washington: [s.n.], 2007.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **MCWP-3-32**. Marine Air Ground Task Force Information Operations. Washington D.C., 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Training Circular 2-33.4**. Intelligence Analysis. Washington D.C., 2009.

FALL, Bernard B. The Theory and Practice of Insurgency and Counter-insurgency. **Military Review**, p. 40-48, Setembro-Outubro, 2015.

FERRARETTO, Luiz Artur; KOPPLIN, Elisa. **Assessoria de imprensa: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2009.

FERRILL, Arther. **The Origins of War: From the Stone Age to Alexander the Great**. London: Thames and Hudson, 1985.

FISHER, David. **Morality and War: Can War be Just in The Twenty First Century**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FREUND, Julien. **Sociología del Conflicto**. Tradução: Juan Guerrero Roiz de la Parra. Madrid: Ministerio de Defensa, 1995.

FRIEDE, Reis; COMBAT, Flávio. **Das Novas Guerras: Fenomenologia dos conflitos armados**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GERASIMOV, Valery. По опыту Сирии [Da experiência da Síria]. **Voyenno-promyshlennyy kur'er**, 2016. Disponível em: http://vpk-news.ru/sites/default/files/pdf/VPK_09_624.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

GIDDENS, Anthony. **The Nation-State and Violence: Volume Two of A Contemporary Critique of Historical Materialism**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1985.

GILES, Keir. **Handbook of Russian Information Warfare**. Roma. NATO Defense College, 2016.

GONÇALEZ, Márcio C. **Publicidade e Propaganda**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

HAMMES, Thomas. **The Sling and the Stone: On War in the 21st Century**. Osceola: Zenith Press, 2004.

HARRIS, Shane. **Hack Attack**. Russia's first targets in Ukraine: its cell phones and Internet lines. Foreign Policy, 3 de março de 2014. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2014/03/03/hack-attack/>. Acesso em: 26 jan. 2021

HEGEL, Friedrich. **Filosofia da História**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HEICKERÖ, Roland. **Emerging Cyber Threats and Russian Views on Information Warfare and Information Operations**. Estocolmo: Swedish Defence Research Establishment, 2010.

HERRIOTT, R. E.; FIRESTONE, W. A. **Multisite qualitative policy research: Optimizing description and generalizability**. Educational Researcher, 1983.

HEYDTE, Friedrich August Freiherr von der. **A guerra irregular moderna em políticas de defesa e como fenômeno militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2001.

KASAPOGLU, Can. Russia's Renewed Military Thinking: Non-Linear Warfare and Reflexive Control. Roma. **NATO Defense College Research Paper**, Roma, Nº 121, 25 November 2015. Disponível em: <http://www.ndc.nato.int/news/news.php?icode=877>. Acesso em: 14 jan. 2021.

KEEGAN, John. **A History of Warfare**. New York: Vintage Books, 1994.

KNIGHT, Franklin W. **The Caribbean: The Genesis of a Fragmented Nationalism**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 1990.

KULESHOV, Yu. **Информационно-психологическое противоборство в современных условиях: теория и практика** [Guerra psicológica da informação em condições modernas: teoria e prática]. Vestnik Akademii Voyennykh Nauk, Moscou. Nº 1, 2014, p. 106.

KVACHKOV, Vladimir V. **Спецназ России** [Forças Especiais da Rússia]. Voyennaya Literatura, 2004. Disponível em: http://militera.lib.ru/science/kvachkov_vv/index.html. Acesso em: 17 ago. 2020.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **A Guerra Além dos Limites**: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

LIDDELL HART, Basil. **As Grandes Guerras da História**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

LIMA, Luis Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIND, William S. Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. **Military Review**. Edição Brasileira, Kansas, p. 12-17, Jan-Fev, 2005.

LIND, William S. **The Changing Face of War**: Into the Fourth Generation. Quantico: USMC University, 1989.

LUCAS, Jose Lorenzo Penalva. Palestra **Planeamiento de las Operaciones de Información**. Escuela de Infantería de Marina General Albacete Fuster. Cartagena. Espanha, 11 de março de 2018.

MALESEVIC, Sinisa. **The Sociology of War and Violence**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

MALGIN, Andrei. Russia's State Media Get Away With Murder. Moscou. **Moscow Times**, 4 November 2014. Disponível em: <http://www.themoscowtimes.com/opinion/article/russia-s-state-media-get-away-with-murder/510619.html>. Acesso em: 11 set. 2020.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power**: Volume I, A History of Power from the Beginning to AD 1760. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MARQUES, Carlos. **O emprego de tropas brasileiras, sob a égide da ONU em ajuda humanitária, após o terremoto no Haiti em 2010**. Trabalho de conclusão de Curso (Especialista em Ciências Militares, com ênfase em defesa nacional). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco. Rio de Janeiro, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATTHEWS, Owen. Russia's Greatest Weapon May Be Its Hackers. **Newsweek**, 5 July 2015. Disponível em: <http://www.newsweek.com/2015/05/15/russias-greatest-weapon-may-be-its-hackers-328864.html>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MCGUINNESS, Damien. How a cyber attack transformed Estonia. **BBC NEWS**. Tallinn, 27 Abr. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/39655415>. Acesso em: 13 fev. 2021.

METZ, Steven; JOHNSON, Douglas V. **Asymmetry and US Military Strategy**: Definition, Background and Strategic Concepts. Carlisle, Pensilvânia: Instituto de Estudos Estratégicos, Escola Superior de Guerra dos EUA, 2001.

MILLS, C. Wright. **As Causas da Próxima Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

NEIVA, Lucas. Missões de Paz: histórias do Brasil se projetam pelo mundo. **Jornal de Brasília**. Brasília, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/brasil/missoes-de-paz-historias-do-brasil-se-projetam-pelo-mundo/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

NYE, Joseph S. **Soft Power**: The Means to Success in World politics. Nova York: Public Affairs, 2004.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **AAP-06**. NATO Glossary of terms and definitions. Bruxelas: NATO Standardization Office, 2015a.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **AJP-02**. Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security. Bruxelas: NATO Standardization Office, 2016a.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **AJP-3.10**. Allied Joint Doctrine for Information Operations. Bruxelas: NATO Standardization Office, 2015b.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **AJP-3.10.1**: Allied Joint Doctrine for Psychological Operations. Bruxelas: NATO Standardization Office, 2007.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **AJP-3.9**. Allied Joint Doctrine for Joint Targeting. Bruxelas: NATO Standardization Office, 2016b.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **AJP-3-B**: Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations. Bruxelas: NATO Standardization Office, 2011.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **ATP-08**. Allied Tactical Publication for Tactics, Techniques and Procedures for Amphibious Operations. Vol. I. Bruxelas: NATO Standardization Office, 2016c.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. “Guerras de Quarta Geração ou mais uma falácia travestida de sapiência?” In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sérgio e ALSINA, João Paulo. **Segurança Internacional**: Perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**. São Paulo: Summus, 1986.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. **O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular**. PADECEME. Rio de Janeiro, 2007.

POGGI, Gianfranco. **The Development of the Modern State: A Sociological Introduction**. Stanford: Stanford University Press, 1978.

PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugénio; RAZA, Salvador Ghelfi. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro, 1999.

REYNOLDS, Mendes. Guerra Assimétrica Riscos Assimétricos. **Military Review**. Fort Leavenworth, 2003.

RIO DE JANEIRO vive guerra contra o tráfico; ataques a veículos continuam. **UOL Notícias**. São Paulo, 25 de novembro de 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/11/25/rio-de-janeiro-vive-guerra-contra-o-traffic-ataques-a-veiculos-continuem.htm>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ROYAL, Benoit. **A Guerra pela Opinião Pública**. Tradução: Marcelo Oliveira Lopes Serrano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

RUBIN, Daniel Marques. Os Pequenos Escalões em Operações Militares em Áreas Urbanas. **Ancoras e fuzis**, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 39, p. 19-24, Dezembro, 2009.

SANTOSUOSSO, Antonio. **Storming the Heavens: Soldiers, Emperors and Civilians in the Roman Empire**. New York: Routledge, 2018.

SCHECHTMAN, Gregory M. **Manipulating the OODA Loop: The Overlooked Role Of Information Resource Management in Information Warfare**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos de Informação). Air University. Maxwell, 1996.

SELHORST, Tony. **Russia's Perception Warfare**. *Militaire Spectator*, 185 No. 4, 2016, p. 148-164. Disponível em: <https://www.militairespectator.nl/thema/strategie-operaties/artikel/russias-perception-warfare>. Acesso em: 17 de Fevereiro de 2021.

SHAW, Martin. **The New Western Way of War: Risk-Transfer War and Its Crisis in Iraq**. Cambridge: Polity Press, 2005.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Período Paleolítico**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/paleolitico.htm>. Acesso em: 14 nov. 2019.

STRINGER, Kevin. Interagency Command and Control at the Operational Level: A challenge in Stability operations. **Military Review**, p. 54-62, Março-Abril, 2010.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. Londres: Frank Cass Publishers, 2004.

TILLY, Charles. **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Society**. Tradução: Charles p. Loomis. Mineola, New York: Dover Publications, 2002.

TORRES, Juan C. **Operação Xequê: A verdadeira história do resgate de Ingrid Betancourt**. Tradução: Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Os treze capítulos originais. Tradução: André Bueno. São Paulo: Jardim dos Livros, 2009.

VAZ, Nuno Mira. Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, N.º 107 - 2ª Série pp. 89-113, 2004.

VEJA a cronologia dos ataques do PCC em 2006 em São Paulo. **Estadão**. São Paulo, 27 de julho de 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,veja-a-cronologia-dos-ataques-do-pcc-em-2006,1732401#:~:text=Estado%20fez%20acordo%20com%20PCC%20para%20cessar%20ataques,105%20unidades%20de%20regime%20fecha%20C%20com%20300%20ref%C3%A9ns>. Acesso em: 27 jan. 2021.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas: as representações do século XXI**. São Paulo, 2003.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e o Guerra: uma análise teórica**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALZER, Michael. **Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations**. 4. ed. New York: Basic Books, 2006.

WALZER, Michael. **Thick and Thin: Moral Arguments at Home and Abroad**. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame, 1994.

WEBER, Max. **Economy and Society**. Totowa, N.J.: Bedminster Press, 1968.

WUEST, Andrew; MCNAB, Chris. **A História da Guerra do Vietnã**. Tradução: Christiane S. Caetano. São Paulo: M.Books, 2016.